

Às dez horas do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil de doze, na Sede do IPHAN, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a Presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Arno Wehling, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antônio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades –, Gilson Rambelli – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - e Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Marcos Vinícios Vilaça -, Cláudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente deu início à reunião com as seguintes palavras: “Bom-dia a todos. É um prazer recebê-los aqui. Quero começar agradecendo a disponibilidade de todos para realizarmos essa reunião no mês de janeiro. 2012 é um ano muito especial para este Conselho e para esta Instituição, que completam seu septuagésimo quinto aniversário. É uma data para ser comemorada e, penso, para suscitar uma reflexão sobre o que tem sido apolítica levada a cabo por este Instituto, e para analisarmos o potencial da sua política de patrimônio brasileiro com o suporte e apoio deste Conselho. Desenvolvemos marca para figurar em todas as publicações, em todas as correspondências, em todos os eventos que a Instituição fará neste ano; passamos um mês examinando uma série de propostas. Essa marca, resultado da fusão de elementos de outros emblemas da instituição, foi elaborada pelo designer Victor Burton. Acabo de receber

também, como todos os Conselheiros, a publicação, em dois volumes, de pareceres de membros deste Conselho selecionados pelo Conselheiro Nestor Goulart Reis, e editados a suas expensas. É um compromisso meu a realização de nova edição, com tiragem maior, como parte dessa reflexão suscitada pelos setenta e cinco anos de ação do IPHAN e do Conselho. Devido a problema burocrático, ficamos sem gráfica até o final do ano anterior, quando o contrato foi retomado. Praticamente, não houve publicações, apesar de termos inúmeros trabalhos concluídos. Assim, neste ano de celebração teremos uma produção editorial como nunca houve na Instituição, estamos com mais de trinta livros no prelo. Também como parte desses festejos realizaremos uma reunião muito importante em Ouro Preto, para a qual convido os Senhores Conselheiros, os que tiverem disponibilidade e quiserem comparecer. Terá como finalidade discutirmos o âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial, como introdução ao conceito de desenvolvimento sustentável. Essa foi uma decisão da última reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em junho de 2011, em Paris. Em função da realização da Rio+20 em junho deste ano, por considerarmos ser de interesse estratégico nosso centralizar as discussões das agências da ONU, nos oferecemos para sediá-la em Ouro Preto, entre 6 e 8 de fevereiro. É importante, nesse momento em que a cidade foi duramente atingida pelas chuvas, afirmá-la como um espaço de referência do patrimônio brasileiro, da sua continuidade como espaço turístico importante capaz de continuar recebendo pessoas e fazendo eventos. Parte significativa da sustentabilidade de Ouro Preto se dá exatamente pela frequência desses eventos. Essa ideia de desenvolvimento sustentável é um pouco uma aproximação da UNESCO a uma agenda mais geral, a uma política mais geral que se discute hoje dentro do Sistema ONU(?), um pouco permeada por uma discussão ideológica de modelo de desenvolvimento, de cooperação norte e sul. Hoje, na verdade, a Convenção do Patrimônio Mundial se tornou bastante importante dentro do Sistema UNESCO - talvez a Conselheira Cecília Londres possa contribuir para esclarecimento dessa questão transformada em Convenção que suporta e apoia uma afirmação identitária dos países através de uma Lista de Patrimônio Mundial, e trabalha muito pouco a ideia de

cooperação internacional. Para entendermos a questão, o Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, que tem um orçamento de trinta, quarenta milhões de reais por ano, dedica à Cooperação Internacional menos de cinquenta mil dólares. Então, é muito pequena a parte dedicada às discussões e elaborações teóricas. Parte ou então suporte para a primeira da Convenção era a intenção de fazer a preservação de patrimônios em risco no mundo, desenvolver políticas de patrimônio nos países. Para que os Conselheiros tenham uma ideia de quanto isso é complexo e quanto a própria estrutura acaba afirmando uma visão que, em nosso ponto de vista, é equivocada, a própria estrutura do Centro do Patrimônio Mundial acabou adotando uma visão há muito tempo superada, ao considerar o patrimônio somente como uma afirmação de identidade, como se não houvesse outras dimensões. Isso explica também a dificuldade de se trabalhar de maneira mais orgânica todas as convenções, quando a prática cada vez maior de criar novas convenções; há uma demanda para a UNESCO criar uma nova convenção sobre museus. Então, a própria estrutura da UNESCO acaba fortalecendo uma ideia que está indo na contramão daquilo que as políticas nacionais estão discutindo e tentando desenvolver, isto é uma visão integrada das diversas dimensões do patrimônio. O fato da UNESCO não ser uma Instituição voltada para política nacional poderia contribuir para a colocação dessas questões de maneira mais clara, para ser indutora de um processo de amadurecimento e um processo de reflexão dos países para as insuficiências. Então, essa reunião de Ouro Preto é estratégica, porque nos permitirá colocar a nossa posição de maneira bastante clara, expor a nossa percepção de sustentabilidade dentro das políticas públicas e, ainda que pareça paradoxo, fundamentalmente é o rompimento das políticas setoriais que a UNESCO continua reafirmando. Isso é só uma introdução, tenho outros informes.” Em seguida, o Presidente passou a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca para as seguintes considerações: “Só acrescentando e corroborando a apresentação do Presidente. No âmbito da implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, a situação ainda é muito mais grave porque, justamente, é uma Convenção voltada, sobretudo, para atender à

lacuna da Lista do Patrimônio Mundial: a impossibilidade de inscrever as manifestações culturais de países que não têm um patrimônio baseado nas produções de natureza material. E o que está acontecendo? Estão sendo reproduzidos os problemas da Convenção de 72, uma avalanche de candidaturas para a lista Representativa, para cuja criação, aliás, havia muita resistência. Pretendia-se, durante a elaboração da Convenção, enfatizar programas, projetos, atividades, cooperação internacional, e acabou prevalecendo a tendência da criação de uma lista que seria uma vitrine. Está acontecendo exatamente isso. A Ásia, por exemplo, está com uma enorme quantidade de bens inscritos na Lista, e a África tem muita dificuldade de apresentar candidaturas, porque não dispõe de estruturas, não tem condições de produzir os dossiês, embora esteja havendo um esforço para fazer oficinas, etc. Entretanto, chega à Secretaria do Patrimônio Imaterial da UNESCO, para análise, uma avalanche de candidaturas à Lista Representativa, quando na verdade, o centro da atenção deveria ser exatamente aparelhar os países com poucas condições para desenvolverem as suas políticas, para realmente poderem elaborar os seus dossiês e, principalmente, os seus programas de salvaguarda do patrimônio imaterial. Queria destacar esse fato porque no caso da Convenção de 2003, que é patrimônio também, essa esquizofrenia do mundo é mais grave ainda, não está corrigindo nada.” O Presidente retomou a palavra para a seguinte complementação: “Na minha visão, a lista se torna um fim e não um instrumento; o problema não é a lista em si. É importante ter uma designação de patrimônio da humanidade se isso contribuir para o fortalecimento das políticas internacionais e fizer parte de uma estratégia de fortalecimento da ação política de preservação do patrimônio. O problema é que a própria UNESCO não faz essa reflexão e afirma uma posição contrária, embora precisemos entender a UNESCO como uma estrutura composta por Estados, que fazem essa discussão no âmbito das reuniões das instituições de preservação. Então, atualmente, há uma tensão muito grande entre as instituições dos países e a política feita pelos próprios países no âmbito da UNESCO. A oportunidade colocada no 40º aniversário da Convenção de 72 é muito grande, haverá um encontro promovido pelo Japão, em dezembro,

exatamente propondo uma revisão da convenção (?) e essa discussão sobre o desenvolvimento sustentável. De certa maneira, poderá ser um instrumento dentro desse processo de atualização. Obviamente, nós temos uma série de problemas e dificuldades para acompanhar essas discussões, mas por outro lado temos também uma facilidade, porque a nossa representação diplomática na UNESCO, em Paris, é maior do que em várias embaixadas brasileiras em países importantes. Temos sete diplomatas em nossa representação na UNESCO, e há uma estratégia nossa de envolvê-los nessa questão, de fazê-los participar dessas discussões teóricas para aproximar a nossa diplomacia e capacitá-la para defender a nossa posição no campo da política de patrimônio. Na reunião de Ouro Preto, volto a insistir no convite aos Senhores Conselheiros, teremos dois encaminhamentos: a posição da UNESCO junto a Rio + 20, em junho, no Rio de Janeiro; e depois a posição desse grupo de trabalho junto ao processo de revisão da Convenção de 72, em dezembro, no Japão. Acho que se ocorrerem mudanças no sentido de abertura e no sentido de um diálogo entre as convenções, elas partiriam principalmente de uma reflexão da Convenção de 72. Eu vejo a Convenção de 72, até pela sua representatividade, pelo poder que tem dentro da estrutura, como o espaço onde esse diálogo poderia se realizar. Uma questão que evidencia essa possibilidade é a dimensão do patrimônio imaterial, como requisito, dentro dos dossiês de candidaturas à Lista do Patrimônio da Humanidade. As candidaturas do Rio de Janeiro e de Paraty inflexionam a Instituição no sentido de compreender o patrimônio como parte de um suporte de uma política territorial mais ampla. A candidatura do Rio de Janeiro será avaliada na reunião marcada para junho, em São Petersburgo, do Comitê de Patrimônio Mundial. A candidatura de Paraty suscitou uma série de arguições; pretendemos reapresentá-la até o começo de fevereiro para ser analisada no próximo ano. Em março, receberemos a missão que analisará o estado de conservação do patrimônio de Brasília. Uma das dimensões e das cobranças é a delimitação da área de entorno do Plano Piloto. Estamos fazendo um trabalho há dois anos; devo assinar, ainda nesta semana, portaria estabelecendo essa área de entorno, que parte do princípio de considerar a linha do horizonte, ou seja

compreender a horizontalidade do entorno como fundamental para a preservação do patrimônio e da leitura paisagística do Plano Piloto da cidade. Obviamente, vamos enfrentar oposição e crítica muito grandes, mas estamos dentro da nossa competência, fazendo aquilo que nos cabe. Essa portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial na próxima semana, além da delimitação do entorno, faz uma regulamentação preliminar do gabarito de áreas ocupáveis, ou não. Tivemos no ano anterior uma tensão muito grande, causada pelo desejo do Governo do Distrito Federal de alterar uma quadra junto do setor esportivo da cidade, aumentando o seu gabarito. Pressão similar vem ocorrendo em outras cidades brasileiras quando tentam viabilizar a construção de estádios para a Copa do Mundo a partir de operações urbanas, ou seja, a partir da oferta de potenciais construtivos ao mercado. Isso aconteceu em outras cidades, principalmente em Salvador. Também aconteceu em Olinda/Recife, causando o deslocamento do estádio para São Lourenço da Mata, pela impossibilidade do aumento dos gabaritos. Então, em função do processo de desenvolvimento do país, principalmente de ações no campo da infraestrutura, mas também em função desses grandes eventos, a demanda por nosso posicionamento, a demanda para legitimar e organizar os nossos procedimentos e ter maior clareza sobre eles, ao fazermos esses enfrentamentos, está colocada cada vez mais em pauta. No ano anterior analisamos 1.022 processos de licenciamentos no campo da arqueologia, assinamos ainda uma Portaria Interministerial para regulamentar os nossos licenciamentos ambientais que, além das questões arqueológicas, avaliarão também os impactos culturais. A Instituição precisa se preparar para isso, e entender que ocorrerão embates, discussões; haverá pressões; estará sujeita a embates públicos. Tento compreender isso como parte de processo impossível de ser conduzidos em surgimento de tensões decorrentes de uma série de interesses colocados no território brasileiro. Nem sempre sairemos vencedores em todos os processos. Precisamos ter clareza e compreender o nosso papel como agente, dentro de um processo que é muito mais amplo, de construção da sociedade brasileira e, principalmente, o impacto da construção dessa sociedade no território. Dessa forma, vejo como questão cada vez mais

presente a necessidade da Instituição se estruturar. Considero a convocação dos Senhores Conselheiros pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, no ano anterior, parte desse processo de organização da sociedade, que irá continuar. Nos anos 40, nos anos 50, não havia Ministério Público cobrando e fiscalizando as ações do estado brasileiro. Fazemos parte da estrutura do estado brasileiro e estaremos cada vez mais sujeitos a essas cobranças. Então, precisamos ter a clareza para compreender esse processo e organizar os nossos procedimentos. Temos muitas falhas, muitas dificuldades, portanto, precisamos ter capacidade de enfrentá-las do ponto de vista do debate das ideias e do exercício da nossa competência, sem constrangimentos, o que, de certa maneira, julgo ter ocorrido pelo inusitado daquela convocação. Considero que parte disso está ligada aos procedimentos, à demora para aprovarmos as nossas atas. Lendo as atas antigas da Instituição, verifiquei que eram muito sumárias, somente transcreviam as decisões adotadas. Foi a partir de um determinado momento que essas atas passaram a transcrever todos os debates. Acho que, sob o ponto de vista da compreensão das suas decisões, os debates neste Conselho, são absolutamente importantes, mas, por outro lado, fica difícil compreender porque demoramos seis, sete meses para aprovar e disponibilizar uma ata. Então, ocorreu aquela situação, divulgada pela imprensa, de uma ata fantasma, uma ata que não existia. A ata só existe a partir da aprovação em sessão do Conselho. Ficamos sempre sujeitos a diversos procedimentos: a gravação e a degravação das falas ocorridas na reunião e, depois, à redação da minuta da ata. Fiquei pensando no procedimento que o COPOM adota - após a reunião é divulgado um sumário das decisões, e depois publicam uma espécie de relatório. Esse relatório, em nosso caso, poderia ser a transcrição das nossas discussões que levaram àquelas decisões, mas as decisões poderiam ser publicadas, se forem sumárias, no dia subsequente. Fiquei pensando nisso como uma forma de enfrentar esse problema. Cada vez mais, percebo uma tendência de se trazer para o Conselho, como penso ser desejo deste colegiado, algumas decisões muito polêmicas, muito difíceis de serem tomadas somente dentro do campo técnico e que requerem, de fato, uma reflexão um pouco mais ampla. A

natureza deste Conselho é exatamente a capacidade de ter uma visão mais ampla e mais compartilhada com a sociedade brasileira que, em parte, ele representa. Queria começar fazendo esta consideração e pedindo aos Senhores Conselheiros uma reflexão sobre essa questão central da Instituição.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis pediu a palavra para a seguinte manifestação: “ Na questão operacional de rápida degravação, para que as atas sejam publicadas em tempo menor, considero correto; mas penso que o registro do diálogo precisa ser feito, faz parte da própria reflexão do Conselho. A publicação dos pareceres visa alicerçar as decisões e estabelecer um consenso sobre os critérios no trato da matéria. Acho que essa é uma questão importante, inclusive, no caso dos pareceres de Conselheiros. É importante deixar claro que reunimos em dois volumes o que esteve ao nosso alcance, mas penso que o restante deveria ser publicado. Realmente, o Presidente tem razão quando diz que as atas antigas eram sumárias, porque até um certo momento mesmo os pareceres eram muitos sumários; alguns, aos quais tivemos acesso e foram publicados, mostram isso. Agora, quando levantamos essa possibilidade da publicação dos pareceres dos Conselheiros, também havíamos levantando a possibilidade de publicarem os pareceres técnicos que alicerçam o nosso trabalho e que são também fundamentais, consolidam o nosso trabalho num corpo de conhecimento para o país inteiro. Quem está nas várias regiões precisa entender o fundamento desse trabalho. O trabalho do Conselho não é simplesmente a decisão de tombamento; ele é, principalmente, a justificativa. Quando se discute juridicamente o parecer, se discute no limite estrito do ato de tombamento, e o ato de tombamento tem que ser detalhado. Então, as atas me parecem importantes, porque a partir delas serão estabelecidos os limites para a ação do IPHAN e as liberdades dos respectivos proprietários. Essa é uma questão jurídica fundamental, e a sua fundamentação conceitual está nesses debates e nos pareceres, ou seja, no trabalho interno do Conselho, no trabalho dos Conselheiros, que é estabelecido no diálogo. Porque cada um dos quadros técnicos, os que participam, atuam apenas na questão que lhes é atribuída, mas o diálogo maior vai se estabelecer no próprio Conselho. Parece-me que devemos considerar essas

questões. O que nos moveu foi o contraste entre o trabalho que se faz aqui e o que está ocorrendo em alguns órgãos estaduais e municipais em processos extremamente simplificados, nos quais li pareceres técnicos que me deixaram muito alarmado. Em um deles, referente a um dos municípios de São Paulo, uma antropóloga afirmava que não deveria se limitar às diretrizes federais, que era preciso ser criativa e inovar, a partir do município, a legislação nacional sobre o tombamento. A matéria, em nível jurídico, era de uma infantilidade total; mas acredito muito importante a publicação dos trabalhos, dos inventários, não apenas a abertura das atas aos interessados, mas a publicação da natureza do nosso trabalho, que é um trabalho em escala nacional. O IPHAN tem a responsabilidade, também, de estabelecer os parâmetros de leitura da legislação federal que os estados e os municípios devem seguir. Agora, acho que esses limites são claros. Pedi que fosse mandada ao Presidente uma manifestação em relação a um dos casos sobre o qual me manifestei na última reunião. O Conselho só pode estabelecer regras a partir, estritamente, do ato de tombamento. Nós não podemos determinar aos autores dos projetos que sigam determinadas diretrizes, além daquelas estabelecidas no processo; eles têm total liberdade. Creio que esse diálogo, o detalhamento desse diálogo é fundamental perante toda ação do Ministério Público, etc. Realmente, o Presidente tem razão, existem coisas diferentes, uma delas é a agilidade de responder aos envolvidos e ao próprio judiciário, a agilidade de estabelecer limites; e a outra é a de se fundamentar as decisões, e esse trabalho pode aguardar um pouquinho porque ele deve ser feito com muita minúcia e ao mesmo tempo com precisão. É claro que em função disso existem outras sugestões, que comentarei pessoalmente, porque envolvem a questão da UNESCO. Acho que uma das linhas de trabalho seria divulgar em escala nacional o nosso poder, o que é esse patrimônio e como ele deve ser tratado. Neste caso, seria preciso adotar novos padrões em escala nacional para fazê-lo, ainda que existam um trabalho central e outros periféricos, nós precisamos pensar em novos métodos. É preciso montar também um sistema que não se limite àquelas informações que, embora excelentes, são passíveis de aperfeiçoamento quando se trata da forma de comunicar.” O Presidente

agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Italo Campofiorito para a seguinte manifestação: “Acho que chegou a hora de comentar alguma coisa relativa à Ata da 67ª reunião, que não foi mecanicamente registrada. Foi um caso excepcional. Dividi com o Conselheiro Marcos de Azambuja uma pequena palestra na Audiência Pública convocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. Eu disse à Promotora Gisele Porto que foi uma exceção. Se há uma coisa que é bem feita no IPHAN são as atas das reuniões do Conselho. Nós chegamos à audiência com essa trava na garganta, falar de uma reunião que não foi gravada, e do recurso de apelar para a memória das pessoas. Essa ata foi construída dessa maneira, não é um crime tão hediondo assim. Reclamavam do tempo decorrido como se estivéssemos escondendo algum fato que não se queria mostrar. Mas hoje a ata será aprovada; houve a possibilidade de acréscimos, ou não, dos Conselheiros que receberam da Secretária a minuta para que verificassem se faltava alguma coisa, se alguém lembrava de algum detalhe. Eu lembrava de coisas que pretendia incluir, e quando vi coisas parecidas não mexi em nada, deixei ficar. Está bem claro ali o que nós sabemos: foi comunicado ao Conselho que a Câmara de Arquitetura e Urbanismo havia examinado um anteprojeto para ser executado no Parque do Flamengo. Cada um se lembrou de alguma coisa. Uns disseram que não escutaram aprovação nenhuma no Conselho. Ouvi comentários. A única coisa que eu desejava mesmo é que ficasse bem garantido, por isso estou repetindo, pois está na ata que hoje assinaremos, que se tratava de um anteprojeto, chamado por alguns de estudo preliminar, e por outros de projeto. De fato, a Câmara de Arquitetura e Urbanismo tinha registrado que as suas recomendações haviam sido atendidas. O Presidente assegurou que o lado dos antigos clubes de regatas não seria tocado. Eu concordei com a proposta e depois fiquei muito arrependido quando foi publicado em jornal que estavam previstas mais de 2.000 mil vagas para automóveis. Mas isso é assunto para depois. Analisaremos o projeto definitivo, porque assim ficou decidido e consta da ata.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca para os seguintes comentários : “Já que o Conselheiro Italo Campofiorito abriu o assunto, eu também estava presente na

Audiência Pública e acho que devemos ser bastante gratos aos Conselheiros Italo Campofiorito e Marcos de Azambuja que, em ambiente não muito acolhedor, fizeram todo o possível para que o IPHAN realmente se apresentasse com a sua seriedade e consistência histórica. Acho que houve um bom resultado. Sou testemunha e a Conselheira Myriam Ribeiro também. Penso que houve uma receptividade bastante boa da apresentação dos Conselheiros. Enfim, endosso tudo aquilo que o Conselheiro Italo Campofiorito acabou de dizer, não voltarei ao assunto, a não ser na hora em que discutirmos a minuta da Ata. Retomando a observação do Presidente sobre a publicação dos pareceres, julgo da maior oportunidade essa publicação, por ser um tipo de conhecimento que não é produzido por um historiador, não é produzido por um arquiteto, resulta de uma ótica muito específica e em um campo muito particular, que é a seleção dos bens a serem reconhecidos como patrimônio nacional, contém toda a justificativa desses atos. Lembro-me que lamentava quando lia pareceres fantásticos guardados nas gavetas empoeiradas dos arquivos, aos quais poucos tinham acesso. Penso que servem para todas as finalidades citadas pelo Conselheiro Nestor Goulart, e para diversas outras. Considero o caso do Patrimônio Imaterial ainda mais sério, por ser um conceito absolutamente obscuro. Estou indo para Évora a fim de participar de um seminário que discutirá a questão da terminologia. O termo imaterial é de uma infelicidade absoluta, e está sendo reproduzido em nível estadual e municipal de forma extremamente equivocada. Portanto, acho que é uma obrigação do IPHAN, inclusive, pautar essa discussão com o conhecimento que a Instituição vem reunindo desde o final dos anos noventa. Há uma história que fundamenta as decisões, e deve ser divulgada. O Departamento do Patrimônio Imaterial tem feito o Programa do Balaio do Patrimônio Imaterial, não sei se os Conselheiros conhecem. As oficinas locais, que considero modelos, funcionam bem, são muito interessantes, voltadas para a formação de agentes locais. Os pareceres que fundamentam os atos do Conselho, como disse o Conselheiro Nestor Goulart Reis, são muito úteis também para outras finalidades, como por exemplo, a relação do Ministério da Cultura e do IPHAN com o MEC, visando a produção de conhecimentos para o trabalho de educação patrimonial nas

escolas, sobretudo nos níveis mais avançados; é um material precioso para os professores. Vou concluir dizendo que endosso totalmente o que o Conselheiro Italo Campofiorito falou a respeito da Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo, porque é exatamente o ponto que os Conselheiros defenderam na Audiência Pública.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes para os seguintes comentários: “Presidente, estou inteiramente de acordo com a exposição da Conselheira Cecília Londres. Vejo dois aspectos na sua proposição ao Conselho. O primeiro, é a questão da produção do conhecimento multidisciplinar; todos aprendemos aqui, e é uma riquíssima fonte de pesquisa, uma riquíssima fonte de elaboração de determinados aspectos na discussão de uma questão. Penso que o IPHAN deve fazer o maior esforço para a gravação e divulgação de todos os pareceres, não só aqueles apresentados aqui, que são mais terminalísticos, mas também aqueles pareceres técnicos que embasaram as nossas discussões neste Conselho. Considero isso da maior importância, uma questão fundamental que justifica até a existência deste Conselho. Quantos de nós não têm aprendido com os relatos que são feitos aqui. Cada sessão é uma aula para mim, considero da mais alta importância. Uma outra questão, que acredito conjuntural, é esse aspecto da fiscalização a que, agora, por questões várias, os diversos órgãos da administração pública estão submetidos e devem se submeter. Essa outra questão permeia toda a decisão do Conselho porque um parecer pode ser objeto, como foi, de um questionamento judicial para imputar responsabilidade. Estive imaginando, nesse último acontecimento, que se fosse o Conselho o responsável pela decisão questionada o que poderia redundar? Todos os Conselheiros seriam responsabilizados individualmente, sob o ponto de vista da justiça, ou o próprio IPHAN? Essa é uma questão a ser enfrentada. Então, nós podemos fazer uma publicação sob o ponto de vista cultural da mais alta importância, mas que também resguarde a posição dos Conselheiros sobre os assuntos debatidos e decididos. Porque poderíamos tomar uma decisão que extrapolasse as regras da administração pública, que são muitas: da Controladoria Geral da União, da Advocacia Geral da União, do Ministério Público. Mas, se tomarmos essa decisão, responderemos perante

esses órgãos do acerto das nossas decisões, do pensamento individual dos Conselheiros, ou do Conselho em relação a elas. Portanto, poderíamos tentar fazer dois tipos de documentos, um documento de maior valor, relativo à produção de conhecimento e, um documento preliminar, tendo em vista essas questões fiscais, mas nunca deixar de fazer a divulgação desses debates da maior importância, aqui realizados.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Arno Wehling para o seguinte comentário: “Sr. Presidente, acho que foram colocadas duas questões na sua fala inicial que me parecem muito importantes. Uma é em relação às listas. Em outro fórum do qual faço parte - Memória do Mundo - tive a oportunidade de desenvolver um raciocínio semelhante. Penso que, realmente, devem ser fixadas políticas fundamentadas em critérios, a partir dos quais seriam adotadas as medidas cabíveis: não é a listagem pela listagem, a partir de uma ideia geral de relevância. Para mim isto sempre foi absolutamente óbvio, mas temo que não seja percebido exatamente assim. Esse é um ponto que, acho, se deve sublinhar e por ele lutar, sempre. O segundo aspecto da sua fala, essa questão das atas serem circunstanciadas ou mais sintéticas. Há aí dois princípios. Um é a cultura da transparência. Penso que estamos, há muito tempo, há algumas décadas, aperfeiçoando os processos de democratização da sociedade brasileira, que sempre foi profundamente patrimonialista. Creio que faz parte desse aprendizado, tanto individual como de instituições, porque as instituições também precisam se comportar de acordo com algumas diretrizes e alguns critérios, essa divulgação certamente ajudará o aperfeiçoamento e nos permitirá fugir um pouco dessa atmosfera paranoica. Mas, a partir daí, devemos discutir e aperfeiçoá-la com vistas ao interesse público. O segundo aspecto, ligado a isso, é uma outra cultura que devemos desenvolver, o que a Conselheira Cecília Londres já destacou, a cultura patrimonial. Porque não são só os pareceres, também são as discussões aqui neste Conselho, são as discussões nas câmaras setoriais que vão constituindo um caldo de cultura. Em minhas pesquisas sobre o Direito e as Instituições, trabalho numa área chamada cultura jurídica, que é tudo aquilo que se produziu; não é só o que um agente fez, o juiz que fez, o que o doutrinador disse o que advogado praticou. Enfim, é um conjunto que o

historiador vai recuperar para ver quais eram os contornos dessa cultura naquele momento que se está considerando. É isso que podemos nos tornar: uma importante fonte para a consolidação da cultura do patrimônio cultural no Brasil, se o fizermos com respaldo e com reflexo também na área da educação patrimonial, extremamente débil no Brasil. Era só. Obrigado.” Questionado pela Conselheira Myriam Ribeiro sobre a forma como são feitas as atas do IHGB, o Conselheiro Arno Wehling retomou a palavra para a seguinte complementação: “O IHGB é uma Instituição estritamente acadêmica, não tem as implicações que temos aqui no IPHAN, mas somos razoavelmente circunstanciados, com espírito de síntese, é claro. Há realmente pessoas que gostam de registrar todas as suas pausas respiratórias, não é assim. Mas pelo menos é incorporado aquilo considerado substantivo. E é nisso que estou pensando, não é na incorporação de todo o discurso que fazemos aqui ou nas câmaras, mas alguma coisa que registre o cerne daquilo que foi discutido. Não sei como seria viável, pois, desconheço a parte operacional do IPHAN, mas é também problema administrativo. Uma ata tipo COPOM tem uma urgência vinculada à abertura do mercado no dia seguinte, com as suas consequências. Não sei em quantos dias se conseguiria fazer uma ata circunstanciada, que eliminaria esse problema. É um aspecto que, não tenho conhecimento operacional para avaliar.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Luiz Phelipe Andrès para as seguintes observações: “Sobre essas três questões, rapidamente. A primeira questão é relativa às listas, à estratégia do IPHAN de se posicionar com relação à UNESCO. Acho que a forma mais eficiente de fazer valer esse posicionamento é dar o exemplo da Instituição, que começa nos seus processos de tombamento a mostrar uma abordagem dos patrimônios material e imaterial, na medida em que essa forma de proceder se materializa nas ações do IPHAN. É claro que a explicitação das ideias marca muito, mas sempre acredito que o exemplo é a melhor forma. A segunda questão que afetou a todos nós, eu estava em São Luís e também recebi aquela intimação, policialesca no tom em foi encaminhada. Respondi que não podia estar no Rio de Janeiro no dia seguinte, pois tinha compromissos profissionais na escola que dirijo, depois me responderam que aquela

justificativa deveria ser apresentada em carta assinada, explicando quais eram os compromissos. Eu me senti policiado, investigado. Acho que não devemos, por causa disso, fugir ao nosso tempo. Gosto da forma que o patrimônio tem de agir, muitas vezes nossas questões envolvem aspectos que não são decididos numa única reunião, precisamos de um tempo para amadurecê-las do ponto de vista técnico. Então, penso que não podemos, como o COPOM faz, entregar nossa ata no dia seguinte. Devemos respeitar o tempo necessário para que seja redigida, examinada e aprovada. Agora, é importante que a estrutura administrativa seja melhorada, a gravação não pode falhar. Porque há o trabalho de ouvir, não sei como é feita essa gravação, mas deve haver qualidade e rapidez no apoio logístico. Agora, penso que não devemos entregar a ata no dia seguinte, porque precisamos de um tempo para amadurecer certos assuntos. Desculpem, mas não poderíamos agir assim. Os membros do Conselho estão cuidando, há tanto tempo, de preservar a cultura nacional de forma abnegada, trabalhando de graça, gastando as suas energias com dedicação para ajudar o país, por uma causa muito nobre e muito importante, e fomos tratados como se fôssemos pessoas mal intencionadas. Acho que não devemos modificar a nossa forma de trabalhar. Vamos fazer a ata no tempo certo, vamos amadurecer as nossas reflexões e, às vezes, não chegaremos a uma conclusão em uma reunião. A terceira questão, das publicações, me deixou impressionado. O Senhor Presidente disse que essas publicações foram feitas a expensas do Conselheiro Nestor Goulart Reis, do bolso dele? Isso aumenta muito a admiração que sempre nutri por ele, porque estudei nos seus livros, assim que comecei a trabalhar com patrimônio. Quero agradecer muito, pessoalmente, pela parte que me toca, porque tenho vários pareceres publicados às suas expensas. Muito obrigado. Isso é um exemplo para o Brasil. O IPHAN tem na sua estrutura o exemplo da solução e da prática. O DPI tem publicado os dossiês dos seus processos de patrimônio imaterial, muito bem feitos, muito bonitos, em papel e por meio digital, com CDs e DVDs o modelo está dentro do IPHAN. Destaco a necessidade de equiparar o DEPAM ao DPI. O DEPAM faz a mesma coisa, mas o DPI vem fazendo de forma muito bonita. Tenho a coleção enviada pelo DPI, é fantástica, contém

todos os dossiês, com os estudos, publicados por meio digital. Está aí a solução: ampliar o procedimento que já existe dentro do IPHAN. Obrigado.” O Presidente agradeceu e apresentou as seguintes considerações: “Considerarei necessária essa discussão exatamente para que pudéssemos ter uma leitura do que estamos pensando, e fazer alguns comentários. Acho que todo o processo de uma Instituição pública deve se tornar público. Acho que parte daquilo que o Conselheiro Nestor Goulart Reis colocou quando referiu-se à publicação dos pareceres, é que ele gostaria também de ver divulgados os pareceres internos, como nos processos para registro de patrimônios imateriais. A síntese deles é publicada e isso faz parte do processo de afirmação do conhecimento sobre aquele bem cultural, é o que desejamos fazer. O IPHAN tem uma dimensão do problema que nos impediu, até hoje, de fazê-lo, está dentro da nossa perspectiva e nessa direção. Obviamente, citei a ata do COPOM como o exemplo mais próximo daquilo que eu imaginava uma informação sem perda de conteúdo. Com referência às nossas decisões, inclui na minha fala introdutória, tentando repassá-lo aos Senhores Conselheiros, o meu prognóstico do que acontecerá. Penso que as determinações e decisões dos vários departamentos desta Instituição serão cada vez mais arguíveis. Cada vez mais nós estamos dizendo que o patrimônio cultural é um determinante dentro do modelo de desenvolvimento e, cada vez mais, estamos dizendo que não está limitado a uma visão estrita do que é material e do que é imaterial. Mas estamos dizendo que é uma visão sobre o território, sobre a relação do homem e da sociedade com o território, e cada vez mais estaremos nos posicionando sobre questões que serão arguidas. É natural e é bom que a sociedade e outras instituições, dentro desse processo de desenvolvimento democrático e republicano, façam arguições sobre nosso trabalho. Não podemos deixar de exercer o nosso papel. É nossa obrigação ter posição sobre coisas que, dentro do regime democrático e republicano, poderão ser arguíveis em determinadas circunstâncias. Agora, acho também que poderemos ser mais eficientes, exatamente porque somos uma Instituição pública que tem obrigações com relação à sociedade brasileira. Então, essa dimensão do acesso à informação rápida é uma obrigação fundamental. Na

maior parte das vezes envolveria o emprego de pessoas, possibilidades de negócios se realizarem ou não. Isso tudo provoca uma pressão natural que nos obriga a ser mais eficientes. Portanto, nós temos o nosso tempo no sentido de que devemos afirmar o nosso papel e o exercício do nosso papel dentro da nossa competência com tempo necessário para estabelecer as nossas posições. Agora, precisamos ser mais eficientes na medida em que nós temos posições. É uma questão fundamentalmente administrativa que pouco afeta os Senhores Conselheiros, mas afeta a Instituição, precisamos ser mais ágeis no sentido de oferecer essas informações à sociedade brasileira. Não estou falando só com relação às atas, estou falando com relação àquilo que se produz de conhecimento na Instituição, à quantidade de inventários que possuímos e até hoje estão aguardando publicação, quando, cada vez mais, os meios de informação e de acesso são imediatos. Nós precisamos ter capacidade de colocar todos os inventários dentro dos nossos sites, com acesso imediato. Fizemos o levantamento de todo o patrimônio ferroviário do país, a sociedade brasileira precisa trabalhar com isso, faz parte da afirmação do nosso papel criar dentro da sociedade brasileira o conhecimento do seu patrimônio e o desejo, a vontade de protegê-lo. Isso está ligado diretamente a essa democratização do acesso à informação; não basta que os nossos arquivos estejam todos abertos a pesquisadores, precisamos trabalhar com uma outra dimensão do acesso. É claro que não vou tomar nenhuma decisão, vamos continuar agindo da mesma maneira, acho que é uma primeira reflexão sobre uma situação que, acho, irá acentuar a pressão sobre os nossos procedimentos.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Gostaria de esclarecer os Conselheiros que nós não fizemos nenhuma seleção de pareceres. Publicamos aqueles aos quais pudemos ter acesso. Os processos circulam pelas Superintendências, não ficam todos arrumadinhos, o que também é um problema. Publicamos aqueles aos quais tivemos acesso; o que fizemos foi apenas identificá-los e reuni-los por categoria. Não nos permitiríamos exercer o papel de selecionar os pareceres dos Conselheiros. Se alguns não estão presentes, é porque não foram encontrados. Só isso. Obrigado.” O Presidente agradeceu e apresentou

o seguinte comentário: “Acho que parte da estratégia nossa, nessa mudança de sede, era exatamente poder investir numa central de informática capaz de dar um suporte a essa frente da Instituição que, no meu ponto de vista, é absolutamente estratégica, a possibilidade de dar acesso à informação produzida na Instituição. De qualquer forma, fizemos uma discussão bastante importante que é o início e referencial para que possamos, no futuro, tomar uma decisão.” Prosseguindo, a palavra foi concedida ao Conselheiro Antônio Menezes Júnior para a seguinte manifestação: “Bom-dia a todos. Ao início de cada ano parece que surgem também novas ideias, algumas questões perenes ressurgem de maneira atualizada e nos colocam alguns desafios. Acho que esse assunto aqui tratado tem essa característica, temos que nos atualizar, nos impor deveres do ponto de vista da organização administrativa, dos atos administrativos, uma vez que nós somos geradores de direitos e deveres para a sociedade, para vários agentes públicos e agentes privados também. Acho que a discussão foi muito positiva, mas o que me faz a tomar a palavra, caros amigos, é manifestar uma expectativa que não é novidade e, de certa forma, tem relação com a expectativa de quem lida com as questões das transformações urbanas, dos problemas urbanos nos sítios históricos, nos bens culturais de natureza urbanística, que estão permanentemente imersos em desafios vindos dos mercados, vindos das periferias e vindos de uma série de fenômenos sociais, econômicos, culturais que impõem aos nossos colegas, servidores do IPHAN, de organismos estaduais e municipais o entendimento e o enfrentamento dessas situações. O belíssimo presente que nos chega suscitou essa manifestação. A expectativa, ao nos depararmos com assuntos que envolvem a revisão de padrões de conservação e preservação de um determinado bem sob a proteção do estado brasileiro, é o Conselho Consultivo incorporar em, alguma medida, uma síntese de conhecimento a respeito dos problemas, não só circunstanciais, mas os problemas de manutenção do tombamento. Presidente, na medida do interesse também dos demais colegas, gostaria de ter a possibilidade de discutir os problemas que envolvem transformações ou pressões fortíssimas em torno de transformações nos sítios históricos e em outros bens, porque neles o mercado e outros agentes estão

sempre presentes. O Presidente citou um exemplo muito interessante, é um problema real a que o Governo do Distrito Federal, a sociedade de Brasília, o próprio IPHAN estão submetidos. É uma proposta de transformação de uma área central do Plano Piloto de Brasília. Temos uma boa notícia, o IPHAN está respondendo de alguma forma. Então, acho que assuntos desse tipo, que envolvem o entendimento pós ato de tombamento somado a essa série de circunstâncias, nos interessaria. Nos interessaria porque a partir dessa compreensão nós podemos pensar em instrumentos adicionais, talvez apenas portaria administrativa não seja suficiente. Sabemos que temos as mediações políticas a serem adotadas com os organismos locais, estaduais, e sabemos que isso é difícil. O Presidente do IPHAN e o Superintendente local fazem parte desse processo. Acredito, a partir das palavras do Presidente, a partir de alguns contatos recentes que envolvem geração de direitos e deveres para a nós e para a sociedade, que essa expectativa, no mínimo, é honesta, de minha parte, enquanto representante de um organismo público que lida, se preocupa e que está envolvido permanentemente com essas situações de conflito. Acredito e procuro na medida do possível acompanhar essas medidas que o IPHAN, administrativamente e judicialmente, adota para responder à sociedade em função desses problemas concretos, maiores, menores, em relação aos sítios preservados. Mas acho que o Conselho, na medida das suas possibilidades, avaliará as consequências e essas medidas que são necessárias para uma atualização, se necessário, até mesmo dos critérios ou dos aspectos que envolvem a conservação de um determinado sítio. Sei que estou falando de problemas que envolvem pesquisadores, estudiosos, mas estou nesse momento apenas manifestando aquilo que, de uma certa forma, este Conselho poderia avançar em termos de perspectiva para interferir de maneira mais positiva com a própria ação do IPHAN. Obrigado.” O Presidente retomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado, Conselheiro. Continuando a minha lista de informes, tivemos agora nesse começo do ano uma boa notícia. Os Conselheiros devem ter acompanhado pela imprensa que a Presidenta fez uma série de reuniões com os ministros, redefinindo as ações prioritárias de cada Ministério. Na reunião com a Ministra de Estado da Cultura,

Anna de Holanda, foram discutidos, em quatro pontos de pauta, as prioridades para as suas ações. Um desses pontos foi o patrimônio cultural brasileiro. A Ministra está muito impactada com o estado de abandono dos centros históricos das grandes cidades brasileiras. Acho que se tivéssemos a capacidade de mostrá-lo de maneira mais explícita, nenhum país no mundo conviveria com centros históricos da dimensão de Recife e Salvador no estado de arruinamento em que se encontram. Ela ficou muito impressionada, principalmente, com as ações judiciais e com as ações técnicas que o IPHAN tem desenvolvido nesses centros históricos; posso incluir também São Luís nessa lista. São basicamente ações para evitar um desmoronamento, uma destruição. Agora, por exemplo, vamos receber um crédito suplementar de quase quarenta milhões de reais só para fazer escoramento de sobrados em Salvador. Quarenta milhões de reais é uma quantia muito significativa, representa em torno de um terço dos investimentos diretos que o IPHAN faz a cada ano. Nosso orçamento de investimento, neste ano, é de cento e trinta e cinco milhões somente para fazer escoramentos, o que mostra a difícil situação do patrimônio. Mostra também a ausência de uma política pública estruturada para reverter esse processo de degradação, e o acerto da nossa proposta, que alcunhamos PAC das Cidades Históricas, de uma ação coordenada dentro das próprias estruturas do poder executivo federal, juntando o Ministério das Cidades, as Estatais, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação, para tentar montar projetos amplos, estruturadores desses territórios. Em suma, a Ministra da Cultura teve essa discussão com a Presidenta, que determinou à Ministra do Planejamento um tratamento prioritário ao nosso programa, mantendo o nome de PAC das Cidades Históricas. Para nós é importante porque corresponde à estratégia de colocar as políticas do patrimônio na centralidade das políticas públicas, sob o ponto de vista do acompanhamento, sob o ponto de vista da cobrança de resultados, e sob o ponto de vista das possibilidades que a integração ao PAC estabelece para os programas federais. Elas são fundamentalmente três. A primeira, é ter esse acompanhamento, ter um interesse na execução, sob o ponto de vista da centralidade do governo. A segunda, é não sofrer nenhum tipo de

contingenciamento orçamentário, ou seja, poder de fato executar o planejamento elaborado com a garantia de que não ocorrerá desvinculação das ações previstas com as possibilidades de execução. Então, ao entrar nessa centralidade, os recursos estão assegurados. Terceira, a possibilidade, por meio de uma ação descentralizada, de facilitar a execução de convênios e de repasses financeiros. Isso para nós é fundamental, porque reafirma a ideia de um sistema nacional de patrimônio. Parte significativa do problema desse sistema, hoje, é exatamente o estado de penúria em que se encontram as instituições estaduais e municipais de patrimônio. Se há uma possibilidade do IPHAN passar a trabalhar de maneira mais direta com essas instituições, naturalmente elas irão se reestruturar, e a ideia de sistema não é mais uma ideia de coordenação política, mas de uma coordenação de ações, de uma coordenação de processo. Acho que essa é uma das questões centrais colocadas hoje para uma eficiência na política pública de patrimônio. Consideramos que o PAC pode, na verdade, contribuir nessa direção, além da outra dimensão, que é a obtenção de investimentos de outros Ministérios a partir do nosso planejamento. Por enquanto, estamos funcionando muito bem com o Ministério da Educação, na dimensão da expansão das universidades. Estamos com uma obra de recuperação do Centro Histórico de São Luís, que julgo paradigmática. Uma obra em torno de dez mil metros quadrados, dentro do Centro Histórico, para onde serão transferidos alguns cursos da Universidade Federal, além de outras atividades de apoio. Estamos fazendo o mesmo em Corumbá, em Jaguarão, repetindo experiências bem sucedidas em Laranjeiras, em Cachoeira. Começamos também uma discussão sobre o incentivo ao trabalho de financiamento de pesquisa no campo do patrimônio; o nosso próximo passo é conseguir direcionar essas pesquisas para o levantamento de novos materiais. Isso é só o começo. É uma retomada de uma relação nos setenta e cinco anos do IPHAN, cinquenta dos quais dentro da estrutura do Ministério da Educação. A proximidade com o Ministério do Turismo também se acentuou nesses últimos meses. A inclusão do nosso programa no PAC cria uma estrutura referencial com a participação desses Ministérios. É fundamental, por exemplo, a presença do Ministério das Cidades

dentro de uma gerência que estava na Casa Civil, e hoje está dentro do Ministério do Planejamento. Então, é uma boa notícia. Espero que consigamos colocar isso como uma possibilidade real de reverter o quadro, ainda de abandono, do patrimônio cultural brasileiro. Os Conselheiros receberam uma proposta de calendário para as nossas reuniões durante este ano. É uma tentativa nossa de estabelecer alguma organização, a priori, dessas nossas reuniões. Temos uma série de processos que precisam chegar a este Conselho, alguns estão prontos há anos. Vamos, a partir dessas datas, consultar os Senhores Conselheiros para tentar de fato efetivá-las. Acho que a próxima reunião poderá ser realizada no Rio de Janeiro, para não esquecermos o Salão Portinari. Fizemos uma reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo com a presença do escritório contratado para fazer o projeto de restauração do Palácio Gustavo Capanema, que deve ser apresentado até meados deste ano. A ideia é que seja acompanhado pela Câmara de Arquitetura e Urbanismo, pois há uma série de discussões importantes e inevitáveis que serão travadas nessa Câmara, algumas certamente chegarão ao Conselho. A ideia nossa é que possamos começar a restauração do Palácio Gustavo Capanema ainda neste ano. Por fim, o nosso último ponto de pauta é aprovação e assinatura da Ata da 67ª reunião deste Conselho. Imagino que os Senhores Conselheiros tenham recebido a minuta. Se os Senhores Conselheiros não tiverem nada a opor ou acrescentar, peço a manifestação de todos, levantando a mão na hipótese da aprovação. Por favor, Senhores Conselheiros, se alguém tiver alguma questão, por favor, se manifeste.” A Conselheira Cecília Londres tomou a palavra para indagar se houve algum acréscimo, pois foi pedido aos Conselheiros que fizessem suas contribuições. Indagada pelo Presidente, a Secretária do Conselho informou que a Conselheira Jurema Machado solicitou a retificação de sua manifestação, já corrigida na minuta. O Conselheiro Nestor Goulart Reis pediu a palavra para fazer a seguinte observação: “Havia pedido a uma funcionária do meu laboratório da USP que mandasse mensagem à Presidência contendo a minha memória, com duas partes. Em uma parte endossava, disse isso naquela reunião, a manifestação do Conselheiro Italo Campofiorito de que se

tratava apenas de opinião preliminar o que tínhamos dito na reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo, e que deveria ser submetida ao Conselho para solução definitiva. Quando a Secretária do Conselho mandou a minuta da ata, disse a ela, por telefone, que não teria outra emenda. Acho oportuno, entretanto, à vista das manifestações dos promotores do Ministério Público, que se incluía uma fala que, afinal, não ficou registrada. É a seguinte, lembrando o que falei na ocasião: *‘Que aquele era um belo exemplo do acerto de um critério adotado por nós, neste Conselho, e por órgãos estaduais que conheço, de que não cabe ao Conselho dar orientação para projetos, porque é preciso preservar a liberdade dos autores dos projetos e dos proprietários. O que nos cabe é, estritamente, estabelecer critérios restritivos, estritamente a partir do conteúdo do ato do tombamento. Quer dizer, cabe ao Conselho dizer o que não se pode fazer. Não cabe ao Conselho dizer o que o autor do projeto deve fazer. Isso seria um caminho sem fim. Peço apenas que conste da ata porque, em relação ao Ministério Público, esse aspecto deve ficar muito claro: qual é a nossa posição profissional regulada por lei. Não cabe ao Conselho interferir na qualidade do projeto arquitetônico que lhe é submetido. Cabe ao Conselho estabelecer as restrições para a proteção do bem. Naquela reunião, comentei que aquele era um belo exemplo, porque o trabalho que tinha sido apresentado anteriormente era bem pouco feliz e nós estabelecemos restrições. Quando foi reapresentado, alguns aspectos atendiam às restrições já estabelecidas. Foi o que eu disse, e me congratulava com o uso desse critério por este Conselho, e por outros Conselhos que, como arquiteto, eu considerava extremamente correto. Passou talvez em brancas nuvens, mas é preciso reiterar, à vista de comentários, que eu desconhecia, de membros do Ministério Público. Portanto, peço que seja feita a emenda que havia considerado irrelevante no momento, porque disse isso e gostaria que constasse em ata, por ser uma questão de princípio da maior importância’*. O Presidente retomou a palavra para fazer a seguinte sugestão: “Por uma questão de encaminhamento, acho que não deveríamos fazer essa votação agora. Vamos transferi-la para o final deste dia. A Secretária do Conselho vai consultar cada Conselheiro verificando se há algum acréscimo e proceder às

correções solicitadas, para que possamos aprovar e assinar essa ata ainda hoje.” A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para apresentar o seguinte esclarecimento: “Queria me desculpar pelo atraso, tinha um compromisso ao qual não podia faltar; ouvi referência à retificação que fiz na minuta. Da versão original, que a Secretária do Conselho havia proposto, segundo a memória dela, constava comentário sobre a dimensão do projeto, considerando que o Parque do Flamengo talvez não pudesse suportar o impacto do empreendimento. Na verdade, não foi isso o que eu disse tanto na Câmara, quanto na reunião. Disse que não poderíamos considerar o anteprojeto menor em área, porque não é. Do ponto de vista do impacto visual, em análise estética, o anteprojeto proposto era menor do que o projeto do Reidy. Agora, a minha questão não se referia ao impacto urbanístico. O anteprojeto não era menor em área, era um equipamento que tinha um outro porte e, portanto, não era um equipamento de uso exclusivo dos moradores da vizinhança, porque havia questionamentos dele extrapolar de um parque de vizinhança para se tornar um equipamento de interesse nacional, internacional, etc. Naquele momento, lembro que a minha fala foi um bate-bola com o Conselheiro Marcos de Azambuja, em que ele se referia às suas caminhadas por ali, que era bucólico. Mas as frases que constam estão muito medidas, eu não queria fazer um acréscimo e tomar conta desse tema, fui o mais concisa que pude ao dizer o seguinte: *‘Que a área não era menor, era maior do ponto de vista da área construída, mas que atendia aos requisitos anteriores, que eram do impacto paisagístico, do visual, e que o equipamento deixava sim de ser um uso de interesse imediato da vizinhança para ser um equipamento de maior afluxo de pessoas, mas que isso era inevitável - não sei que palavra usei - diante dos recursos excepcionais da marina. Quer dizer, penso que marina como aquela deve ser tratada como um equipamento com a dimensão que aquele recurso natural permite’* Lembro que discuti principalmente a questão da pesca de caniço, para a qual havia um espaço reservado. Considero inevitável que um recurso natural paisagístico como aquele tenha uma apropriação maior do que a da vizinhança.” Após obter concordância dos Conselheiros para o encaminhamento proposto, o Presidente suspendeu os

trabalhos para o almoço. Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e doze, na Sede do IPHAN, em Brasília, foram retomados os trabalhos da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Arno Wehling, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antônio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades –, Gilson Rambelli – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - e Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Marcos Vinícios Vilaça -, Cláudia Maria Pinheiro Storino– representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação - e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente retomou os trabalhos para avaliação da proposta do Regimento Interno do Conselho com as seguintes considerações: “Todos têm em mãos uma cópia com as alterações sugeridas, com os comentários sobre as alterações que foram incorporadas e as que não foram incorporadas. Além disso, temos a proposta de inserir mais dois artigos, que também já foram distribuídos aos Senhores Conselheiros, para regulamentar a existência das câmaras, já aprovada em reunião, devendo portanto figurar em nosso regimento. Penso que seria melhor fazermos uma avaliação sobre a proposta anterior para discutir os itens que foram ou não acrescentados, para depois examinarmos a proposta de inclusão dos dois artigos. Vou passar a palavra ao Procurador-Chefe Substituto do IPHAN, Heliomar Alencar de Oliveira, para que apresente essas informações. O Procurador tomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “No art. 1º foi incluído o Decreto nº 7387, de dezembro de 2010 (sugestão da

Conselheira Maria Cecília Londres). No art. 2º foi mantido o texto da minuta referente à competência do Conselho, por ficar entendido que a possibilidade dos Conselheiros trazerem temas para discussão já estava prevista em outro item do regimento. (posição da Procuradoria). No art. 3º foi incluído o Decreto nº 6844, de maio de 2009, que estabelece a Estrutura Regimental do IPHAN (sugestão da Conselheira Jurema Machado). No art. 4º foi mantida a possibilidade da apresentação de sustentação oral, desde que protocolado o pedido antes do início da reunião (posição da Procuradoria). Em relação aos artigos 5º, 6º e 7º não houve questionamento anterior. No art. 8º foi adotada a redação: sessões ordinárias ou extraordinárias. (sugestão do Conselheiro Synésio Scofano Fernandes). No art. 13º foi invertida a ordem dos incisos fim de que a sustentação oral de recurso, pelo interessado, anteceda o parecer do Conselheiro Relator (sugestão da Conselheira Jurema Machado). No mesmo artigo, foram reunidos no inciso VII o relatório e o voto do Relator (sugestão das Conselheiras Maria Cecília Londres e Jurema Machado). O parágrafo 2º do mesmo artigo ficou com a seguinte redação: Esgotada a pauta do dia antes do horário previsto para o término da reunião, será aberta a palavra para comunicações dos Conselheiros (sugestão do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses). No art. 20, que trata da possibilidade de haver deliberação do Conselho sem a reunião física dos Conselheiros, foram acatadas todas as sugestões dos Conselheiros. O art. 23 ficou com a seguinte redação: O Conselho Consultivo é soberano para emitir posições nos demais assuntos afetos à sua competência (sugestão do Conselheiros Marcos de Azambuja). Basicamente, são essas as alterações feitas no texto que foi discutido na reunião anterior. Além disso, tendo em vista as questões decorrentes especialmente da ação do Ministério Público em relação à Marina da Glória, na Audiência Pública realizada no Rio de Janeiro, em que se questionou a atuação das câmaras técnicas, entre outros setores do IPHAN, trazemos agora a proposta de incluir, após o art. 19, Capítulo IV, artigos que preveem a instituição e o funcionamento das câmaras, com a seguinte redação: Art. 20 *‘As Câmaras Técnicas serão instituídas por Portaria do Presidente do Conselho, competindo-lhe também designar os servidores do IPHAN que irão secretariá-*

las'. Art. 21 As Câmaras Técnicas ou Setoriais serão compostas por, no mínimo, três Conselheiros e terão o seguinte funcionamento: I – As reuniões serão convocadas pela Secretaria com antecedência mínima de 15 dias, com pauta definida para discussão; II - O quórum para a realização das reuniões é de 2/3 dos membros da Câmara; III – Poderão se manifestar nas reuniões convidados, por solicitação dos membros ou por iniciativa da mesma, desde que com a aprovação da maioria dos membros, ao início da reunião; IV – As deliberações deverão ser apresentadas por meio de atas detalhadas ou pareceres específicos para cada item de pauta subscrito por todos os membros e pela secretária. V – As atas ou pareceres serão providenciados pela secretaria da Câmara Técnica e, após a coleta de assinaturas dos membros, encaminhadas à Secretaria do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. A Secretaria do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural providenciará a distribuição das atas ou pareceres das Câmaras Técnicas, por meio eletrônico, aos demais Conselheiros, bem como, na reunião do Conselho subsequente caso o tema debatido conste em pauta. Parágrafo único – as discussões e decisões das Câmaras Técnicas possuirão caráter de subsidio para decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.” O Presidente deu início à discussão concedendo a palavra ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses para as seguintes observações: “Presidente, me refiro ao Art. 2º - ‘Compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural: *Examinar, apreciar e decidir sobre as questões relacionadas ao tombamento, ao registro de bens culturais de natureza imaterial, à saída de bens culturais protegidos do país, e opinar acerca das questões propostas pelo Presidente.*’ A minha questão conta com base legal na própria denominação que os estatutos dão ao nosso Conselho, que se chama Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e não Conselho Consultivo do IPHAN. Então, significa que é um Conselho que tem a ver com a totalidade do patrimônio cultural, inclusive nas formas de atuação sobre o patrimônio cultural. Não se trata nesse artigo de definir o como, mas definir o que; não se trata, inclusive, de definir a competência do Presidente ou dos Conselheiros, mas a competência do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Quanto a patrimônio cultural, ele está definido claramente no artigo

216 da Constituição Federal na qual fica explícito que, depois de 88, o patrimônio nacional prescinde do tombamento para ser instituído; não é mais o tombamento previsto pelo Decreto-lei 25 que institui o patrimônio cultural após o seu registro em livro de tombo. De maneira que não vejo o porquê de não se poder dar a este Conselho a competência para opinar sobre todos os assuntos relativos ao patrimônio cultural. Então, tenho uma proposta para o final desse artigo, depois de “bens culturais protegidos”. Aliás, no fundo, a expressão marca um Conselho cuja competência seria puramente protecionista, quando a Constituição também diz que a atuação sobre o patrimônio cultural tem um tripé que é necessário articular, um tripé de que constam a identificação, a proteção legal, física, e a valorização. Não dá para esquartejar, não dá para escolher dos três o mais conveniente. De maneira que não é possível que fiquem as competências do Conselho apenas restritas a instrumentos de proteção. Então, significa que tem sentido propor que depois de bens culturais protegidos, seja incluído: *e opinar acerca de outras questões relativas ao patrimônio cultural*”. O Presidente, após concordar com a proposta do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, concedeu a palavra ao Conselheiro Antônio Menezes Júnior para a seguinte manifestação: “Gostaria de encaminhar algumas sugestões. Primeiramente há um ponto sensível, é a questão das reuniões extraordinárias, todo regimento dispõe sobre isso, todo Conselho debate esse aspecto. Estamos diante de um Conselho que não teve e não tem uma centralidade em torno do Presidente, do ponto de vista do seu agenciamento. Então, creio que é mais coerente com os tempos atuais que tenhamos a possibilidade da convocação da reunião extraordinária por um contingente que não o de 2/3, previsto no Art. 10, e sim de 50% dos Conselheiros. Acho que 50% é um número básico e indispensável para uma reunião extraordinária ser convocada. Com 50% dos Conselheiros solicitando uma reunião extraordinária para as questões do Art. 2º, me parece que há legitimidade e necessidade. Há alguma coisa a ser encaminhada. O segundo aspecto, caros amigos, é a respeito da terminologia, também é muito comum essa discussão que reflete concepções. Discordo de setorial, porque o termo expressa alguma coisa relacionada a espaço, técnico, a meu ver, muito menos.

Tenho pavor desse emprego de técnico na administração pública, dessa separação, dessa dicotomia. Portanto, proponho temática, pois são câmaras temáticas. A terceira proposta ou pensamento que gostaria de externar refere-se ao Art. 4º, inciso XIV: 'editar portarias, estabelecendo os critérios de intervenção'. Pergunto a respeito disso, todas as portarias do IPHAN estabelecem critérios de intervenção ou de preservação, ou é o contrário? No Art. 5º, inciso VIII consta que os Conselheiros vão sugerir apreciação e deliberação. O Conselho vai sugerir apreciação e vai deliberar sobre qualquer matéria relacionada às suas atribuições. Essa é uma questão, a meu ver, meramente de correção. Finalmente, desculpem o preciosismo, se for entendido como precisismo, mas no Art. 15: - as reuniões do Conselho Consultivo serão abertas. Aberta significa exatamente o quê? Entendo que ninguém poderá ser impedido de assisti-las. Estou concordando, mas gostaria de um esclarecimento'. O Procurador-Chefe tomou a palavra para concordar, propondo a seguinte redação: 'As reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural serão públicas'. O Presidente tomou a palavra para as seguintes observações: "Obrigado, Conselheiro. Acho que devo colocar em discussão artigo por artigo. Entendo que aprovamos o artigo 1º; o art. 2º, com a inclusão de 'outras questões relativas ao patrimônio cultural'; também art. 3º, com a inclusão do Decreto nº 6844/09. Artigo 4º inciso XIV - "editar Portarias, estabelecendo os critérios de intervenção nos bens tombados". A Conselheira Cecília Londres pediu a palavra para indagar ser o poder de editar portarias, especificado no inciso XIV, se restringe a esses dois itens citados ou se há possibilidade de portarias sobre outras questões? O Procurador-Chefe tomou a palavra para informar que esse inciso está detalhando a competência do Presidente do IPHAN, no âmbito da Presidência do Conselho, não havendo impedimento para que, na condição de Presidente do IPHAN, edite portarias sobre quaisquer outros assuntos relacionados à atuação da autarquia. A Conselheira Jurema Machado tomou a palavra para recomendar a supressão desse inciso por se tratar de atribuição do Presidente do IPHAN. O Procurador-Chefe retomou a palavra para lembrar que o assunto foi discutido em plenário ficando decidido que o Conselho estabeleceria os critérios de intervenção, as

diretrizes para a intervenção em bens tombados, aprovaria as delimitações das áreas de entorno, e competiria ao Presidente, uma ação subsequente, subsidiária, de editar as portarias que veiculariam essas medidas. Opinou que a decisão sobre quais critérios de intervenção seriam observados, competiria ao Conselho no momento da apreciação do processo, cabendo ao Presidente dar publicidade a essas regras, editando as devidas portarias. O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para as seguintes considerações: “Exatamente. Acho que essa é uma questão central para o Conselho. Não creio que os critérios de intervenção devam ser discutidos e votados sobre um caso particular. Devemos discutir sua generalidade. Para algum de nós, isso é uma preocupação muito grande. No parecer que apresentarei amanhã, procuro levantar essa questão seguindo alguns colegas da área técnica e Conselheiros. A minha dúvida é a seguinte: qual é a origem dessas questões? Não acho que devam ser discutidas caso a caso. Aqui se trata de ‘critérios de intervenção nos bens já tombados’. Então, o que caberia? Veremos as situações mais gerais e tentar submeter ao Conselho alguns critérios de intervenção. Hoje, do modo como estão sendo encaminhados, eles podem ser decididos totalmente dentro das Superintendências Estaduais. Acabamos de ter casos polêmicos em relação ao Rio de Janeiro. Entretanto, os nossos colegas Superintendentes Estaduais enfrentam sozinhos todas as pressões em situações desse tipo. Nós deveríamos fazer um trabalho de consolidação desses casos para submeter ao Conselho alguns critérios de intervenção nos bens tombados, os mais gerais deveriam ser votados aqui, não só porque é o dever do Conselho, como o Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses opinou, não é apenas sobre o tombamento, mas sobre as condições de conservação dos bens tombados. Isso deveria ser trazido na sua generalidade e, nos casos particulares, seria discutido. Quando alguém, não sei quem é o sujeito da oração, mas pode ser o Ministério Público ou uma entidade profissional, denuncia que a forma pela qual certo caso está sendo conduzido numa Superintendência não atende aos princípios do tombamento, isso deve vir ao Conselho, porque não tem sentido deixar a questão para decisão burocrática. De por um lado, porque desgasta terrivelmente os colegas que dirigem as Superintendências Estaduais. Em

segundo lugar, porque esse é o cerne da questão da conservação dos bens tombados. Então, não me parece que seja tão simples. Pelo contrário, no momento que nós puxamos este fio, nós abrimos um horizonte muito grande ou vamos apenas, eventualmente, discutir aqui situações de desastres, com desgaste para a Presidência. Já me aconteceu de procurar o Presidente e dizer, tal situação, penso que pode atingir a Presidência, atinge as Superintendências Estaduais. Todos reclamam disso. Em cidades históricas, como Pirenópolis, como Antonina, no momento em que o tombamento é votado, o turismo já está movimentando a cidade, transformando, criando comércio. A tendência dos proprietários de todas as casas residenciais é transformá-las em casas de comércio e descaracterizar a arquitetura. Quem deve decidir isso? É o Superintendente Estadual? Não existe um princípio no trato dessa questão? O que vou dizer amanhã? A recomendação de Nairobi, em 1976, é muito clara. É preciso fazer normas novas para os tombamentos ficarem urbanísticos. O Conselheiro Liberal de Castro tem insistido nisso. Então me parece que a redação é excessivamente sucinta para contemplar a diversidade dessas situações, só que eu não sei quem são os sujeitos das orações, e digo isso com maior clareza, mas acho que esse problema é central. Nós devemos entender o que queremos para que possamos fazer uma redação adequada. Ainda bem que as manifestações foram, inclusive da Presidência, de que isto não é só da Presidência, isso é do Conselho. Mas como definir os sujeitos das ações e como encadeá-las numa ordem em que respondamos a isso? Eu não sei, mas acho que essa questão deveria ser discutida, ela é central, e não basta tomar. Esse item, me parece uma posição de força do Conselho, até porque ele respalda a Presidência, e deve respaldar os Superintendentes Estaduais. Eles precisam poder dizer: *'eu não posso decidir sozinho, não sou eu quem está impedindo isso'*. É uma decisão do Conselho Consultivo que dá uma força enorme a toda parte executiva do IPHAN em relação ao Judiciário. Sei exatamente o que nós temos que enfrentar. Era essa a minha observação.” O Presidente tomou a palavra para as seguintes considerações: “Obrigado, Conselheiro, pela problematização, acho essencial essa observação. Penso que precisamos conseguir dentro dos

nossos processos uma explicitação cada vez maior dos valores dos bens culturais que estamos protegendo. Na medida do possível, essa explicitação de valores diminui a subjetividade no trato dos processos de intervenção. É claro que nós enfrentamos situações que são decorrentes de uma história institucional que fez inúmeros tombamentos sem estabelecer critérios de intervenção. É preciso estabelecer esses critérios. Conselheiro, acho que mesmo estabelecendo esses critérios não eliminamos de todo um trato subjetivo e uma possibilidade de, na verdade, sermos arguidos sob o ponto de vista de perda de valores culturais desses bens objeto de intervenções. Então, não sei se realmente isso deve ser tratado dessa forma, nesse ponto. A impressão que tenho que essa é uma questão mais geral, mas ampla, mais profunda e, da maneira como o Conselheiro colocou, acho que é um objetivo nosso. A maneira como estamos orientando a instrução dos processos visa diminuir cada vez mais essas subjetividades ao explicitar esses valores, tentar ter esses critérios estabelecidos na medida em que são possíveis de serem estabelecidos. Talvez não seja o caso de redigirmos o inciso dessa forma. Talvez não seja nem o caso de ter esse inciso, já que é algo que, na verdade, está permeando a política nossa mais ampla, que é de competência da Presidência. É algo que não está ligado diretamente à competência deste Conselho, ainda que este Conselho deva, no meu ponto de vista, analisar e exigir cada vez mais, nos processos de tombamento e de registro, a explicitação desses critérios de proteção. A impressão que tenho é essa.” O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes pediu a palavra para as seguintes considerações: “Presidente, nessa ordem de ideias, gostaria de apreciar esse inciso XIV, no § único, porque estabelece que o Presidente do Conselho edita portarias fixando critérios de intervenção nos bens tombados, e a delimitação dos entornos, que são questões de uma sensibilidade muito grande, fundamentais. E a restrição do parágrafo único de restringir a apreciação do Conselho a questões de grande relevância, só quando for de grande relevância os Conselheiros poderão requerer ao Presidente sua apreciação e deliberação pelo Plenário, me deixa realmente inseguro.” O Presidente tomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “Não vejo outra maneira,

Conselheiro. A dimensão dos bens culturais já protegidos pela Instituição é de tal monta que, na verdade, lhe confesso a dificuldade dentro da Presidência, da área do IPHAN que deve acompanhar todos esses processos. Então, não tenho dúvida de que precisamos ao instruir os processos de tombamento, fixar esses critérios de maneira mais ampla. Agora, fazer esse acompanhamento, como tenho visto em algumas instituições estaduais que trazem a si a competência de delimitação, de determinação de toda a intervenção em bem tombado, penso que foi um dos fatores de ausência de outras dimensões de uma política de patrimônio de determinados Conselhos, ao reduzir uma visão da atuação do Conselho quase exclusivamente a uma determinação das intervenções. Se este Conselho chamasse a si a atribuição de analisar qualquer intervenção seria inviável, porque precisaria ficar em reunião permanente, dado ao número de licenças que o IPHAN concede. Só para que o Conselheiro tenha ideia, nós estamos cada vez mais trabalhando na construção de indicadores para ter clara a dimensão da equipe necessária e conseguir convencer o Ministério do Planejamento, por exemplo. O IPHAN tem dois técnicos na cidade de Ouro Preto que emitiram no ano passado mais de 800 licenças. São 800 processos abertos e 800 licenças dadas. Então, estamos falando da dimensão do trabalho funcional cotidiano, que é muito grande. As autorizações para pesquisas arqueológicas foram 1.022, no ano passado. Para a concessão de algumas autorizações os processos enchem dois, três carrinhos de supermercado, ou seja, só o tempo para a leitura desses processos visando estabelecer algum critério de intervenção é muito grande. Estamos fazendo um grande esforço no sentido de dimensionar esse trabalho para qualificar as nossas equipes, para poder ter argumentos visando determinar o número de funcionários e de servidores que é necessário para conduzir esse processo todo. Portanto, acho que é discricionário. Não vejo outra maneira, não sei se é discricionário em função da natureza do problema, em função da sensibilidade que nós vamos adquirindo com relação ao trato das coisas.” O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes tomou a palavra para a seguinte observação: “Senhor Presidente, com essa explicação entendi perfeitamente, mas a leitura do texto me deixou uma dúvida quanto ao

passado. Isso se refere a todos os bens já tombados no passado, aqueles bens tombados em determinado momento são atendidos como bens tombados?” O Presidente retomou a palavra para afirmar que sim e, indagado pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes sobre os critérios que seriam adotados, apresentou as seguintes ponderações: “Cada vez mais, acho que temos que cobrar, o Conselho deve cobrar da Instituição a explicitação, nos processos, dos valores que determinarão os critérios de intervenção em bens tombados. Acho que essa é a maneira, porque parte significativa dos problemas decorrem da inexistência da explicitação desses valores. Então, cada vez mais estamos tentando corrigir essa falha. A Conselheira Jurema Machado é uma das Conselheiras que mais cobra essa dimensão nos processos de tombamento. Ela é necessária para os procedimentos da instituição. Agora, ignoramos até que ponto ela eliminará os problemas. Certamente não irá eliminá-los todos. Agora, a solução não é aprovar o projeto de intervenção dentro deste Conselho. Essa é a minha visão.” O Conselheiro Italo Campofiorito pediu a palavra para fazer a seguinte indagação: “Chovendo no molhado. Se o inciso editar portarias estabelecendo critérios desaparece, deve haver um lugar especificando a competência para o Conselho.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Não vejo nenhum problema nisso. Vamos enfrentar uma situação agora, que é bastante polêmica. Vou assinar a portaria que delimita a área envoltória do Plano Piloto de Brasília, que certamente ocasionará uma grande polêmica. As portarias estão dentro da competência da Instituição. Então, é possível que ocorra uma arguição sobre a sua pertinência. Nós temos governabilidade para alterá-la. Então, não vejo problema em tratar a questão como um tramite absolutamente normal, institucional mesmo. Há uma portaria, havendo uma discordância com relação a ela, essa discordância é trazida no Conselho, analisada, e se for necessária alteração, essa alteração está dentro da competência da Instituição.” O Conselheiro Italo Campofiorito retomou a palavra para a seguinte manifestação: “Perfeitamente, concordo inteiramente. Abre a chance da inclusão de um novo inciso tratando da competência do Conselho? Que certos casos extremos sejam examinados pelo Conselho.” A Conselheira Jurema

Machado tomou a palavra para a seguinte ponderação: “É uma questão de ordem. Estamos tratando do regimento do Conselho. Temos atribuições do Presidente, dos Conselheiros, do Secretário. Quando surgiu esse inciso XIV sugeri sua retirada por ser atribuição do Presidente do IPHAN, independente de Conselho.” O Conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para apresentar as seguintes sugestões: “O Conselho pensa bem, mas redigi mal. O colegiado não é um bom órgão de redação, por definição. As ideias ficam se cruzando, de modo que tudo o que ouvi é relevante, a expressão disso não me parece boa. Vou começar lentamente desde o início, o artigo mais importante de competência, que é o Art. 2º, está fora do Capítulo das Competências. O artigo mais importante que é a competência do Conselho está fora das competências. Deveríamos começar dizendo que o art. 2º é o primeiro artigo das competências, que é o que trata da competência do Colegiado, depois a do Presidente, as de seus assessores. Presidente, acho que nós devemos encontrar aqui maneiras de lhe dar subsídios para o exercício de redação rigoroso. Porque é impossível fazê-lo, as ideias começam a ricochetear umas contra as outras e se perdem um pouco. Acho que, essencialmente, nós temos que começar pondo o art. 2º dentro do Capítulo das Competências, que começa dizendo: “compete ao Conselho”, é o *chapeau*, é o que define as suas atribuições, me parece importante estabelecer com clareza. Eu queria esclarecer, não sei se é inoportuno agora, não gosto da palavra técnica usada para o que não é específico. Primeiro, a palavra técnica entraria numa longa discussão. Não sei exatamente o que quer dizer, se alguma coisa com uma certa especificidade temática ou com uma certa fragmentação. Devemos usar uma palavra que não seja técnica e que sugira que se trata de um grupo ao qual é atribuída uma função com grande especificidade. Comissões específicas? Comissões temáticas? De modo que o nosso exercício hoje seria ou deveria ser menos de redação do que subsídios ao Presidente e sugerir que incumba a sua assessoria de recolher e redigir as nossas sugestões, porque nós não chegaremos, assim, a um texto que seja claro e preciso. Entendi do Conselheiro Nestor Goulart a ideia de fazer alguma coisa para proteger e dar mais força a quem está pressionado setorialmente, que o Conselho se faça

responsável para proteger quem está numa situação muito vulnerável pelas pressões locais. Entendi isso, mas como fazê-lo é redacional. De modo que a minha convicção é de que deveríamos colocar esse art. 2º dentro das Competências, deixar muito claro, porque não pode haver uma competência de um Presidente do Conselho, sem que se estabeleça qual é a competência do próprio Conselho. O Presidente tem, mas nós começamos aqui como se fosse uma ditadura absoluta, que não é.” O Conselheiro Arno Wehling pediu a palavra para apresentar as seguintes considerações: “Estou considerando também a questão da competência, porque falamos nesse Capítulo II na competência do Conselho e em seguida vêm enunciadas as atribuições do Presidente do Conselho, mas meu foco é o inciso XIV. Na verdade, considerando a natureza deste Conselho, o seu histórico desde a década de 30, acho que editar portaria não deveria constar como atribuição do Presidente, seria preferível dizer: *‘Estabelecer os critérios de intervenção em bens tombados’*. Isso é competência do Conselho, mas é também atribuição do Presidente, enquanto Presidente do Conselho. Ele também não poderia ou deveria, sozinho, estabelecer critérios de intervenção, faria isso no âmbito do Conselho, na condição de seu Presidente. Acho que não é o caso de dizer o instrumento, se portaria ou não, pois se trata de mero instrumento administrativo. Penso que: *‘Estabelecer os critérios de intervenção’* é uma coisa; outra coisa é, no processo específico que esteja tramitando a propósito da intervenção, se aplicar o critério, que é uma generalidade conceitual, a uma questão específica que envolve procedimento. Portanto, para mim, está muito claro, e reitero minha preferência: *‘Estabelecer os critérios de intervenção’*. Se fosse necessário, se criaria outro inciso, se se quisessem dar grau de detalhamento. Mas, no caso concreto, e o Conselheiro Nestor Goulart fez um comentário sobre isso, no caso particular, como aplicar? O critério é o que. O procedimento, o como. Como vamos explicar esse critério nessa situação específica de intervenção? Seria mais prudente falar também em que casos, prever essa possibilidade de aplicar procedimentos? Uma coisa é estabelecer os critérios genéricos, é a questão filosófica, da competência do Presidente e do Conselho, e não dele isolado, olímpicamente, mas também não só do

Conselho, até porque é um Conselho Consultivo.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado, Conselheiro. Na verdade, esses critérios são sempre resultados de processos dentro da Instituição. Todos são procedimentos com uma série de estudos acumulados até chegarmos à minuta de uma portaria.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis pediu a palavra para os seguintes comentários: “Até agora estava com uma certeza, agora acho que estou com uma outra dúvida. A certeza seria a seguinte, pensando sempre em quem estabelece os critérios gerais. Penso que eles deveriam, se são gerais, ser submetidos ao Conselho. A ação do Presidente do IPHAN vem como Presidente do Conselho, ou seja, o Conselho fixaria os critérios de aplicação a juízo da Presidência. Mas penso na força dessas decisões, o Presidente trazendo ao Conselho a apreciação dos critérios gerais. Portanto, na condição de Presidente, realmente, o problema não é a portaria, é o fato de discutir alguns critérios, de caráter geral e não específico, da proteção. Eu até pensaria tratar-se de atribuição típica das câmaras, porque elas deveriam ter a competência de estudar e propor, não decidir, porque não lhes cabe jamais essa competência, mas sempre me pareceu que elas deveriam ser órgãos auxiliares do Conselho e, portanto, do Presidente do Conselho. É preciso sediar em algum lugar uma responsabilidade de começar a consolidar os critérios gerais. É preciso fazer um inventário da situação, pensá-la na sua generalidade, jamais em casos particulares, a não ser em caso de recurso. Então, estaríamos precisando fazer, de algum modo, um esforço de consolidar essas visões para que elas sejam aprovadas. É claro que isso deve passar pelas mãos da Presidência, caso contrário não aconteceria. Portanto, na sua generalidade, o sistema de intervenção é o que estaria sendo discutido, e me pareceu que caberia ao Conselho discutir a proposta da Presidência nesse sentido; caberia discutir e aprovar critérios gerais de intervenção dos bens tombados. Não se trata de uma portaria, portaria é uma decorrência. Estou tentando entender por esse caminho, porque, pela quantidade extraordinária de casos, pela quantidade extraordinária de problemas, que seria necessário e conveniente pensarmos em decisões genéricas, que é um dos trabalhos a ser feito. Foi isso o que eu entendi.” O Presidente tomou a

palavra para a seguinte manifestação: “Acho perfeita essa avaliação. Entretanto, ela necessariamente não exclui avaliações sobre casos pontuais, porque em determinados casos pontuais existe um enorme dificuldade de se fazerem referências. Por exemplo, o caso que a Câmara de Arquitetura e Urbanismo examinará é o desafio de fazer o projeto de intervenção sobre o Palácio Gustavo Capanema” O Conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para as seguintes considerações: “As atribuições do Presidente, realmente, deveriam ser mais amplas e gerais: agir na defesa daquilo que a Instituição pretende. Agora, dizer que para tal fim ele emite portarias é fazer tudo aquilo que deriva dessa função maior. É importante que fique claramente definido que deve e pode, mas, ao mesmo tempo, que haja uma moldura maior e, na defesa dos interesses da Instituição.” O Presidente tomou a palavra para fazer a seguinte observação: “Nesse sentido, Conselheiro, a impressão que tenho agora é que não seria necessário, porque já é de fato competência do Presidente. Agora, na direção que o Conselheiro Nestor Goulart está colocando, trata-se não de competência do Presidente, trata-se de atribuição do Conselho. Ele está dizendo, explicitamente, que há uma atribuição do Conselho, que é estabelecer ou discutir ou se posicionar sobre os critérios gerais de intervenção nos bens tombados.” O Conselheiro Marcos de Azambuja retomou a palavra para apresentar a seguinte complementação: “Proponho voltar à ideia do poder do Presidente de criar câmaras e de abandonar qualquer das palavras: técnicas, temáticas ou setoriais. Criar câmaras e não rotulá-las. A câmara é uma parte de um todo.” O Presidente retomou a palavra para a seguinte manifestação: “Perfeito. É essa proposta de encaminhamento então? Retirar da competência do Presidente essa redundância que é a edição de portarias, e fazer uma redação sobre o estabelecimento, sobre a discussão de critérios de intervenção em bens tombados como atribuição do Conselho. Acho que isso, de certa maneira, é uma resposta à discussão que tivemos aqui, no caso do Maracanã. Acho que isso fica, na verdade, seguindo a orientação e o conselho do Conselheiro Azambuja para ser redigida, *a posteriori*. E quanto à sugestão de constar apenas: criar câmaras, concordam?” O Conselheiro Ulpiano Bezerra de

Meneses tomou a palavra para fazer os seguintes comentários: “Uma curiosidade. Seja a palavra temática, seja a palavra setorial, significam a mesma coisa, só que uma é de origem grega e a outra de origem latina. Então, seja o tema, seja a secção ou seccionamento são cortes e corte significa parte de um todo. Por isso considero a palavra setorial mais conveniente, porque existe um todo que é o da nossa competência, do qual a câmara vai tratar apenas de uma parte. Acho que setorial é muito mais razoável, até porque, quando nos referimos ao corpo técnico do IPHAN, não estamos falando dos Conselheiros, estamos falando dos funcionários técnicos do IPHAN.” O Presidente agradeceu e passou a tratar do Art. 5º, lembrando que ficou decidido incluir nas atribuições dos Conselheiros uma redação sobre o estabelecimento de critérios gerais de intervenção em bens tombados. No inciso XIII, lembrou que foi proposta a seguinte redação: ‘Sugerir apreciação e deliberar sobre qualquer matéria relacionada às atribuições do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural’. Observou que não houve divergência quanto aos artigos 6º, 7º, 8º e 9º. Concordou com a proposta do Conselheiro Antônio Menezes sobre a alteração do quórum de convocação de reunião extraordinária de 2/3 para 50%, obtendo a aprovação dos demais Conselheiros. Questionada a redação do art. 11, o Conselheiro Marcos de Azambuja tomou a palavra para a seguinte observação: “São faculdades que o Presidente deve ter para usar; é habitual que, num colegiado, o Presidente possa suspender a reunião. Há umas séries de circunstâncias que não podem ser explicitadas em texto dessa natureza e a sabedoria da presidência está nisso; caso contrário seria apenas uma espécie de passador da palavra, sequencialmente.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis tomou a palavra para a seguinte observação: “Não é preciso explicitar. Penso que podemos fazer reuniões reservadas, mas não deveria constar do regimento.” A propósito de questionamento do Conselheiro Arno Wehling, o Procurador-Chefe opinou que, de acordo com o Decreto-lei nº 25, o Conselho Consultivo tem competência para decidir questões referente a tombamento, e nas demais questões, no seu entendimento, é consultivo. O Conselheiro Marcos de Azambuja ponderou que o Conselho pode deliberar sobre questões relativas ao patrimônio cultural

brasileiro, argumentando que a deliberação é um processo intelectual de procura de entendimento, de esclarecimento e clareza, que pode ou não levar a uma decisão. Surgiram discordâncias sobre a seguinte redação do *caput* do art. 13: ‘Nas reuniões serão observados, a critério da Presidência do Conselho, os seguintes procedimentos’. Ficou aprovada a reformulação desse *caput* para explicitar que se refere à ordem em que ocorrerão os diversos pronunciamentos, e que a presidência da sessão será transferida ao Ministro da Cultura no momento da sua chegada ao plenário. Foi aprovada a recomendação de nova redação para tornar mais preciso o inciso V. Foi acolhida a proposta de substituir **vencido** por **não aprovado**, na redação do art. 14. Foi sugerido que à norma de reuniões públicas fosse acrescentado um registro de possibilidade de fazê-las de outra forma. O Presidente decidiu ouvir o parecer do Procurador-Chefe, transcrito a seguir: “A regra dos atos administrativos, inclusive das deliberações de ordem consultiva, é de que sejam todos públicos. É uma norma prevista na Constituição Federal e a própria Constituição excepciona apenas dois casos: quando envolvam a segurança nacional, ou quando são discutidas relações que possam afetar ou comprometer a intimidade das pessoas. Excluídas essas situações, não há fundamento para a realização de qualquer sessão fechada. É ato nulo de pleno direito, o judiciário anularia com tranquilidade. Isso não impede que determinadas questões sejam discutidas informalmente pelos Conselheiros, mas a reunião formal fechada ao público não tem valor jurídico algum.” O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para a seguinte ponderação: “Presidente, se entendi, não é que não se possa fazer reunião, não se pode é deliberar. A sessão, se tem valor jurídico, é porque houve deliberação. A deliberação, a identidade de quem delibera, tem que ser clara, portanto, pública. Agora, há possibilidade de pessoas se reunirem para conversar e discutir entre si.” O Procurador-Chefe retomou a palavra para a seguinte complementação: “A questão é que, muitas vezes, o fundamento das decisões tomadas pelo Conselho surge das discussões travadas durante a reunião. Importa para quem é atingido por ato emanado do Conselho conhecer essas fundamentações e os motivos que o levaram a uma determinada decisão. A

questão é essa, saber a motivação. Foi uma das questões suscitadas pela Procuradora, no Rio de Janeiro. A ata da reunião da Câmara de Arquitetura e Urbanismo não explicitava as razões pelas quais havia aprovado o anteprojeto do arquiteto Indio da Costa. Essa é a grande questão, as razões e as motivações utilizadas pelo Conselho para decidir devem ser públicas, devem estar explícitas nos atos praticados pelo Conselho. Se a motivação consta de um parecer, ao qual todos aderem e concordam, é admissível; agora, se a motivação decorre das discussões, dos debates entre os Conselheiros, esses debates devem ser públicos, devem ser apresentados a todos para, eventualmente, serem questionados por algum interessado.” O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes pediu a palavra para as seguintes considerações: “Presidente, me desculpe retroceder. Estive conversando com o meu preceptor, o nobre Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, mas a minha ignorância não alcança a luz que ele tem. Dessa forma, quero voltar ao texto do art. 14 ‘Vencido o parecer do relator’. Então, por exemplo, o relator fez um parecer sobre proposta de tombamento de um bem, o Conselho recusou esse parecer totalmente, e será designado outro relator, para que? O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses tomou a palavra para fazer a seguinte observação: “A questão não diz respeito a pareceres vencidos, mas a pareceres vencidos quando não houve solução para o caso, de maneira que se inicia do zero. A questão chave aqui é a nomeação de um novo relator. É essa a questão, situação difícilíssima de acontecer, acho.” O Conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para o seguinte sugestão: “Não seria possível o Presidente propor outro encaminhamento, uma solução alternativa, ou uma outra modalidade, encontrar uma outra via, sugerir um outro caminho sem ser explícito sobre a substituição de um Conselheiro?” O Presidente manifestou sua intenção de recomendar a reformulação da redação do art. 14; considerou já discutido e aprovado o art. 15, especificando que as reuniões serão públicas; consultou o plenário sobre os artigos 16, 17, considerados aprovados. O art. 18 foi questionado e suprimido. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes pediu a palavra para tratar do inciso III do art. 21, indagando qual seria o procedimento, estando presentes dois membros da Câmara, se um votasse

contra e o outro a favor. O Presidente tomou a palavra para informar que não haveria decisão porque as Câmaras não têm caráter decisório, o assunto seria levado ao Conselho. A Conselheira Maria Cecília Londres pediu a palavra para opinar que a Câmara do Patrimônio Imaterial é presidida pelo Diretor do Departamento, que, no seu entendimento, tem voto de Minerva. Informou que esse tem sido o procedimento, pelo menos na Câmara do Patrimônio Imaterial. A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para fazer a seguinte ponderação: “Penso que não faz sentido ter voto nessas câmaras, pois elas são uma assessoria técnica, uma consultoria para que as discussões cheguem ao Conselho com mais qualidade, com mais aprofundamento, e o relatório da câmara, inclusive, deve expor o contraditório. Portanto, não tem sentido esse voto, não há deliberação, é instrução para subsidiar o Conselho. Considero a ata a única coisa indispensável, no caso das câmaras. Até o prazo de 15 dias para convocação também é duvidoso, porque pode surgir um imprevisto, uma urgência, uma alteração da realidade em um determinado tema que conste da pauta, um fato novo que precisa de aprofundamento. As câmaras devem contar com apoio do IPHAN, porque é importante que o Departamento correspondente esteja presente e a sua ata seja feita.” O Presidente passou a tratar do art. 22, concedendo a palavra ao O Conselheiro Marcos de Azambuja para apresentar o seguinte questionamento: “ O que está anotado aqui não é bem o que sugeri, ou pensei estar sugerindo. A ideia é de que todo o ponto omissivo ou controvertido, de natureza regimental, que não esteja claro, havendo debate, o Plenário é soberano para esclarecer qual era a sua intenção. No caso, a assembleia geral é senhora das suas regras de procedimento; havendo uma dúvida ou uma controvérsia, ela mesma decide. Ocorrendo uma situação que não esteja claramente explicitada, o Conselho tem a capacidade de definir qual era a sua intenção, qual era o seu intuito. Senão, nós teremos um problema gerando um impasse ou deverá ser arbitrado fora, em algum órgão. Em assuntos referentes diretamente aos procedimentos do regimento, o Conselho é apto, ele mesmo, para definir qual era a sua intenção, o que pretendeu fazer.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “A minha proposta de encaminhamento é fazer uma

outra redação, levando em consideração todos esses comentários e enviá-la aos Senhores Conselheiros por meio eletrônico, e que não esperemos a nossa próxima reunião. Se realmente houver alguma manifestação dos Senhores Conselheiros, certamente vamos refletir sobre a incorporação ou não dessa manifestação. Se houver alguma dúvida, se uma posição não for incorporada, não edito a portaria e trago o texto para nova avaliação do Conselho, se atingirmos um consenso por meio eletrônico, edito a portaria. Isso é fundamental nesses novos tempos que estamos vivendo. Os Senhores Conselheiros concordam com esse procedimento? O Conselheiro Antônio Menezes Júnior pediu a palavra para indagar se existe alguma previsão a respeito da alteração do regimento. O Procurador-Chefe, por solicitação do Presidente, informou que da mesma forma que o Conselho é competente para elaborar o seu regimento, pressupõe-se que é competente para promover alterações. O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes pediu a palavra para fazer o seguinte questionamento sobre a redação dos parágrafos 2º e parágrafos 3º do art. 21: “O § 2º - ‘pedido de reconsideração será dirigido ao Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que poderá confirmar, modificar, anular ou revogar total ou parcialmente a decisão proferida; § 3º - O pedido de reconsideração com posicionamento do Presidente deverá ser decidido pelo Conselho Consultivo. Ora, se ele revogou ou anulou, não há mais o que ser apreciado pelo Conselho, portanto, que há uma contraposição entre esses dois parágrafos.” O Procurador-Chefe tomou a palavra para os seguintes esclarecimentos: “Na verdade, o pedido de reconsideração é dirigido ao Conselho, então cabe ao Conselho decidir se vai confirmar, modificar, anular ou revogar. Ao Presidente cabe receber o pedido. Sendo assim, o pedido de reconsideração vem dirigido ao Presidente, mas a decisão acerca do pedido de reconsideração não é do Presidente, é do Conselho. O Presidente apenas recebe o pedido, mas quem decide acerca dele é o Conselho. A observação do Conselheiro está correta, é uma questão de corrigir a redação.” Concluída da discussão da minuta do Regimento Interno, o Presidente colocou em votação a minuta da ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na qual foram incluídas todas as

modificações solicitadas pelos Conselheiros signatários do documento. Não havendo manifestação contrária, a ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi aprovada por unanimidade.” Prosseguindo, passou a tratar do Processo nº 1.558-T-08 (Processo nº 01408.003336/2008-70) – **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal**, no Estado do Rio Grande do Norte, concedendo a palavra à Relatora, Conselheira Rosina Parchen para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: **“Parecer sobre impugnação apresentada pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte, ao processo analisado e aprovado por este Conselho, em sua 66ª reunião, realizada em 09 de dezembro de 2010, com relato do Conselheiro Marcos Castrioto de Azambuja.** Brasília 25 de janeiro 2012. TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL - Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. **Processo de tombamento nº. 1.558-T-08.** Esta análise refere-se ao pedido de impugnação **ao Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Município de Natal**, efetuado pela CODERN, Companhia Docas do Rio Grande do Norte, sociedade de economia mista federal, concessionária de serviços públicos, é vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República. Denote-se que o este pedido é intempestivo, pois está datado de 10 de agosto de 2011. As demais impugnações foram encaminhadas no prazo especificado pelas notificações e edital de tombamento publicado em Diário Oficial da União em 23 de julho de 2010. Em argumentação se diz ter sido surpreendida no dia 16 de setembro de 2010 com o recebimento da Notificação. Após considerações sobre fatos administrativos do porto, diz: *“não tem como se realizar tombamento da Área do Porto Organizado, uma vez que os efeitos deste entrariam em confronto com a Lei que regulamenta o serviço portuário, conforme explicitado”*. Sugerem ainda que, no caso da Ribeira, área onde se encontram as instalações portuárias, cada imóvel seja analisado individualmente e acrescentam que os imóveis de sua propriedade já sofreram inúmeras modificações. Segundo se depreende dos autos do processo de tombamento e das análises procedidas pelas áreas, jurídica e técnica, do IPHAN, quanto ao Valor Histórico e

Paisagístico, manifesta-se a Senhora Procuradora Federal Dra. Genésia Marta Alves Camelo dizendo que “*não merece prosperar o argumento de que a área já sofreu diversas modificações, perdendo qualquer valor histórico ou artístico*”. Ainda acrescenta “*como dito alhures, trata-se de tombamento em conjunto cuja proteção não advém do exame individual do bem*”. E finaliza “*há de se asseverar pelo mero exame do processo de tombamento que este se encontra devidamente instruído, estando evidente os valores históricos e paisagísticos que ensejaram o tombamento do centro Histórico de Natal*”. A Coordenadora do DEPAM Arquiteta Jurema Kopke Eis Arnaud é muito objetiva ao concluir seu parecer, evidenciando os três principais argumentos que fundamentaram a aprovação por unanimidade, por este Conselho, do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Natal: “*A heterogeneidade não foi considerada relevante a ponto de afetar o interesse da sua proteção federal; A valorização da forma de organização do traçado urbano, algumas vezes, prevalece sobre a arquitetura que, nesses casos, figura como complemento; E também que o tombamento de um sítio urbano deve ser principalmente fundamentado em seus valores urbanísticos e paisagísticos que, por sua vez, representam os mais importantes parâmetros para a definição de critérios de intervenção do seu casario*”. **PARECER** - É incontestável o valor do conjunto tombado, tão bem argumentado no Parecer do Conselheiro Relator Marcos Azambuja. Foi reconhecido o excelente e criterioso trabalho realizado pela Superintendência do IPHAN do Rio Grande do Norte, na definição das áreas, na classificação dos imóveis e na justificativa para o tombamento. Portanto, considerando a aprovação ao tombamento, ocorrida em dezembro de 2010 e sobretudo o não cumprimento do prazo legal para a apresentação desta impugnação, bem como a inconsistência da argumentação nela contida, sou de PARECER que se mantenha o TOMBAMENTO conforme decisão anterior do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rosina Coeli Alice Parchen - Conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.” O Presidente agradeceu à Relatora e deu início aos debates, concedendo a palavra à Conselheira Jurema Machado para o seguinte comentário: “Só uma observação, que é de forma, mas que geralmente causa problema. Há três denominações do conjunto:

Centro Histórico de Natal; Cidade de Natal; Conjunto Arquitetônico Urbanístico Paisagístico de Natal. A nomenclatura imprecisa acaba dificultando até a classificação da natureza dos bens. A outra questão é, considerando a intempestividade da impugnação, porque o tema vem ao Conselho? Na hipótese de manifestação da Conselheira Relatora, ou do Conselho favorável à impugnação intempestiva, qual seria o procedimento?” A Conselheira Rosina Parchen tomou a palavra para esclarecer que ao receber para analisar uma impugnação intempestiva, indagou sobre a conveniência da medida, e que foi informada da conveniência de haver mais um parecer, na hipótese de ocorrer algum questionamento judicial. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Procurador-Chefe para o seguinte esclarecimento: “Embora a impugnação seja intempestiva, é possível que contenha algumas questões que podem ser revistas pela administração, independente de ter havido a impugnação. Questões de ordem pública, como chamamos, podem ser tratadas ou revistas, independente de haver impugnação. Na técnica jurídica chamamos atenção para a intempestividade, mas de toda forma embora seja intempestiva, e como a decisão é do Conselho recebê-la ou não, o Conselho, em face do fundamento da impugnação, pode querer discuti-lo. Entretanto, é uma decisão do Conselho conhecer ou não da impugnação intempestiva sob a lógica de que ela pode trazer questões ou falhas formais observadas no processo que, independentemente de impugnação, podem ser corrigidas, de ofício, pela administração.” O Conselheiro Marcos Castrioto de Azambuja pediu a palavra para a seguinte indagação: “Entendo o argumento, mas ele abre um precedente complicado. Se nós aceitamos, para revisão, um conjunto de alegações que declaramos inicialmente intempestivas, toda e qualquer outra alegação se valerá desse precedente. A minha preocupação não é tanto com a substância do que houve, mas com o precedente que se cria para que qualquer relutância tardia, dados que não estavam presentes possam ser apresentados e debatidos. Mas, nesse processo, não é o caso de que a nossa decisão não tenha levado em conta coisas que só vieram à tona mais tarde, fatos que não eram de domínio público, circunstâncias novas. Não. Foi apenas alegado: ‘queremos rever isto’. Portanto, é a minha preocupação.

Agradeço a qualidade do parecer da Relatora, é aquele que eu endossaria e estaria de acordo. Mas essencialmente, como nós estamos, no caso de Natal, protegendo o que não tem intrinsecamente um imenso valor arquitetônico, apenas é um conjunto que define o que a cidade Natal foi. Fora disso ela se expandiu e é somente as praias. Mas o que Natal foi e é, é a Ribeira. É aquele trecho ao longo do Rio Potengi que caracteriza a cidade. A Natal que existe com historicidade é aquela do século XIX, é um centro, como foi um pouco da cidade baixa de Salvador, de comércio, de atividade, e é o que define Natal. A minha convicção é de que os prédios não têm, ou muitos poucos têm, na origem, uma grande qualidade, mas é de fato a preservação de um conjunto que identifica uma cidade, sua alma, sua cultura, e o que ela é.” O Presidente tomou a palavra para o seguinte posicionamento: “Obrigado, Conselheiro. Tenho a impressão de que devo trazer à decisão do Conselho casos como esse, mas realmente acho que foi um equívoco solicitar a análise e parecer de um Conselheiro. Penso que nessas situações, de qualquer forma, é uma prerrogativa do Conselho analisar ou ao não. Tenho essa impressão de que, no futuro, a impugnação deverá ser informada ao Conselho de que há essa demanda por parte de algum ente que sente afetado antes de, na verdade, conduzir o processo.” O Presidente tomou a palavra para apresentar a seguinte sugestão: “O primeiro encaminhamento poderia ser pelo não conhecimento da impugnação, por intempestiva, a não ser que o Presidente ou a Relatora decidam discutir o caso em razão da relevância de algum ponto suscitado na impugnação. Senão, o primeiro encaminhamento seria esse, não conhecimento da impugnação intempestiva, e encerra-se a discussão.” O Presidente retomou a palavra para a seguinte complementação: “Podemos estabelecer a proposta do Procurador Chefe como procedimento? Os Conselheiros concordam? De qualquer forma, precisamos colocar em votação o parecer da Conselheira Rosina Parchen pela recusa da impugnação. Dessa forma, peço que os Senhores Conselheiros favoráveis ao parecer da Relatora, pela manutenção do tombamento, que se manifestem levantando a mão. Declaro aprovado por unanimidade o parecer da Conselheira Rosina Parchen rejeitando a impugnação. Muito obrigado.” O nosso novo ponto de pauta é a proposta de

Registro dos **Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas Karajá**(Livro do Saberes), **Ritxòkó: Expressão Artística e Cosmologia do Povo Karajá**(Livro das Formas de Expressão). O relator é o Conselheiro Roque de Barros Laraia. Antes da projeção do vídeo quero assinalar as presenças da Senhora Edna Aparecida, Secretária de Estado Extraordinária do Entorno(?); representante do Governo do Estado de Goiás, do Governador do Estado de Goiás, Senhor Marconi Perillo; da Senhora Narubia Karajá, Coordenadora de Cultura Indígena da Secretaria de Cultura de Tocantins; do Senhor Sinvaldo (inaudível), representante do cacique de Aruanã/Goiás, Raul Guaracachi, da Prof.^a Dra. Divina das Dores de Paula Cardoso, Pró-reitora de Pesquisas de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, e do Professor, Dr. Orlando Afonso Vale do Amaral, Pró-reitor de administração e finanças da Universidade Federal de Goiás. Após a apresentação do vídeo, o Presidente passou a palavra ao Relator Conselheiro Roque de Barros Laraia para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: “PARECER - O processo 01450.005542/2010-13 teve o seu início quando a Superintendente do IPHAN, em Goiás, Salma Sadi Wares de Paiva, encaminhou ao Departamento de Patrimônio Imaterial, então dirigido por Márcia Sant’Anna, o memorando nº 127/10, datado de 8 de abril de 2010. Nesse expediente era encaminhada a documentação para a abertura do processo de registro das Bonecas Karajá. O referido memorando era acompanhado de: 1. Informação técnica nº 16/10, produzido pela técnica Maira Torres Correa; 2 Pedido de Registro assinado pelas lideranças das seguintes aldeias Karajá: Buridina, Aruanã, GO; BdèBurè, Aruanã, GO; Santa Izabel do Morro, Ilha de Bananal, TO; Watau, Ilha de Bananal, TO; e Werebia, Ilha de Bananal, TO. 3. Abaixo Assinados das comunidades Karajá das aldeias Buridina, BdèBurè e Santa Izabel do Morro declarando a anuência e o interesse na instauração do processo de Registro. 4. Cartas de Apoio assinadas por representantes das seguintes instituições: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia/PUC-GO; Museu Antropológico/UFG; Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio e Expressões Museais/ Faculdade de Ciências Sociais/UFG e Iny Machado Coordenação (entidade indígena Karajá). 5. Cópias dos seguintes textos de

referência sobre o tema: Campos, S.M.C.L., “Bonecas Karajá: Modelando Inovações, Transmitindo Tradições”; Castro Faria, L., “A Figura Humana na Arte dos Índios Karajá”; Costa, M.H.F., A arte e o Artista na Sociedade Karajá”; Hartmann, G., “Litjokopuppen der Karaja Brasilien”; 6. Relatório consolidado de pesquisa para a identificação e documentação das Bonecas Karajá, produzido pela equipe do Museu Antropológico/ UFG contratado pelo IPHAN. Em 5 de maio de 2010, a Diretora do DPI informou as partes interessadas a abertura do processo referente ao pedido de Registro do Ofício e dos Modos de Fazer as Bonecas Karajá, decisão esta baseada em excelente Nota Técnica, assinada por Fabíola Nogueira da Gama Cardoso, técnica do DPI, que levou em consideração a decisão da Câmara do Patrimônio Imaterial que, em 3 e 4 de maio. “recomendou a possibilidade de se aprofundar a pesquisa também como Forma de Expressão”. Com efeito, a pesquisa mostra que o Ofício e os Modos de Fazer as Bonecas Karajá, ao mesmo tempo em que se constitui como uma importante fonte de renda para as famílias Karajá, é também uma herança cultural que reproduz aspectos de suma importância para o grupo étnico. Em setembro de 2011, foi enviado ao IPHAN o dossiê descritivo dos modos de fazer ritxòkò (nome atribuído a boneca no linguajar feminino Karajá), em sua versão mais atualizada. O referido dossiê foi realizado por uma excelente equipe de pesquisadores, assim constituída: Coordenação: Dra. Nei Clara de Lima, 1ª fase Dra. Telma Camargo da Silva, 2ª fase Pesquisadores: Dr., Manuel Ferreira Lima Fº Dra. Nei Clara de Lima, Dra. Rosani Moreira Leitão, Dra. Telma Camargo da Silva Ms. Maisa Torres Correa (representante do IPHAN na equipe). Consultores: Ms. Edna Luisa de Melo Taveira Dra. Patrícia Mendonça Rodrigues Assistentes de Pesquisa e Bolsista Núbia Vieira Teixeira Michelle Nogueira Rezende O relatório constituído de 198 páginas descreve muito bem a importância das bonecas na vida e na cultura dos Karajá. O relator, neste momento, considera necessário fazer uma síntese do povo e da cultura Karajá. Pesquisas arqueológicas demonstram que os seus prováveis antepassados já ocupavam a bacia do Araguaia muito antes da chegada dos primeiros colonizadores. As mais antigas datações remetem aos séculos XI e XII. São eles falantes de uma língua Macro-Jê e se dividem em três grupos:

Javaé, Xambioá e os Karajá, propriamente ditos, que ocupavam uma extensa faixa do vale do Araguaia, até Xambioá (TO) na divisa com o Pará, incluindo toda a ilha de Bananal, a maior ilha fluvial do mundo que totaliza 322 km de extensão por 81 km de longitude. Os Xambioá concentravam-se mais na parte noroeste do território total e os Javaé na costa leste da Ilha. Todos eles se identificam pelo mesmo termo que denominam a sua língua, Iny, que pode ser traduzido como “nós, gente, ser humano”. Os falantes dos três grupos, apesar da existência de diferenças, se entendem. Uma característica importante do seu idioma é a existência de formas diferenciadas de falar, segundo o sexo do falante. Assim, ritxòkò é a forma feminina e ritxoó a masculina. Do ponto de vista da organização social, são regidos por regras de descendência patrilinear que contrasta com a regra de residência uxorilocal. O casamento é monogâmico e são mal vistos os homens que abandonam a esposa, podendo sofrer agressões físicas por parte dos parentes da mulher, Segundo o seu mito de origem, os seus antepassados habitavam uma aldeia sob o leito do rio Araguaia, onde formavam a comunidade dos Berahatxi Mahãdu. Um jovem encontrou uma passagem para a superfície. Encantaram-se com o mundo da superfície, as belas praias e os amplos espaços, que os levaram a mudar para a superfície. Só então, conheceram as doenças e a morte. Tentaram regressar ao seu habitat original, mas encontraram a passagem fechada e guardada por uma imensa serpente. Povoaram, então, todo o vale do Araguaia. Tornaram-se conhecidos por serem excelente guerreiros, canoieiros, pescadores e, sobretudo, exímios ceramistas. Segundo a tradição, uma mulher fez a primeira boneca para distrair uma menina que chorava. E é assim, em todas as suas falas, que explicam a existência das bonecas: “um brinquedo que se transformou, mudando de formas e de significados para atender a demanda do mercado, quando este surgiu.” A excelência das bonecas é explicada pela boa qualidade da argila, retirada das margens do rio e, também, pela existência de uma madeira que é transformada em cinza e misturada com o barro para dar uma maior consistência e facilitar o manuseio. Denominam esse vegetal de “cega-machado”. A sua cinza, segundo os especialistas, funciona como um anti-plástico. O antropólogo Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional,

classificou as bonecas, por ele estudada, em duas fases: Fase antiga, que abrange peças documentadas pela literatura etnográfica e existentes nos acervos de diversos museus, desde o final do século XIX e início do século XX, até a década de 40. São pequenas figuras estilizadas (entre 7 e 25 cm), com corpo modelado em argila crua e cabeleira de cera de abelhas. De formato esteatopígeo, sem a presença de braços e de pernas e com nádegas e membros inferiores representados por formas arredondadas e volumosas. Fase moderna, caracterizada pela transformação de bonecas de barro cruem bonecas de cerâmica. Ou seja, a boneca de argila passa a ser queimada, como já ocorria com a panela e outros objetos utilitários. São agora de formas diversificadas e complexas, com características cenográficas. As decorações são policromicas e de formas mais delgadas, expressando uma mudança estética nas figuras humanas. No entanto, nas pesquisas recentes constata-se que as fases acima mencionadas não são sucessivas, ou seja, a criação de novos modelos não tem significado o desaparecimento dos modelos considerados antigos. Os objetos da fase denominada de “antiga”, resultantes das coletas do final do século XIX e início do XX, podem ser encontrados em excelentes coleções existentes em diversos museus brasileiros, principalmente no Museu Nacional, da UFRJ, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Museu Antropológico da UFG, além do Museu do Índio, no Rio de Janeiro. No exterior, destacam-se as coleções do Museu fürVolkerkunde, na Alemanha, além da coleção de Claude Levi-Strauss, no Museu de Quai Branly, em Paris. O terceiro capítulo do Relatório descreve minuciosamente os modos de fazer as bonecas. Esses procedimentos podem ser assim resumidos: 1.As matérias primas: o barro suú e a cinza mawysidé O barro é coletado em regiões próxima as margens do Araguaia e transportada em cestas de fibras vegetais e, mais recentemente em bacias ou baldes de plásticos. Neste procedimento a ceramista conta com o apoio do marido, genros e filhos Na região de Santa Isabel do Morro, é abundante a presença do barro adequado, o que não acontece em Aruanã. A fabricação da cinza é um trabalho pesado e exige a cooperação masculina. Os caules das árvores são retirados com machado ou facão e é necessário esperar cerca de um ano para que a madeira fique seca.

A madeira é queimada no local da derrubada e a cinza é transportada para a residência com o auxílio de baldes, sacos plásticos, carrinho de mão e, até mesmo de barco. 2. A preparação da massa de argila e a modelagem. A massa de modelagem é feita pela mistura da argila com cinza e água. A proporção de cada um desses elementos varia conforme a ceramista. Antes mesmo da mistura o barro seco é socado em pilão e peneirado. A massa de argila com cinza, umedecidas com água, é então sovada e depois protegida com pano ou plástico para evitar o ressecamento, podendo ser estocada por um período de dois dias. Antes da modelagem, a massa é separada em pequenas bolas que darão origem sucessivamente ao corpo, à cabeças e demais partes da ritxoko. Segundo uma ceramista: “primeiro faz as pernas e depois corpo e cabeça”. 3. O acabamento: raspagem e alisamento das peças. Antes mesmo de estarem completamente secas, as peças passam por um processo de raspagem, quando são eliminados os excessos e as irregularidades. No passado, a raspagem era feita com conchas de caramujos. Atualmente são realizadas com uma pequena faca ou colher. A etapa seguinte é o alisamento que consiste no esfregamento da superfície da peça com pedaços de tecidos umedecidos. 4. A secagem e a queima. Durante três dias, no período seco, ou uma semana, no tempo úmido, as peças ficam abrigadas no interior das casas para a secagem. O processo seguinte é a queima das mesmas que ocorre em dois tempos, No primeiro, as peças são colocadas sobre uma lâmina de metal previamente aquecida e sofrem o efeito do calor, sem contato direto com o fogo, São reviradas para que todos os lados sejam queimados igualmente. Imediatamente após essa fase ocorre o segundo momento, quando sobre as bonecas é acesa uma fogueira com casca de imbaúba, ou qualquer madeira leve de queima rápida e intensa. Concluída a queima, as peças são retiradas do fogo e deixadas ao ar livre para esfriar. Algumas ceramistas usam, no entanto, uma espécie de forno para efetuar a queima. 5. A decoração das bonecas. As bonecas são decoradas com padrões gráficos, os mesmos utilizados na pintura corporal e na ornamentação dos demais artefatos Karajá. Predominam as cores vermelho e preto. O pigmento vermelho é obtido da semente do urucum. A cor preta é obtida da fuligem do

carvão misturada ao extrato da casca da árvore txarurina. Atualmente é possível constatar a utilização de tintas industriais. Maria Heloisa Fenelon Costa (1968:109), antropóloga do Museu Nacional, afirmou que os motivos da ornamentação são sempre geométricos, segundo padrões básicos e padrões derivados que operam por meio de combinações, de entrecruzamentos de linhas e pela distribuição no espaço. Alguns dos desenhos corporais mais comuns são as listas de faixas pretas, usados nos braços e nas pernas. Para Edna Taveira, da Universidade Federal de Goiás, os padrões tradicionais são ensinados às crianças que reproduzem os motivos nas areias das praias do Araguaia. “A prática do desenho, portanto, se insere no processo educativo Karajá, que impõem normas de uso conforme idade, sexo e papel social”. A preparação das tintas. A tinta vermelha é obtida da semente do urucum, como acontece em muitos grupos indígenas brasileiros. Suas sementes são esmagadas até formar uma pasta líquida. Uma alternativa é ferver as sementes até soltar toda a polpa vermelha que, depois de seca, é guardada em pequenas bolas que são diluídas em óleo de coco de babaçu ou de tucum no momento de seu uso. A cor preta é obtida da fuligem do carvão que se desprende das panelas e da lenha queimada, misturada ao extrato da casca da árvore ixarurina. Para a preparação desse extrato são cortadas e esmagadas pequenas lascas da casca da madeira, ainda verde, que produz um sumo com alto poder de fixação. Este sumo é, então, misturado a fuligem das panelas. Atualmente, os pigmentos, quando preparados em maior quantidade e não usados, são armazenados em recipientes industrializados, de plásticos ou de vidros. A aplicação dos grafismos. As bonecas são inicialmente decoradas com motivos gráficos escolhidos na cor preta. O vermelho é usado, posteriormente, para destacar alguns detalhes ou para dar maior visibilidade nos grafismos na cor preta. Os pigmentos são aplicados diretamente sobre as peças com o uso de um palito, geralmente feito da haste da folha do buriti. A ceramista pode também confeccionar uma espécie de pincel: fixando um chumaço de algodão na ponta de um palito. Uma outra possibilidade é a utilização dos próprios dedos para preencher com a tinta as superfícies maiores, como é o caso da parte correspondente aos cabelos. O relatório de pesquisa mostra a

importância da boneca no processo de socialização das meninas Karajá. Identifica as principais ceramistas e demonstra a importância atual dos artefatos Karajá na economia do grupo. Os principais trabalhos antropológicos realizados demonstram que os grafismos utilizados nas bonecas são os mesmos encontrados na pintura corporal, na decoração de máscaras, cestarias, remos, arcos e flechas, bancos cerimoniais, etc.. A antropóloga Edna Luiza Taveira observou que “São vários os padrões usados caracterizando-se pela combinação de linhas horizontais e verticais, numa composição geométrica de gregas quátricas. Os desenhos pelos nomes que lhes são dados, representam partes do corpo da fauna terrestre e aquática: formiga, cobra, urubu, morcego, peixe, tartaruga, mas nunca o animal como um todo. Podem ocorrer também motivos ornamentais interpretados como elementos da natureza: “caminho sem fim”, “forquilha”, etc. O único motivo ornamental que foge a essa regra encontra-se na decoração de alguns potes, pratos cerimoniais, figuras fantásticas e maracás nos quais aparece representada a máscara de Aruanã” (Taveira, 2002:25). O último capítulo do Relatório contém as sugestões para políticas de salvaguarda. A técnica Fabíola Nogueira da Gama ao encaminhar o dossiê para a aprovação do Departamento de Patrimônio Imaterial fez as seguintes considerações: “...os karajá de Santa Isabel do Morro e, sobretudo, de Aruanã estão inseridos em um contexto urbano que envolve um contato interétnico cada vez mais regular e intenso com a sociedade regional envolvente. Assim, aos conflitos existentes entre lideranças indígenas e que levam às cisões internas das aldeias e à formação de novas, como é o caso de Bdè-Burè, Wataú, JK e Werebia, somam-se àqueles advindos do contato com os tori. A intensificação do turismo nas cidades de Aruanã e São Felix do Araguaia, por exemplo, agrava, por vezes, os impactos desse contato, com o aumento do consumo (abusivo) de bebidas alcoólicas e drogas, da prostituição, do contágio de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Um dos principais problemas e desafios a serem enfrentados passa, portanto, por pontos de tensão e conflito que geram, por vezes, a desagregação da pessoa e dos grupos Karajá, o que requer o compromisso do Estado na implantação de políticas públicas capazes de lidar

com as consequências, muitas vezes desastrosas, desse contato. Conforme bem assinalado no Dossiê Descritivo, se o que se pretende é salvaguardar o ofício e os modos de fazer as ritxòkò, e os conhecimentos tradicionais a elas associadas, atuar sobre essas tensões e promover ações de valorização dos detentores desses saberes é mais do que fundamental.” Este Relator concorda com as sugestões acima, mas chama a atenção para a necessidade de uma real integração da Fundação Nacional do Índio em qualquer projeto de salvaguarda. Finalmente, em 28 de outubro de 2011, a Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial, Célia Corsino, encaminhou o processo ao Procurador Chefe do IPHAN, Heliomar Alencar de Oliveira, para análise do processo e demais providências. Em 4 de novembro de 2011, o Procurador Chefe aprovou o competente parecer elaborado pela Procuradora Genésia Marta Alves Camelo. Em 16 de novembro foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso, na forma disposta pelo parágrafo 5º do Artigo 3º do Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Em 8 de novembro, por determinação do Presidente do IPHAN, o presente processo foi encaminhado a este Relator, que apresenta o presente parecer aos Senhores Conselheiros: Ficou evidente que o conhecimento dos modos de fazer as bonecas é amplamente difundido no mundo feminino Karajá. A difusão dos saberes necessários para a realização dessa prática faz parte da educação das meninas indígenas. A pesquisa identificou as ceramistas mais conceituadas ou que se integraram com mais visibilidade no mercado de trabalho decorrente do contato com a sociedade majoritária. Contudo, ao contrário de outras situações onde a existência de um ofício está bem definido, constata-se que os saberes relacionado com o modo de fazer as bonecas não se restringem a um número específico de mulheres. Assim, seguindo o que foi definido na Câmara de Patrimônio Imaterial opinou pelo registro do bem em dois livros: No livro dos Saberes com a denominação: **Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá**. E no livro das Formas de Expressão como **Ritxòxó: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá**. O parecer é favorável também às sugestões propostas para o Plano de Salvaguarda, enfatizando, mais uma vez, a necessidade do envolvimento da Fundação Nacional do Índio.

Brasília, 18 de janeiro de 2012. Roque de Barros Laraia, Conselheiro.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira para a seguinte manifestação: “Acompanhei tudo fascinada, e gostaria de saber mais. Primeiro, a técnica de fazer as bonecas está muito bem definida, quem faz, como fazem, etc., mas, existe alguma simbologia dentro desse universo? Na denominação proposta para o Livro das Formas de Expressão: ‘Expressão Artística e Cosmologia do Povo Karajá, que cosmologia é essa? Segundo, as bonecas são feitas como meio de sobrevivência material, a atividade continua?” O Conselheiro Roque Laraia retomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “Quanto ao grafismo, as bonecas são pintadas, com referências a mitos, a aspectos cronológicos que, aliás, estão presentes praticamente em todos os artesanatos. Acho que é importante dizer que a boneca encontrou maior repercussão na sociedade nacional exatamente porque são bastantes atraentes. O fato é que eles têm cerâmicas bastante importantes. Quanto à segunda questão, é um grupo que tem uma história bastante antiga, se considerarmos outros grupos brasileiros, talvez tenha sido o primeiro grupo indígena a ser visitado por Getúlio Vargas, quando Presidente da República, ao visitar a ilha na década de 30. Na medida em que foram se aproximando da sociedade nacional perceberam o interesse pela boneca e as possibilidades do mercado, fizeram modificações porque as bonecas tradicionais, a forma inicial é uma boneca sem membros. Faziam apenas uma parte dos membros, a coxa, uma parte do antebraço, sem pernas, sem braços, e sem movimentos. Hoje as bonecas reproduzem cenas ligadas à história do grupo e também cenas atuais; já encontramos um conjunto de bonecas vendo televisão. Há uma influência bem grande. Acho interessante, e quero aqui ressaltar que, ao contrário de outros ofícios exercidos por mulheres, que são profissionais, trabalham para buscar dinheiro como o ofício das baianas de acarajé, as mulheres Karajás fazem as bonecas sempre em horas de folga, porque elas têm outras atividades, não é uma prática exclusiva, as meninas continuam aprendendo a fazer bonecas embora agora tenham outros brinquedos.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para a seguinte manifestação: “Por

razões óbvias, processos desse tipo, de bens imateriais, não são encaminhados para mim, não teria possibilidade de relatar. Vou aguardar para me manifestar por escrito, mas queria registrar não apenas o meu interesse pelo aspecto estético, que sempre tive desde menino pelas informações de amigos do meu pai, que andavam em pesquisas pela região. Tive contato com esses objetos e aprendi a apreciá-los. Mas o que me preocupa é uma outra questão. No caso dos estudos sobre a formação das Capitâneas do Sul, como no das pesquisas sobre as formas da cultura da mandioca no Vale do Rio Negro, já tinha manifestado a minha agradável surpresa com os resultados. Mais uma vez vejo neste caso a importância dos conhecimentos dos nossos povos indígenas sobre a natureza onde vivem. Por serem povos ágrafos e por não terem tido até aqui o hábito de registrar por escrito, seus conhecimentos, e também pelo fato de estarem em contato com uma sociedade mais ampla, vamos dizer assim, perderem a confiança no valor desse conhecimento. E todos nós os estamos perdendo, em boa parte do país. Portanto, vejo com muito entusiasmo o registro das falas, dos saberes, dos bens imateriais, como oportunidade de legitimar a intervenção do Ministério da Cultura no sentido de apoiar projetos culturais nessas áreas. Parece que essa é a referência principal: legitimar uma ação direta de apoio à questão da salvaguarda. O Conselheiro Laraia já havia retratado anteriormente a importância dos conhecimentos científicos dos povos ágrafos e agora, com a mudança do titular no Ministério de Ciência e Tecnologia, lembrava a importância de haver um pesquisador profissional, que talvez fique intimidado com a burocracia, mas certamente poderá entender melhor nossos apelos. Seria importante começarmos a pensar num programa de apoio na área do patrimônio cultural, no qual um dos itens deveria ser o de uma aproximação das áreas das ciências com as formas de conhecimentos dos povos ágrafos, para registrá-los e também para valorizá-los. Penso que nós deveríamos ter um programa na parte de educação sobre ciência, que fizesse essa fusão de forma que os jovens desses povos comesçassem a participar de projetos desse tipo. Poderia ser uma iniciação científica para aprenderem o valor e a importância dos seus conhecimentos sobre o meio ambiente brasileiro. As formas da produção

agrária e pecuária vão destruindo os aspectos do meio ambiente em que eles vivem e, portanto, causam perda de dupla maneira, porque se perde a própria natureza na forma como existia e se perde o conhecimento sobre ela, desde frutos, peixes etc. Tive uma discussão com biólogos da USP, eles estavam estudando reprodução de peixes estrangeiros, peixes que não existem no Brasil, e perguntei quando é que vocês vão aprender as técnicas de reprodução do lambari? Eles não sabiam nada sobre isso. E as traíras, vocês sabem como elas se reproduzem? Eles não sabiam e ficaram ofendidos com as minhas observações, acharam que era uma provocação. Pelo contrário, eu é que fiquei ofendido. Esses jovens sabem como utilizar as madeiras, quimicamente e fisicamente, e isto vale para muitas outras coisas. Fiz uma associação de ideias com aqueles povos da Antiguidade ou da Idade Média, que desenvolveram conhecimentos sobre formas de fusão do ferro e conseguiam fazer espadas extraordinariamente resistentes; até hoje desconhecemos como faziam. Há conhecimentos, que foram perdidos exatamente por causa dessas situações. O que não conhecemos sobre os frutos, sobre as folhas, etc. é gigantesco. No caso, caberia exatamente fazer análises técnicas das madeiras, dos barros, para conhecer melhor o que eles sabem, com a prática. Mas não é só isso. É todo o conhecimento sobre o meio ambiente. Creio que o interesse cultural e científico é dar uma outra forma a esse tipo de conhecimento. Falo seguindo o mestre Laraia: é conhecimento científico. Eles não têm ideia da importância desse conhecimento. Nós também valorizamos muito pouco. Isto me horroriza. E os nossos cientistas vão estudar reprodução de peixes que nascem no outro lado do mundo e não dos nossos peixes. A pesquisa sobre o patrimônio cultural deveria ter um componente, que não é necessariamente cultura, no sentido não técnico. Estou pensando no conceito antropológico de cultura. A ciência é apenas mera formalização experimental daquilo que eles têm em caráter experimental, não formalizado. Então, cada vez que os Conselheiros trazem os frutos de ações desse tipo, me deslumbro e reitero. Na pesquisa que fiz sobre a produção de ouro nas Capitâneas do Sul, o que me deixou deslumbrado é que todo discurso histórico que aprendemos nas escolas foi forjado no século XIX e no século XX: que os

bandeirantes descobriram o ouro. Isso é inteiramente falso. Os nossos indígenas tinham nomes para os minerais, eles conheciam os minerais, eles sabiam exatamente qual era a pedra que os portugueses estavam procurando e foram eles que levaram os portugueses aos locais onde existiam. Eram poucos portugueses. Na realidade eram até carregados em redes. Não podiam fazer muito esforço, eram delicados. Portanto, quem realmente organizou a descoberta do ouro foram os indígenas e depois não se aproveitaram disso. Serviram apenas como mão-de-obra. Todo o primeiro ciclo do ouro esteve baseado no trabalho dos indígenas, que não eram propriamente escravizados. Eles estavam vivendo no seu ambiente com as suas famílias, ao seu modo, com as suas maneiras de viver e de se alimentar etc. Sem esse conhecimento Minas Gerais não existiria, como é hoje. Sendo assim, quando trazem esses pareceres, me sinto preocupado com a necessidade de nos manifestarmos sobre isso. Considero a visão que geralmente temos sobre os conhecimentos dos povos indígenas extremamente distante e extremamente preconceituosa. Acho muito importante que o Ministério da Cultura e o CNPq façam um esforço de apoio à pesquisa sistemática na área da cultura. Neste caso, necessariamente, teríamos que sensibilizar os cientistas das ciências exatas e biológicas. Em São Paulo, para suporte das nossas pesquisas, abriram uma linha de pesquisa sobre patrimônio cultural. Seguindo os meus passos, uma geóloga do Instituto Geológico propôs um projeto sobre a história da mineração no Estado, que foi indeferido, porque era pesquisa tecnológica, não era cultural. Vejam que absurdo! Se nós não fizermos isso, acho que dificilmente outros setores poderão fazê-lo no plano institucional. Não dá para pensar em cultura no Brasil sem que se compreenda que nós somos uma coisa só, nós, povo brasileiro. Nós devemos recuperar e não permitir a desmoralização ou a perda total desse conhecimento. Não há de ser apenas como esses casos pontuais. Parece-me, que faria por merecer um esforço maior. Se temos a área de proteção do Patrimônio Imaterial, temos instrumentos para começar. Talvez seja uma proposta muito ambiciosa, mas é muito sincera e, sendo também um cientista social, lembro aquilo que preendi nas minhas primeiras lições de antropologia: quando estudamos um povo, passamos a nos sentir responsáveis

por ele. Quanto mais estudo, mas me sinto responsável por isso e pelos nossos antepassados. Muito obrigado.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado, Conselheiro. Só dois comentários. Acho que, de uma certa maneira, é o que estamos perseguindo. Parte da estratégia nossa de ação nesses últimos anos tem sido trabalhar mais em regiões que estavam fora do nosso universo tradicional de trabalho. Essa estratégia se explicita na quantidade de vezes em que estamos nos debruçando sobre o patrimônio cultural dos povos indígenas brasileiros, neste Conselho. Se fizermos um retrospecto da temática tratada neste Conselho há dez anos atrás, vamos perceber que houve essa mudança. E isso não é gratuito, porque esta Instituição, graças ao conhecimento acumulado nesses setenta e cinco anos, manteve uma capacidade de tentar interpretar o país, de tentar compreender os desafios que estão colocados para a política de patrimônio. Portanto, acho que estamos, dentro dos nossos limites e dentro das nossas possibilidades, caminhando nessa direção. Essa fala do Conselheiro me fez recordar que existe um Conselho chamado CEGEN, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, que concede as licenças para as pesquisas científicas junto às comunidades tradicionais, junto ao universo ambiental brasileiro. O IPHAN acaba de ser credenciado como Instituição que, dentro desse processo de licenciamento, irá se posicionar sobre todo o impacto dessas pesquisas junto às comunidades tradicionais. Sendo assim, é também parte desse caminho, no sentido de construir uma visão de política pública mais integrada. Mas sei que isso é só um pequeno recorte desse enorme universo potencial que o Conselheiro nos lembra.” A Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca tomou a palavra para os seguintes comentários: “Primeiro, quero dizer que me lavou a alma o que o Conselheiro Nestor Goulart Reis falou, porque acho que tocou num ponto crucial do trabalho no patrimônio imaterial que, insensivelmente, até por uma questão de preconceito muito arraigado, acaba reproduzindo dicotomias do século XIX. Ciência, cultura, folclore, conhecimentos realmente comprovados experimentalmente, quando o nosso objetivo é exatamente o contrário, é quebrar essas dicotomias, superar essas dicotomias e levar a um reconhecimento enquanto conhecimento que tem um caráter científico. Embora

não esteja explicitado por conta da maneira de como é praticado e de como é expresso, deve ser visto dessa forma. Entra aí a nossa responsabilidade, que o Conselheiro enfocou muito bem. Quando trazemos essa questão ao poder público, quando nos aproximamos, estudamos, documentamos, devemos ver em que medida estamos ajudando esses povos, em que medida estamos expondo esses conhecimentos. Assim, acho que a sua lembrança é muito importante, porque sabemos muito bem que uma das questões fundamentais em relação aos conhecimentos dos povos ágrafos, a questão da pirataria está em todo canto. A organização Mundial da Propriedade Intelectual tem um comitê voltado para os conhecimentos tradicionais, pensando nas formas de protegê-los. Penso que justamente a nossa ideia, se estiver errada me corrijam, mas quando trabalhamos com patrimônio imaterial, com essa documentação tão detalhada, sabemos que ao documentarmos dessa maneira estamos criando uma forma de proteção, porque ao fazer isso estamos evitando qualquer possibilidade de demanda de patente por parte de grupos que tentem se apropriar, e estamos comprovando a posse histórica desses conhecimentos por parte desses povos, o caráter público desses conhecimentos. Mas este é um aspecto, porque o Conselheiro trouxe um outro aspecto. Queria lembrar que no artigo 216 da Constituição figuram como patrimônio cultural brasileiro as criações científicas, tecnológicas e etc. Sendo assim, podemos pensar em encaminhá-los a órgãos de ciência e tecnologia, à Fiocruz, à Embrapa, e a outros que trabalham nessas áreas. Considero esse tipo de movimento um papel do Estado, não partirá obviamente dos povos, que desconhecem esses recursos. Portanto, é uma proteção que estamos fornecendo também. Penso a Rio+20 como momento perfeito para encaminharmos projetos a esses órgãos que trabalham com ciência e nós temos o exemplo da (inaudível) é fantástico.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis retomou a palavra para a seguinte complementação: “Esqueci de destacar que os jovens indígenas precisam participar. Eles são importantes. Devem participar, porque se começarem a estudar ciência, não podem perder a sua outra cultura, devem usá-la, devem participar da pesquisa e do seu conhecimento, apenas mudar a forma de registrar, mudar a forma de usar. Mas

eles são importantes. Considero fundamental a participação deles nesse processo. Senão, não haveria sentido.” O Conselheiro Roque de Barros Laraia tomou a palavra para o seguinte comentário: “Concordo plenamente com o Conselheiro Nestor Goulart, mas gostaria de dizer que, embora timidamente, essas pesquisas já estão sendo feitas. A Embrapa, por exemplo, fez pesquisas com as plantas cultivadas pelos índios Krahô. O papel dos antropólogos é mostrar que os índios têm ciência, não são povos pré-científicos, porque o Curare, por exemplo, não é uma invenção ocasional. É uma combinação de vegetais e provavelmente, para chegar a isso, tiveram que fazer muitas experiências, como em toda experiência científica. Lembro que a injeção que curou a sífilis era chamada 1914, eu imaginava havia sido obtida em 1914, mas descobriu que era a 1914ª experiência que chegou ao resultado final. Já que estamos falando de karajás, há 40 anos atrás os técnicos do governo militar resolveram fazer uma grande plantação de arroz na Ilha do Bananal, escolheram o local que, segundo os geólogos, os nossos cientistas, estava a salvo das grandes inundações do Araguaia; os velhos insistiram que não. Não ouviram os velhos porque a nossa ciência não registrava cheia nos últimos quarenta anos. Colocaram uma enorme quantidade de máquinas, tratores, equipamentos, e o rio levou tudo. Os registros deles são muito anteriores ao nosso. Então, já está surgindo esse tipo de pesquisa, mas acho muito interessante que o Ministério da Ciência e Tecnologia aplique mais verbas. Nas ciências sociais há uma enorme dificuldade de conceder verbas para as chamadas ciência raras. Além disso, temos agora em nossa Universidade um índio Baniwa doutorando-se pelos seus próprios méritos sem cota. Devemos imaginar que chegará um momento em que eles terão os seus próprios cientistas, indígenas, porque o antropólogo quando vai trabalhar com o grupo indígena é apto para poucas coisas. Nós somos treinados para colher mitologias, estudar sistemas de parentesco diferentes. Mas eu, por exemplo, quando trabalhei com os índios Suruí coletei mais de 100 (cem) nomes de vegetais com as suas finalidades e não consegui traduzir todas as palavras para os termos científicos. Trabalhava no Museu Nacional, onde havia um grande Departamento de Botânica, fui lá consultar, ninguém conseguia

identificar os vegetais apenas pelas denominações indígenas. Então, o antropólogo deve trabalhar junto com botânicos, geólogos, astrônomos e outros cientistas. Embora as pessoas estejam muito assustadas com o presságio maia, o que é uma loucura, os índios com que trabalho no Suruí, de um modo geral, têm um grande conhecimento de astronomia visual. Acho a sua proposta muito interessante, os antropólogos estão começando a trabalhar nesse campo também para acabar com preconceitos. Uma vez tive que contestar um missionário salesiano que atribuía aos índios do Alto Rio Negro -aqueles que identificaram aquela variedade de plantas - a idade mental de uma criança francesa de oito anos. Os índios realmente são pessoas adultas que conhecem a sua história e têm maneira diferente de contá-la. A mitologia é uma forma de representar o conhecimento que têm.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis pediu a palavra para acrescentar os seguintes informes: “Nós temos na FAPESP projetos temáticos para participação de grupos profissionais completamente diferentes, de outros locais, e até de outros países. Em relação aos indígenas, considero muito importante que eles participem como indígenas. Esse é o objetivo. Devemos despertar o interesse desses jovens. Esses novos tipos de projetos temáticos permitem processos mais inclusivos, de forma que podemos estabelecer com eles um outro tipo diálogo. Por exemplo, o controle da natalidade, que algumas índias brasileiras conheciam há séculos, antes da pílula. Em Minas, as mulheres iam para o pasto e pegavam ervas que eram antiperspirantes. Já possuíam esses conhecimentos, que ficaram desmoralizados pelo choque cultural. Entretanto, é o nosso país e são os nossos povos. Esse é um trabalho que nós, da área da cultura, devemos fazer com entusiasmo. Estou inteiramente de acordo. Obrigado.” Não havendo outras manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta de registro relatada pelo Conselheiro Roque Laraia, em análise, pedindo que os que estivessem de acordo se manifestassem levantando a mão. Não havendo posição contrária, ficou aprovada, por unanimidade, a inscrição do **Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas Karajá** no Livro dos Saberes e **Ritxòkó: Expressão Artística e Cosmologia do Povo Karajá** no Livro de Formas de Expressão como “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Prosseguindo, concedeu a palavra à Senhora Narubia Karajá, Coordenadora de Cultura Indígena da Secretaria de Cultura do Tocantins, para a manifestação transcrita a seguir: “É um prazer imenso estar aqui, penso que estamos fazendo história ao reconhecer a cultura, o saber tradicional dos nossos anciãos. A boneca karajá, além da cosmologia que representa, é muito importante por ser matriarcal. A política é patriarcal, a família é muito matriarcal, mas na família, na casa, é a mulher quem manda, ela determina quando o homem vai caçar, quando vai pescar, quando vai fazer outras atividades. Na boneca karajá, esse valor é transmitido, porque não é só um brinquedo. É brincando que se aprende. Os indígenas não aprendem na teoria, eles aprendem na prática, eles aprendem brincando. Então, na brincadeira elas aprendem que a criança tem avô, tem avó, como funciona a sociedade familiar karajá, e são passados os valores e as tradições do nosso povo. A importância dessa boneca, além de estar revelando o cotidiano, é de estar transmitindo o valor dos nossos seres imaginários, que estão presentes também. São confeccionados os espíritos das florestas de acordo com o que o *rari* fala. O *rari* fala e descreve o espírito que vai chegar e, a partir daquilo, é confeccionado um boneco específico para aquele ser espiritual. Nós, karajás, já fomos escravos, mas lutamos contra a escravidão, depois lutamos contra a epidemia e agora, estamos lutando contra o álcool, e contra o suicídio. Infelizmente nesse ano dois jovens karajás se suicidaram. Estamos com maior índice de suicídio de jovens indígenas no mundo inteiro, por falta de perspectivas de vida. O modo de fazer boneca Karajá é uma arte e, portanto, deve ser valorizada. Precisamos também preservá-la, por ser uma forma de desenvolvimento sustentável para aquelas mulheres. Muitas famílias dependem dessa renda, os povos indígenas lutaram por isso e hoje, aqui, conseguimos uma vitória, pois os Conselheiros estão reconhecendo que somos importantes para este país.” O Presidente agradeceu e, esgotada a pauta da tarde, encerrou os trabalhos previstos para o dia vinte e cinco de janeiro de 2012. Às dez horas do dia vinte e seis de janeiro de dois mil e doze foram retomados os trabalhos da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Às dez horas do dia vinte e seis de janeiro de dois mil e doze, na Sede

do IPHAN, em Brasília, foram retomados os trabalhos da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a Presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Arno Wehling, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antônio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades -, Gilson Rambelli – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia – e Rosina Coeli Alice Parchen – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Marcos Vinícios Vilaça, Synésio Scofano Fernandes – representantes da sociedade civil -, Claudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação -, e Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente cumprimentou os Conselheiros e deu início aos trabalhos com as seguintes palavras: “Tivemos uma tragédia ontem no Rio de Janeiro, um desabamento de três edifícios atrás do Teatro Municipal. À noite recebi um telefonema da nossa Superintendente no Rio de Janeiro, que estava junto com a Secretária de Estado de Cultura, Adriana Rattes, todas muito abaladas pela tragédia, e preocupadas também com um possível dano ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro e ao seu anexo. Hoje pela manhã, tive conhecimento de que não houve danos ao Teatro Municipal, já liberado pela Defesa Civil para espetáculos na mesma noite, mas absolutamente consternadas pela dimensão da tragédia. A hipótese mais provável é que tenha ocorrido um colapso estrutural, ainda sem definição das causas, nem dimensão das perdas de vidas. O IPHAN continuará acompanhando todas as providências. Vamos tratar agora da proposta de tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico do**

Município de Antonina, no Estado do Paraná, contida no Processo nº 1.609-T-2010 (Processo nº 01508.000492/2010-75). Há também impugnações, que serão analisadas inicialmente, sobre as quais desejo apresentar os seguintes comentários: “A cidade de Antonina é protegida por legislação municipal e também por iniciativas do Governo do Estado do Paraná. O que estamos discutindo aqui, além do aporte de novas considerações sobre esse processo de reconhecimento e de desenvolvimento do país, é a inclusão de um novo agente, o IPHAN, na luta pela preservação de um patrimônio cultural do Brasil. Acho que o IPHAN, nesses últimos anos, tem sido bastante forte e bastante presente no projeto de reconstrução, de desenvolvimento de uma série de cidades brasileiras. Ao trazer aqui a proposta de tombamento da cidade de Antonina, a Instituição não tem dúvida nenhuma sobre o seu valor patrimonial. É uma aposta no papel que o IPHAN pode ter na reversão desse quadro, com a sintonia entre a comunidade e o poder público. A sua própria história mostra que tem um papel a cumprir, que sempre desempenhou e, penso, poderá cumpri-lo de uma maneira mais efetiva em Antonina. Se estivéssemos tratando de local onde não houvesse nenhuma preservação, nenhuma legislação de proteção, eu tenderia a não fazer esse discurso. Mas estamos falando de uma situação onde já existem medidas de proteção, onde a inclusão do IPHAN como um novo agente representa um fortalecimento desse processo. Queria fazer essa consideração antes de entrarmos no exame das impugnações, que serão expostas a seguir pelo Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização.” O arquiteto Andrey Rosenthal Schlee tomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “São quatro impugnações. A primeira, interposta por proprietário de imóveis na cidade, questiona a validade do tombamento dos seus imóveis dado que, segundo a sua leitura, esses imóveis não têm valor histórico. A contestação do IPHAN está fundamentada no fato de que os imóveis estão sendo tratados como parte do conjunto urbanístico, que está setorializado, no qual os imóveis receberão um tratamento adequado ao local onde se encontram. Então, foi considerado inadmissível esse tipo de argumentação em relação aos valores que estamos estudando e analisando. Duas outras impugnações foram encaminhadas por

representantes de membros da família Matarazzo. Alegam que os dez imóveis considerados como fundamentais para a leitura do núcleo, dado seu abandono, não apresentam mais as características que poderiam justificar o tombamento. Argumentam ainda a impossibilidade de venda, porque o tombamento inibiria os investidores e colocaria em risco um negócio que estava sendo realizado naquele momento. Mais uma vez, tivemos o cuidado de solicitar nova vistoria, visando atualizar o estado dos imóveis, e reafirmamos, um por um, os seguintes argumentos que fundamentam a proposta de tombamento: I) Os imóveis, apesar de listados individualmente, fazem parte do conjunto valorado, não configurando tombamentos isolados; II) Estes imóveis são parte fundamental para a leitura do conjunto Matarazzo, estando, portanto, diretamente relacionados à motivação da sua inclusão no conjunto; III) A vila é um dos raros exemplos desse tipo de empreendimento na região e guarda a importância histórica diretamente relacionada à motivação do tombamento do conjunto; IV) Talvez o mais importante seja a posição do IPHAN, que apoia e incentiva a retomada das atividades portuárias do local, e não vê contradição e antagonismo na retomada da atividade portuária. Esse mesmo material foi apresentado aos advogados e ao Prefeito. Os advogados, inclusive, acompanharam a visita técnica dessa semana, abrindo literalmente os portões e dando acesso ao IPHAN, coisa que não tinha ocorrido. A última impugnação foi encaminhada pela Prefeitura local, questionando particularmente o tombamento do porto. Ficou muito claro que o questionamento levanta a questão da inviabilidade de futuras atividades portuárias para a cidade.” Após a exposição dos fundamentos das impugnações, o Presidente colocou em debate a primeira impugnação e concedeu a palavra à Conselheira Jurema Machado para as seguintes observações: “Desde o início, também me preocupou a questão do conjunto industrial, ao considerar a perspectiva de uma retomada do desenvolvimento econômico. Penso que a rejeição, a aparente rejeição, ou parcial rejeição da cidade à proteção está relacionada à depressão econômica que parece atingir a cidade. Não há educação patrimonial que supere isso, não convencemos as pessoas com argumentos do interesse para a história da nação, se o seu dia-a-dia está comprometido,

minado até por dificuldades de permanecer no local. Então, considero fundamental que as alternativas econômicas futuras não sejam impedidas pela proteção. E, no caso do conjunto industrial, perguntaria apenas se ele está restrito ao mínimo indispensável. Compreendo perfeitamente a sua importância, mas acho fundamental considerar que não haverá nenhuma adesão se uma alternativa econômica para a cidade não for encontrada.” Indagada pelo Presidente se considerava a preservação do conjunto industrial incompatível com a sua revitalização e eventual ativação dessa atividade, a Conselheira Jurema Machado retomou a palavra para a seguinte ponderação: “Não, estou perguntando como está prevista a conservação do conjunto porque não sei qual seria essa ativação. A hipótese da instalação de uma universidade é perfeitamente compatível com as edificações existentes, que poderiam se adaptadas e complementadas por novas instalações; quanto a atividade portuária, tenho dúvidas. Gostaria de saber o quanto essas diretrizes favorecem ou permitem uma nova atividade futura.” O Presidente retomou a palavra para as seguintes considerações: “Com relação a esses critérios, posso adiantar que a atividade portuária é compatível com essa preservação. Agora, obviamente, uma atividade portuária deve garantir a preservação do conjunto. Então, na verdade, a atividade portuária é bem-vinda, ela faz parte da dinamização da cidade. Temos outra experiência em uma cidade próxima, a cidade de São Francisco do Sul, onde as atividades portuárias estão convivendo com a preservação do seu centro histórico. Alguns Conselheiros conhecem essa cidade, o Conselheiro Nestor Goulart Reis comentou hoje sobre uma intervenção em São Francisco do Sul, na qual a atividade portuária tem sido um elemento dinamizador, trabalhando junto com o IPHAN nesse projeto de desenvolvimento. Obviamente que há embates, a Instituição deve discutir quais são os limites. No porto de São Francisco do Sul não foi possível estender o cais em direção à cidade exatamente porque havia a proteção federal, mas em nenhum momento isso constituiu um impedimento à existência do porto.” A Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira tomou a palavra para apresentar a seguinte ponderação: “Penso que essa não é a função do IPHAN. Parece-me que se o IPHAN levasse em consideração todos esses

aspectos do interesse privado não teria realizado nem a metade dos tombamentos feitos ao longo do tempo. É lógico que o tombamento contraria interesses, há riscos, mas não devemos entrar muito nesses problemas. É uma questão de princípio.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses para os seguintes comentários: “Vou apenas explicitar uma falsa antinomia entre usos nobres e laborais do patrimônio cultural, derivados da concepção da cultura como sendo um domínio à parte, separado dos demais da nossa existência. Acontece que a cultura é uma forma de qualificação de todos os domínios, potencialmente de qualquer domínio. Portanto, essa oposição entre usos nobres e laborais deve ser denunciada, e eu tenho até um *slogan* “contra os usos culturais da cultura”, que, no fundo fazem com que aquilo que se reconhece, sobretudo no caso do patrimônio edificado, como tendo valor, só pode ser “culturalmente” utilizado. Penso que poderia ser utilizado de qualquer forma para a qual esteja credenciado e seja capaz de qualificar, é isso que se chama cultura, não é? O que se deve evitar -- aí existe a verdadeira oposição -- são os usos predatórios dos bens. Então a antinomia aceitável é: o uso predatório versus o não predatório. Seria altamente desejável que esses edifícios continuassem associados às atividades econômicas iniciais ou a outras em que não haja a possibilidade de degradação ou de autofagia, mas ao contrário, de se qualificarem por causa desses valores que estamos reconhecendo.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para a seguinte intervenção: “Eu queria deixar claro, a propósito do depoimento da Conselheira Myriam Ribeiro, que não estou aqui defendendo nenhum interesse privado, mas que sempre me preocupa a questão das alternativas de desenvolvimento dos lugares para os quais nós estamos definindo as proteções. Vou falar ainda hoje sobre Manaus, é exatamente esse o enfoque, inclusive, da minha adesão à proposta de tombamento. No caso de Antonina, a ausência de autoridades do Município me preocupa um pouco. Achei que haveria outras razões, até porque já existe um tombamento, há um reconhecimento do seu valor pelo Estado. Portanto, não se trata de uma novidade, seria uma reafirmação desse reconhecimento. E me preocupa sim

que esse conjunto industrial venha a ter uma função dentro da cidade, que não fique ali apenas como um registro estético, como uma escultura, um registro material, que é importante, mas que necessariamente se incorporasse à vida da cidade.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para a seguinte manifestação: “Parece-me existir duas questões bem diferentes: a questão do porto e do conjunto Matarazzo. Em uma perspectiva de projeto, fica claramente evidente que é perfeitamente possível compatibilizá-los com ações de desenvolvimento. Na verdade, as pessoas ali se apegam tão ansiosamente a situações desse tipo, e temem qualquer coisa que não seja concordância total com o dono da bola, senão não haveria *show*. Preocupa-me muito mais a ausência do Prefeito, porque pude ler no excelente trabalho feito na Superintendente Estadual o levantamento, as observações que me fizeram sentir ali, como em outros lugares que tenho acompanhado, que a expectativa da população instalada na área mais antiga é que o turismo lhe traga condições de verticalizar, de destruir as casas velhas e participar do mercado imobiliário. Não é a estagnação que está preocupando essas pessoas, é expectativa de não poder participar da exploração imobiliária das suas casas, com verticalização, com adensamento. Nas áreas históricas, quando se promove o desenvolvimento do turismo, as pessoas querem e são estimuladas a pensar em projetos imobiliários ambiciosos. Então o tombamento significa restringir esse tipo de expectativa, a grande esperança dessas pessoas induzidas por agentes do mercado imobiliário. É o que está acontecendo em quase todas as nossas cidades, agravado com as expectativas do pré-sal. O Prefeito de uma dessas cidades fez aprovar uma lei que permitia a construção de prédios de quinze andares em frente à praia. Eu estava no CONDEPHAAT, que é o órgão estadual de proteção de São Paulo, quando conseguimos impedi-lo. Fui o mensageiro de uma proposta do meu colega Gustavo Neves da Rocha Filho, que propunha o contrário: até três, quatro andares na frente da praia, aumentando um pouco mais para trás, visando garantir a vista do mar, a ventilação etc. Há duas referências necessárias para um plano de desenvolvimento em uma área nessas condições. A primeira é ter alguma restrição que permita o desenvolvimento

imobiliário sem comprometer a parte existente. Se não houver, a lógica imediata do mercado é destruir o que existe e trabalhar sobre a área já consolidada, essa é a expectativa de todos os agentes imobiliários do Brasil. Outra referência é estabelecer critérios para esse tipo de ocupação, porque se a região for afetada pelo pré-sal, uma das consequências é a possibilidade de haver unidades de construção de plataformas, como há perto de Paranaguá. Na Baía da Guanabara, em Niterói, foram instaladas em águas mais calmas, que consideraram mais adequadas do que as áreas junto à Barra. Então, aumentará a atividade industrial nessas áreas, fora outras atividades relacionadas à exploração, se houver. Portanto, é preciso pensar as alternativas do turismo e desse desenvolvimento com alguma visão, mas que seja também um estímulo, caso contrário as pessoas percebem a nossa atuação apenas como uma restrição. Cito o caso de Pirenópolis, hoje um centro turístico junto de Brasília, que nos feriados recebe milhares de pessoas para dois ou três dias de permanência, e a sua velha estrutura dificilmente suporta essas pressões. Todas as casas foram transformadas ou querem transformá-las em lojas, todos querem construir para o fundo e dão as desculpas de herdeiros. Na verdade, querem adensar o uso, porque o valor imobiliário sobe. Então acho que, discretamente, essa é a resistência das prefeituras e dos comerciantes. Quem tem uma loja no centro espera transformá-la em um prédio de alguns andares, embora ninguém declare nitidamente; por outro lado, se não houver o tombamento, esse patrimônio será destruído. Como São Sebastião em relação a São Paulo, eles estão a minutos de distância da região metropolitana de Curitiba. Então, a vocação turística é muito grande, o local é muito bonito e ainda conservado, mas o risco é grande. Eu poderia oferecer ao Superintendente algumas fotos de enfavelamento do nosso litoral Norte, que me assustou enormemente por causa da origem das favelas nessas regiões: exatamente um subproduto desses projetos. As grandes construtoras vão para aqueles locais, levam a mão-de-obra não qualificada, quando acaba a obra deixam lixo e material de construção. Ficam também os serventes desempregados, que levam, mas não retiram, e com o material que permanece produzem favelas com uma eficiência extraordinária, a

começar pela Serra do Mar, de São Paulo a Santos, na cota 400. O Departamento de Estradas de Rodagens fez a rodovia e deixou os serventes no meio da serra, o que até hoje é um problema social enorme. Então, é o resultado que poderia ocorrer, mas não vejo como enfrentá-lo sem ter uma visão de planejamento um pouco mais ampla, que inclua os estímulos para as pessoas redirecionarem os seus interesses, porque os agentes imobiliários vendem essa imagem em todos os lugares e cantos do Brasil, de Belém do Pará ao Rio Grande do Sul, e a televisão e os jornais vendem essa imagem. A nossa posição deve ser conciliadora, mas é preciso pensar. Apenas eu faria uma ressalva, na linha da Conselheira Jurema Machado, que mais de uma vez fiz neste Conselho, ficando em uma situação de desvantagem. Vejo com muita simpatia o que estabelece a Constituição de 1988, que a comunidade deve decidir sobre o tombamento, ainda fomos lembrados disso ontem. Mas como faremos em um caso como esse? A qual comunidade estamos nos referindo? A qual setor dos habitantes estamos nos referindo? É preocupante isso. Não podemos paralisar o Conselho na sua ação, porque vamos ter oposição do grupo interno, mas apenas lembrar que essa contradição permanece e a Constituição não pode alterar o comportamento social das pessoas. A nossa responsabilidade profissional, em casos como esse, é procurar alternativas, criar planos que abram outras brechas, mas não dá para ocultar dos Conselheiros que há uma contradição flagrante, vamos pagar o preço, mas não vejo outro caminho.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro José Liberal de Castro para as seguintes observações: “Percebemos que a Prefeitura não se interessou pelo tombamento, essa impugnação explica a ausência das autoridades municipais, a meu ver. Parece que o desejo da população não é propriamente turismo, é ser uma nova Paranaguá, um grande porto exportador de grãos. Agora, quando se vê o desenho, constatamos que o Município de Antonina é pequeno, o benefício econômico pode não vir para a sede, mas pode ir para qualquer outro lugar do Município. Pergunto, em um caso desse, se não foram pensadas alternativas ou estudo preliminar onde pudessem realmente fazer um porto que não afetasse essa pequena área. Isso não é tarefa do IPHAN, é do Estado do

Paraná, no caso, ou então, do Ministério das Cidades.” O Presidente tomou a palavra para agradecer e apresentar os seguintes esclarecimentos: “A informação que tenho é que não há projeto de localização de um novo porto; estamos tratando de um interesse potencial e particular. Quando se trata de política de ocupação de território nem tudo pode ser feito em qualquer lugar, nas áreas de proteção de interesse do patrimônio histórico brasileiro estabelecemos o local onde uma atividade pode acontecer e onde a outra não pode, acho que genericamente é a maneira como devemos trabalhar. Parte do problema que enfrentamos hoje nos licenciamento ambientais decorre, um pouco, da ausência de uma política de patrimônio e de ocupação territorial brasileira que defina de antemão as áreas que têm proteção ambiental, que têm proteção cultural. O fato de não haver políticas de meio ambiente e de patrimônio cultural torna mais difícil o nosso enfrentamento, enquanto instituição federal.” O Conselheiro Luiz Felipe Andrès pediu a palavra para as seguintes considerações: “Ouvi as palavras muito sábias do Conselheiro Nestor Goulart Reis, como sempre. Nós tivemos muitas situações semelhantes a essa e concordo que, deixadas ao sabor do mercado, quando o terreno passa a ter valor maior do que o imóvel, ele estará condenado. Pelo visto, a Prefeitura não limita o gabarito nessa área, visando atender a expectativa dos proprietários de poder erguer muitos pavimentos e lucrar. Assim, só a ação do tombamento pode impedir a destruição desse patrimônio extraordinário. Quero lembrar, talvez um pouco saudosista, do período em que comecei a trabalhar em São Luís. Quando o Aloísio Magalhães chegou e encontrou problemas graves, convocou encontros para debates com a comunidade, com as autoridades e com as universidades locais para tratar das questões e buscar alternativas. Acho que o tombamento é medida imediata, necessária para conter a destruição de construções muito sólidas, muito bem-feitas, um patrimônio imobiliário muitas vezes menosprezado no afogadilho de erguer edificações contemporâneas, de acordo com modelo perseguido um pouco por moda. Mas são edificações extremamente sólidas, muito bem construídas que, com um pouco de adequação, são passíveis de adaptação para atividades atuais, com ar condicionado, com o que for necessário, até mesmo para a

atividade administrativa do porto, se tiverem visão para isso. O importante é impedir a perda da história daquela edificação. Concordo, talvez não seja de imediato, que também é papel do IPHAN promover esse debate. Existirão interlocutores, embora nesse primeiro momento não estejam visíveis ou disponíveis, mas que essa iniciativa seja realizada com a convocação de representações das instituições envolvidas para, corajosamente, debatermos a questão o mais rápido possível na busca de alternativas.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para os seguintes comentários: “Não coloco a questão da presença do Prefeito do Município como pré-condição para tombamento. O tombamento não é plebiscitário, porque no caso de tombamento nacional há um interesse difuso, que não diz respeito exclusivamente aos moradores de Antonina. Seria interessante a adesão do Município ao projeto de preservação, mas não estou colocando isso como pré-condição para a decisão do Conselho sobre o tombamento pelo IPHAN. E, no caso de ocupação industrial, observando a posição do porto e desse conjunto, percebe-se que dificilmente uma atividade operacional de porto viria para aquela posição porque ela é muito recuada e assoreada, segundo os informes. Na hipótese de um porto, a atividade operacional seria prevista para a frente, e não para dentro. Agora, insisto que essa preocupação esteja no horizonte de quem vai analisar projetos de futuras intervenções nesse local. Porque no momento seguinte ao tombamento, o técnico que está na ponta se julga na obrigação de preservar os lambrequins ou o portão da garagem. A diretriz deve estar clara ao definirmos que o importante nessa área é a preservação de um conjunto de vestígios, talvez o traçado, o arruamento, as edificações mais relevantes, mas que seja compatível com o projeto de desenvolvimento da cidade.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes observações: “Estou um pouco desconfortável com a questão da ausência de apoio local; mas estou inteiramente de acordo com a Conselheira Jurema Machado. Nunca trabalhamos de maneira plebiscitária, não ficamos condicionados ao apoio local para tomar medidas ou providências, não podemos ficar reféns de uma situação que depende de interesses, às vezes

locais e muitas vezes pouco legítimos. Mas não é confortável trabalhar sem a percepção de um apoio, pelo menos de outros setores da sociedade e da comunidade de Antonina. Está faltando um pouco mais de engajamento, em que um grupo deseja o tombamento e o outro não. É como se Antonina, como opinião, não existisse; é como se fosse o objeto da nossa preocupação, mas propriamente, não tivesse uma expressão autêntica e legítima do que pensam seus habitantes. O argumento do porto remoto, assoreado, é verdadeiro, mas hoje em dia, no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, esse processo de construção, de renovação e restauração de plataformas é feito em lugares que não têm calado, apenas um lugar líquido onde se apoiam. Espero que este Conselho tenha um faro, uma sensibilidade coletiva, colegiada, não estou propondo nada, estou desconfortável com o fato de que não houvesse ninguém do Município aqui, nenhuma manifestação setorial e de estarmos, talvez, agindo de maneira um pouco imperial, como se soubéssemos melhor que os setores locais qual é o seu interesse.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Conselheiro vou fazer a leitura, de pequeno trecho da quarta impugnação, apresentada pelo Município de Antonina: ‘O Município de Antonina não questiona a importância da preservação do conjunto’. Acabo de conversar com o Superintendente do IPHAN no Paraná, que me afirmou existir apoio de parte significativa da sociedade de Antonina à proposta de preservação. As impugnações anteriores, de números dois e três, refletem fundamentalmente a preocupação dos proprietários do complexo industrial Matarazzo com a possibilidade de que o tombamento impeça ou limite a vendado seu patrimônio, ou restrinja o uso dessa área. Então, não estamos discutindo a inexistência de interesse do Município ou dos munícipes na proposta de proteção do Conjunto Histórico de Antonina. O conjunto já é protegido, o IPHAN está fazendo uma proposta de extensão desse tombamento, incorporando a esse conjunto a área do complexo industrial mais significativo, sob o ponto de vista simbólico, da atividade portuária nessa região. A Prefeitura de Antonina certamente não está aqui, porque está corroborando a impugnação desse proprietário privado. Então, acho que precisamos compreender e diferenciar. A posição da área técnica da Instituição

é a minha posição também. O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses foi absolutamente feliz quando disse que a proteção de um determinado bem não é impeditiva do seu uso. No meu ponto de vista, a atividade portuária é absolutamente compatível, é absolutamente bem-vinda, a grande questão é o limite. Qual é o projeto, qual é a sua dimensão, a que se propõe. Na verdade, são limites para qualquer outra área, para qualquer outro edifício tombado, para qualquer outra situação a ser enfrentada em outras áreas tombadas. Acho que uma das inflexões que vivemos nesses últimos anos nesta instituição é entendê-la como um fator de desenvolvimento para a sociedade brasileira, um fator de desenvolvimento para as comunidades e, particularmente, para as cidades. A ação do IPHAN nas cidades brasileiras tem sido sempre afirmar que a nossa presença é de construção, é a possibilidade de se estabelecer um paradigma, um limitador, com uma perspectiva de um desenvolvimento mais qualificado, de um melhor desenvolvimento para essa sociedade. Temos sido bem-sucedidos, as ações nossas em determinadas cidades brasileiras que estavam abandonadas não causaram a perda da sua dimensão econômica em consequência da intervenção de qualificação do Patrimônio. Considero importante destacar esse aspecto no sentido de explicitar a minha posição sobre essa questão. Se os Conselheiros não tiverem mais nenhum questionamento, gostaria de colocar em votação, uma a uma, as impugnações. Os Conselheiros concordam? Então, coloco em votação a impugnação apresentada pelo Sr. Antônio Ezequiel Nunes, referente a quatro imóveis de sua propriedade, expostos na tela. Os Conselheiros favoráveis ao acolhimento da impugnação, por favor, se manifestem levantando a mão. Não havendo manifestação de apoio, considero rejeitada pelo Conselho, por unanimidade, a primeira impugnação. As impugnações dois e três, apresentadas por herdeiros do complexo industrial Matarazzo, questionam o tombamento dos imóveis instalados dentro desse antigo complexo portuário. Solicito que os Senhores Conselheiros favoráveis ao acolhimento da impugnação se manifestem levantando a mão. Não havendo manifestação de apoio, considero a impugnação recusada. A impugnação de número quatro, apresentada pelo Município de Antonina, não questiona a importância da preservação, mas teme

a limitação das atividades portuárias nessa área. Solicito aos Conselheiros favoráveis ao acolhimento dessa impugnação que se manifestem levantando a mão. Não havendo manifestação de apoio, considero rejeitada a impugnação apresentada pelo Município de Antonina. Passo a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização para apresentar a proposta do tombamento aos Senhores Conselheiros.” O Diretor do DEPAM tomou a palavra para a exposição transcrita a seguir: “Hoje, os Senhores Conselheiros estarão analisando quatro processos de conjuntos históricos e paisagísticos que exemplificam de forma muito clara, a modificação do pensamento e das estratégias do IPHAN em relação aos centros históricos e, sobretudo, uma leitura do patrimônio a partir do entendimento da questão do território, que considero exemplar. Vamos trabalhar agora com Antonina, logo depois com Manaus e com duas cidades do Piauí, todas elas diretamente identificadas com processos econômicos fortes. As questões do ouro, do gado e da borracha, em determinados momentos; em um segundo momento, a industrialização e as transformações que os processos de industrialização levaram para esses sítios. Também a ideia da construção de uma rede de patrimônio e, mais do que isso, de identificar como esse universo urbano se diversifica e traz novas contribuições para fazermos a leitura e o reconhecimento dos diferentes momentos ocorridos nesses sítios. Para introduzir o tema de Antonina, queria destacar que essa apresentação que vamos fazer diz respeito a uma ação já desenvolvida pelo IPHAN de atualização dos chamados macro processos, ou seja identificação, proteção, gestão. O DEPAM contratou uma série de inventários de conhecimento, entre eles o que se destinou a estudar a chamada Repartição do Sul, que está sob responsabilidade do Conselheiro Nestor Goulart Reis, e surpreendeu em todos os aspectos porque trouxe um novo do ponto de vista no entendimento do território, da História do Brasil, tanto do urbanismo, como da arquitetura. Percebemos claramente que, a partir da ideia de suprir lacunas do conhecimento da Instituição, esse estudo permite um avanço bastante interessante sobre a exploração do ouro no Brasil, introduzindo o tema da mineração, claramente, em dois momentos. No momento primeiro, temos na

chamada Repartição do Sul, que vai do Rio de Janeiro até Santa Catarina, uma série de características muito peculiares, principalmente a construção e o surgimento de uma primeira rede de cidades, de vilas, que atingem, no período estudado, dezenove vilas e duas cidades com uma estrutura própria, com identidade própria, estruturada também por um sistema de circulação bastante consistente. Tudo isso pode ser resgatado, é o que temos, de certa forma, realizado. O segundo momento, mais conhecido e melhor estudado, inclusive pelo IPHAN, o das Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás, deu subsídios para a construção de uma série de ações, algumas delas já analisadas por este Conselho, como os tombamentos de Iguape, e de Paranaguá. Hoje apresentamos mais um desdobramento desse estudo, o processo de tombamento de Antonina. Quero chamar atenção para a primeira característica. O processo que os Senhores Conselheiros vão discutir está ligado a esse momento importante, a essa rede de ocupação territorial, a esse conjunto de características particulares da região, sobretudo do litoral, e a um primeiro momento de exploração de ouro. Na história do Município, com a industrialização, provavelmente o Conselheiro Nestor Goulart Reis, em seu parecer, fará referência à ocupação da Baía de Antonina e à relação do Município e do sítio que estamos estudando com o seu entorno e com as outras cidades da região, e também à paisagem, que é bastante interessante.”

O Conselheiro Nestor Goulart Reis pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Gostaria de dizer que não sabia que seria apresentado comentário sobre a pesquisa que fiz para um Escritório que foi contratado, não foi eu o contratado, mas o Escritório. Fiz a pesquisa e estava me contendo para não falar no caso específico do processo porque para mim foi um deslumbramento. Vou tentar resumir o que me surpreendeu. Fui obrigado a rever a história dessa divisão que se estabeleceu do Espírito Santo pelo Sul, que começa a aparecer na cartografia. Preparei um artigo para a revista (ininteligível) histórico e agora estou tentado a preparar um outro artigo exatamente explicando o resultado dessa pesquisa no sentido da história, e não do patrimônio. Foi se tornando claro para mim que naquilo que nós consideramos como História do Brasil existem alguns pontos que chamei de

ilhas no território brasileiro: as ilhas da produção açucareira no litoral e as ilhas de produção do ouro no interior. Esses locais, no caso do açúcar, em primeiro lugar, depois no do ouro, estiveram sempre sob controle direto da Coroa, porque eram as áreas que produziam aquilo que interessava para exportação e para o enriquecimento de Portugal, as outras áreas foram consideradas como auxiliares contingentes. Então, nas primeiras foram estabelecidos governos fortes, servidos por administradores que registravam, faziam relatórios, inclusive pelos padres. Os historiadores do século XIX e boa parte do século XX valeram-se sempre destes registros históricos. Então, a História do Brasil que nós conhecemos é dividida em duas partes: a história circunstanciada dos fatos dessas ilhas, como denominei, e das outras áreas que foram praticamente ignoradas. Isso é impressionante. Em Hélio Viana, só existe história da conquista quando havia interesse militar; a partir daí há vagas referências, e na segunda metade do século XIX, sobretudo na primeira República, a história mitológica de valorização das raízes das oligarquias locais. Mas a história concreta da organização da produção nessas regiões não se perdeu. O meu colega sociólogo e historiador paulista, Caldeira, recentemente publicou um belo trabalho sobre a História do Brasil com empreendedores, foi um pouco isso que nós encontramos. A primeira questão, no sentido geográfico, que nos chamou atenção é que a Repartição do Sul, em 1700, no momento em que se iniciava a exploração do ouro no Brasil, tinha tantas vilas e tantas cidades quanto a Repartição do Norte, que sempre aprendemos a entender que era importante. Pois bem, a Repartição do Sul tinha a mesma quantidade, era tão urbanizada quanto a outra. Mas nessa parte constatamos que os caminhos eram dos indígenas, que a língua era dos indígenas, porque a língua geral é uma construção dos jesuítas para facilitar a comunicação. As crianças eram criadas aprendendo essa língua, e em regiões como São Paulo, e Paraná, provavelmente mal se falavam o português; então se compreende que não haja registro escrito sobre a história dessas regiões. Projetei isso em relação ao restante do Brasil e vi que em todo o interior do Nordeste e do Norte a história é a mesma, e também nos grandes sertões de Minas, eram as regiões da língua geral. José de Souza Martins, meu colega

sociólogo, escritor que fez pesquisas na Amazônia, encontrou há pouco tempo aldeias e vilas em que as pessoas, hoje, falam a língua geral, falam nheengatu. Então a história de quase todo o Brasil é esta outra história, que não foi escrita, e para construí-la nós temos que nos basear nas evidências materiais, e me permito dizer com prazer porque, como arquiteto e historiador do urbanismo, sempre deixei de me valer dos documentos escritos para me valer dos documentos gráficos ou das pesquisas de campo que nos trazem evidências, como as dos arqueólogos. Todo esse trabalho foi feito com base na toponímia, toda essa pesquisa foi feita assim. Nos surpreendemos enormemente com os resultados, inclusive sobre a mineração, e verificamos que era uma região de sistemática sonegação, inclusive os dois grandes historiadores e defensores do bandeirismo em São Paulo no século XX, Washington Luís e Taunay, eram do Estado do Rio; aliás o Taunay era de Santa Catarina, mas de raízes fluminenses. O Taunay usa uma única frase para dizer que isso não tinha importância nenhuma, e encontrei gente escrevendo a mesma coisa, e em Santa Catarina tive enorme dificuldade, não encontrei ninguém que me desse dados sobre as antigas minas de ouro, mas encontrei documentos do final do XVIII, documentos oficiais, cartas, correspondência com o Governador descrevendo a importância da mineração do Vale do Itajaí. Fui à cartografia e identifiquei os locais, inúmeros na toponímia estão registrados até hoje. Locais com nome de minas, vários Rio do Ouro. É impressionante o número de referências no Paraná, Santa Catarina e São Paulo, menos no Espírito Santo. Segundo um historiador do Espírito Santo porque os jesuítas controlavam a outra vertente da serra dos Aimorés, em que havia mineração; quando eles foram expulsos se iniciou a mineração tardiamente, como no Rio Grande do Sul, razão pela qual os dois Estados não foram incluídos. Mas o que me impressionou foi essa possibilidade de ter um outro olhar sobre regiões desprezadas, nas quais os povos indígenas desempenharam um papel muito grande, porque todos os estabelecimentos estudados nasceram de antigos estabelecimentos indígenas. Nos primeiros estabelecimentos em localidades como o Paranaguá, São Paulo, Iguape, Cananéia, a água dos primeiros portugueses era horrível, salobra; os índios não dominavam os melhores

lugares. Depois dos casamentos com as índias, quando se tornaram parentes, dentro da tradição Tupi, na segunda geração, a povoação se transferia para locais onde havia boa água. Em todas essas vilas da região do Sul a conquista da água é a conquista do bom lugar para se habitar, isso é fundamental. Confesso um grande deslumbramento com todas essas descobertas a partir do exame dos sítios, todos os caminhos eram dos indígenas, e todos os estabelecimentos eram nos locais dos indígenas, a língua era dos indígenas e o conhecimento para penetrar no mato e sobreviver para a busca de ouro vinha da cultura indígena. Sem eles esse ciclo histórico dos séculos XVI e XVII e começo do XVIII não existiria. Vamos fazer um seminário em São Paulo para tentar aproximar arqueólogos, geólogos, historiadores e lançar a base de uma pesquisa mais longa sobre isso. Mas uma coisa fundamental é perceber que todo esse universo, do qual nasceram todos os outros empreendimentos na época, eram mestiços em todos os sentidos: culturais, práticos, e raciais inclusive; iniciaram uma história que infelizmente não está escrita. Conseguimos ter uma outra visão da importância de Curitiba, encontramos ouro em volta de São Paulo e em outros lugares. É um outro dado muito interessante, porque era uma parte de uma economia e descobrimos a sua importância. Nos navios que vinham do Rio de Janeiro só aceitavam pagamento em ouro, então nós fechamos o circuito para saber de onde vinha o ouro usado pelos comerciantes para pagar as importações e, muito especialmente, a importação de sal. Para nós é uma revisão que nos põe muito próximos, no interior, a regiões como o Ceará e o Piauí, a nossa história é muito parecida com a deles até o final do século XVIII, até a época de Pombal. A partir daí se implanta uma outra estrutura e ordem, um outro plano de relação, mas até então tínhamos exatamente mais ou menos a mesma estrutura e até a mesma língua. Acho que seria importante explicar, porque foi um certo deslumbramento quanto a essa perspectiva. Obrigado.” O Diretor do DEPAM retomou a palavra para apresentar os seguintes complementos: “O caso particular de Antonina, cidade do Paraná, próxima de Curitiba, com uma população de dezenove mil habitantes, na Baía de Paranaguá, segue a tradição de construções em sítios favoráveis para portos. Estudando esse

processo, lembrei muito do Murilo Max; é fantástico como essa cidade é um exemplo de toda a sua concepção teórica do ponto de vista da construção da pequena capela que vai crescendo, se transformando, ganhando *status* político e econômico, se transformando em freguesia, da freguesia em vila e em cidade, uma tradição reconhecida e muito bem exemplificada no caso dessa cidade. Ela surge da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e se estrutura com a rua chamada Direita, paralela à água, sempre identificada no primeiro momento com a questão portuária, avança em direção do porto, disputa espaço para as atividades portuárias. Num segundo momento, surgem à direita da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, as Igrejas de São Benedito e do Bom Jesus. Exatamente à esquerda, em direção à Igreja do Bom Jesus, ocorreu um outro fato urbano importante, a construção da Estação Férrea e o deslocamento do ponto central da cidade em direção ao núcleo de Bom Jesus. Ocorrerá ainda uma transformação maior a partir da chegada da industrialização e da localização das indústrias Matarazzo, com o novo porto e com a construção de um núcleo industrial, significativo do ponto de vista da sua dimensão em relação à cidade. As atividades portuárias e o conjunto das indústrias, hoje, estão desativados. ” O Presidente agradeceu e solicitou ao Relator, Conselheiro Nestor Goulart Reis, a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: “PARECER SOBRE O PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 1609-T-10 – CENTRO HISTÓRICO DE ANTONINA – PARANÁ. O Processo de Tombamento nº 1609-T-10, denominado “Centro Histórico de Antonina – PR”, teve início em julho de 2010, com o Memorando nº 176/2010, do Superintendente Estadual do IPHAN no Paraná, arquiteto José La Pastina Filho, que encaminhou ao DEPAM três volumes impressos, denominados “Subsídios Técnicos para o Tombamento Federal do Centro Histórico de Antonina – PR”. Segundo o Parecer Técnico cuidadosamente preparado pela arquiteta Anna Finger, Coordenadora de Gestão, Normas e Fiscalização da Coordenação Geral das cidades históricas do DEPAM, para instrução final do processo, o estudo foi alvo de uma contratação externa, que utilizou a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento de Gestão, desenvolvido pelo DEPAM. As pesquisas foram realizadas entre 2008 e 2009, sob orientação

direta da equipe técnica da Superintendência do IPHAN no Paraná. O primeiro volume traz dados sobre a fundação e formação histórica de Antonina e sobre suas transformações, até a situação atual. Destaca suas características, bem como apresenta diretrizes para a gestão pós-tombamento. O segundo volume identifica detalhadamente 53 imóveis, considerados como os de maior destaque do conjunto. O terceiro volume identifica outros 38 imóveis, com critérios desenvolvidos pela equipe contratada. Complementarmente, segundo a arquiteta Anna Finger, foi analisado também um estudo desenvolvido por este relator, para o escritório Restarq, contratado pelo IPHAN, denominado “As lavras de ouro, a formação das Capitâneas do Sul e a Urbanização”. **ORIGENS DO POVOAMENTO** - O povoamento da região em que fica situada Antonina teve início em meados do século XVII, em decorrência do descobrimento de minas de ouro, junto a rios e ribeirões que desciam da Serra do Mar, nos fundos da Baía de Paranaguá. As informações mais antigas remontam aos tempos da Restauração Portuguesa, isto é, ao fim da chamada União das Coroas de Portugal e Espanha, que durou de 1580 a 1640. Com a ascensão de D. João IV podem ter sido renovados os estímulos às atividades dos mineradores e a região da Baía de Paranaguá passou a despertar um novo interesse. Em poucos anos torna-se objeto de atuação de garimpeiros atraídos das vilas já existentes, como das autoridades do Rio de Janeiro, que nomearam um representante (Gabriel de Lara) e enviaram um “entabulador”, para organizar as atividades nos locais das minas. Um mapa existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, atribuído a João Teixeira Albernaz (que se dizia Cosmógrafo de Sua Majestade) com data provável de 1653, indica a localização de numerosos rios que estavam sendo explorados naquela época, a oeste, nos fundos da baía. A primeira povoação a ser criada foi Paranaguá, mais próxima à entrada da baía, elevada a vila em 1648, por iniciativa de Gabriel de Lara, que pouco depois iniciava a concessão de sesmarias nas proximidades dos descobertos. A sesmaria da Graciosa foi concedida a Manoel do Valle Porto, na Ilha de Guarapiróca. Outras foram concedidas a Pedro de Uzeda, Antonio Leão e Manoel Duarte. Na ilha mencionada, hoje denominada Ilha do Teixeira, formou-se o primeiro núcleo de

povoamento, certamente antes de 1653. O local apresentava duas condições favoráveis para os mineradores. Por um lado permitia o acesso por água a quem chegasse de Paranaguá, como também aos *vários* locais de mineração, nas proximidades. Por outro, ficava próximo ao início de antigas trilhas indígenas que levavam ao planalto, onde foram feitas novas descobertas de áreas com aluviões auríferas e vieiros, que atraíram outros tantos povoadores, dando origem a uma primeira povoação, cerca de 1648 e, depois à Vila de Curitiba, formada com 1668. **ANTECEDENTES** - As regiões próximas à Serra do Mar, ao sul do Rio de Janeiro, começaram a ser visitadas por portugueses, espanhóis e outros europeus, no início do século XVI. Há notícias de presença de pequenos grupos de náufragos e aventureiros por volta de 1502, na região de São Francisco do Sul e, a seguir, em Cananéia, São Vicente, bem antes da chegada de Martim Afonso de Souza, em 1531. Uma boa síntese dessas informações pode ser encontrada no livro “Primeiros Povoadores do Brasil” de Yan de Almeida Prado. Foi a fase dos primeiros contatos entre europeus e povos indígenas habitantes da região. As notícias mais consistentes, que chegaram até nós, remontam ao final do século XVI e aos primeiros anos do século XVII. Era o início do que poderíamos chamar de um primeiro ciclo de mineração de ouro. Por volta de 1595, provavelmente com base em informações recolhidas e enviadas por alguns jesuítas, chegaram a Salvador informações sobre a existência de algumas minas, que estavam sendo exploradas nas proximidades da Vila de São Paulo. A veracidade do fato relatado pode ser comprovada por um documento da câmara daquela vila, com o depoimento de Clemente Álvares, em 1604, que informava estar extraindo ouro das minas do Jaraguá e de vários outros pontos, desde 1592. A chegada dessas notícias à Bahia e certamente, a seguir, a Lisboa e Madri (na época do domínio espanhol) deve ter acarretado uma série de providências, entre elas o deslocamento do Governador Geral D. Francisco de Souza para a Capitania de São Vicente, onde permaneceu de 1599 a 1603. Nesse breve período, D. Francisco implantou uma estrutura administrativa mais consistente, organizou os habitantes em companhias de milícias (chamadas na época de bandeiras) e promoveu as primeiras expedições ao interior do planalto e ao longo do litoral,

em busca de novas minas e visando o apresamento de índios para explorá-las. Dessa época temos notícias de pelo menos uma expedição importante à região da Baía de Paranaguá, organizada pelo Capitão José Pereira de Souza Botafogo, por volta de 1602. Restam na paisagem dois pontos que conservam na toponímia as referências a seus primeiros exploradores: Botafogo e Anhaia. Mas eram rápidas expedições. Do ano seguinte há notícias do mesmo Pereira Botafogo organizando um arraial nas proximidades da Serra do Japi, em áreas de mineração entre os locais em que seriam fundadas depois as vilas de Santana do Parnaíba e Jundiá. De interesse para nós, neste momento, é que os resultados da primeira visita de D. Francisco devem ter sido promissores. Terminado seu mandato, o antigo governador retornou a Madri e com apoio de Felipe II conseguiu que o território colonial fosse dividido em duas partes, cabendo-lhe o governo da Repartição do Sul. Esta incluía as capitanias do Espírito Santo a São Vicente, Santo Amaro e a Sant'ana, que se estendia vagamente até São Francisco ou Laguna, segundo os portugueses. A partir dessa época, essas regiões passaram a ser referidas como Capitanias do Sul. D. Francisco trouxe consigo alguns técnicos experientes em mineração, que devem ter contribuído para aumentar a eficiência dos garimpeiros locais. Ao longo da primeira metade do século XVII, como mostraram Lucy Maffei e Arlinda Nogueira, os testamentos e os inventários na Vila de São Paulo passaram a fazer referência a objetos de ouro e instrumentos de mineração. Entre 1640 e 1650, quando se inicia a exploração das minas do Vale do Ribeira, da região de Paranaguá e do Planalto Curitibano, tais referências declinam indicando claramente um deslocamento dos mineradores para regiões mais promissoras, recém-descobertas, e praticamente desaparecem. O surgimento das atividades mineradoras sistemáticas, nas regiões mais ao sul, não significa entretanto que as mesmas já não estivessem recebendo povoadores em décadas anteriores. De 1579 há notícias da existência da Vila de Maratayama, junto ao Mar Pequeno (depois Vila de São João Batista de Cananéia) pela qual facilmente se alcançava por rios internos a Baía de Paranaguá. E há documentos que comprovam que em 1632 Gabriel de Lara, fundador de Paranaguá, residia na Vila de Nossa Senhora das Neves de

Iguape, cujo povoamento teria sido iniciado na mesma época de Cananéia. Haveria portanto povoadores nas partes mais ao sul, que eram então consideradas por Lisboa como possessões portuguesas e por Madri como possessões espanholas. Mas não havia atividades mineradoras sistemáticas. Essas se iniciaram comprovadamente na década de 1640-1650 e foram oficialmente comunicadas por Gabriel de Lara ao governador do Rio de Janeiro em 1648. Tratando-se de áreas de colonização nas quais as práticas de sonegação eram consideradas como sistemáticas, é de se acreditar que já existissem lavras nessa região em anos bem anteriores. É nesse quadro que se inicia o povoamento regular das terras a oeste da Baía do Paranaguá, por volta de 1648, com a concessão das primeiras sesmarias. **CRESCIMENTO E MUDANÇA** - Se a povoação da Ilha de Guarapiró não cresceu e se consolidou, conservou-se certamente como ponto de apoio aos mineradores e demais habitantes da região, pelas vantagens de sua localização. Era, afinal, o destino desses arraiais de mineradores, em áreas de baixa densidade de ocupação. As mudanças nas formas de distribuição dos povoadores no espaço tiveram que aguardar novas mudanças econômicas. Na última década do século XVII, grupos de mineradores das Capitânicas do Sul, que se deslocaram provavelmente em busca de melhores oportunidades, descobriram as ricas áreas de mineração das que seriam chamadas de Gerais. Reza a tradição que, na região do Itacolomi (onde se formou Vila Rica) o primeiro descoberto foi feito por um morador de Curitiba, que ao lavar seu prato após a refeição, resolveu utilizá-lo como bateia. Chegadas as notícias ao sul, deslocaram-se os mineradores para as novas regiões. Os que permaneceram, passaram a se dedicar mais à produção rural. Nos primeiros anos do século XVIII, provavelmente para atender melhor às novas condições econômicas, os moradores da antiga povoação migraram para o local onde hoje se encontra a Vila de Antonina. Ganhavam importância os caminhos de acesso às terras interiores, na própria região e sobretudo no planalto e as condições de uma ilha já não eram tão favoráveis. Em 1712, em terreno doado para esse fim, teve início a construção da Capela de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa, no Morro da Graciosa, que deu origem à matriz, inaugurada em 1714. Foi esse

provavelmente o momento do deslocamento dos povoadores, que se instalaram ao seu redor. Em 1719 foi criada a freguesia, com o mesmo nome da capela. A formação urbana dos primeiros tempos está bem caracterizada no Processo. As casas dispunham-se ao redor da atual Praça Coronel Macedo, nos fundos da matriz, que estava em um outeiro, com a frente voltada para a baía de Antonina. A seguir, acompanhavam a atual rua Quinze de Novembro, em direção ao Morro do Bom Brinquedo, aos pés do qual se situava a Fonte da Carioca, com boa água, que atendia às necessidades da população e às dos navios ancorados no porto. Ao redor da praça e desse eixo formou-se a primeira parte da vila de Antonina. Pelos depoimentos do início do século XIX, as casas seriam quase todas térreas, com as características comuns a todo o litoral sul, de Iguape a Laguna, com formas geralmente consideradas como de tradição açoriana mas presentes também no litoral norte do estado de São Paulo, onde esta tradição seria no mínimo mais difusa. Pouco depois, em 1797, Antonina foi elevada à condição de vila. Em 1808, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, surgiram novas perspectivas econômicas para a região. Foi reaberto o Caminho da Graciosa, que levava diretamente de Antonina a Curitiba, em condições mais favoráveis, ainda que com um percurso mais longo. A vila ganhava um fator de impulso econômico, mas estabelecia uma condição de competição com Paranaguá, que se estenderia até meados do século XX. Na década de 1820-1830, com a construção de engenhos de beneficiamento de erva mate, ganhou importância a exportação para Argentina, Uruguai e Chile. Com as novas atividades, expandem-se as áreas urbanas. Constroem-se o mercado, um primeiro trapiche e as igrejas de São Benedito e Bom Jesus do Saivá. A partir de 1853, com a criação da Província do Paraná, tiveram início os planos para construção de uma estrada carroçável e calçada com pedras, no Caminho da Graciosa. A obra foi inaugurada em 1873, abrindo novas perspectivas para o comércio de Antonina e seu desenvolvimento urbano. Entretanto, na mesma época têm início os planos para construção de uma ferrovia, ligando Antonina a Curitiba. O plano inicial, com liderança de Mauá, foi abandonado. Em 1885 foi inaugurada a parte entre Paranaguá e Curitiba. Em 1892 foi inaugurado o ramal Morretes-Antonina. No início do

século XX a área urbanizada de Antonina espalhava-se em várias direções. Muitas de suas antigas construções eram substituídas por sobrados voltados para o comércio, já com características ecléticas, em áreas próximas do porto, eram construídos grandes armazéns. A partir de 1914 as atividades comerciais foram intensificadas, com a instalação de unidades de beneficiamento de matérias-primas e exportação, de propriedade das Indústrias Matarazzo. Mas, por volta de 1930, com a crise mundial, com o uso de navios maiores e o crescente assoreamento do porto, a vida econômica tradicional de Antonina foi sendo esvaziada. As Indústrias Matarazzo cessaram suas atividades em 1972. Em 1970 tem início uma nova fase, com a inauguração da rodovia Curitiba Paranaguá. Uma nova perspectiva começou a se delinear: a do turismo. É nesse contexto que se define o interesse pela valorização de seu patrimônio histórico e paisagístico. **Do valor** - Como é bem explicitado no Parecer Técnico e se pode comprovar pela documentação apresentada, quase todas as edificações mais antigas sofreram um processo de descaracterização, com alterações nas formas de suas coberturas, nas aberturas e nos detalhes de acabamento de suas fachadas. Os interiores foram quase totalmente alterados. Poucos são os exemplares destacados pelo seu estado de conservação. Não se trata portanto de um conjunto arquitetônico com valor documental. Entretanto, as características do tecido urbano e as próprias edificações – com formas de implantação tradicional – se conservam como um conjunto histórico, como um documento material da formação da região. No Processo, também fica clara a importância da integração desse conjunto na paisagem da Baía de Antonina e ao seu redor, com destaque para o sítio da Matriz e do Morro do Bom Brinquedo. A proposta encaminhada Ao Conselho Consultivo envolve o tombamento de duas áreas. A da parte mais antiga do centro histórico e a de ocupação no final do século XIX e da primeira metade do século XX, incluindo restos de antigos armazéns e as instalações das Indústrias Matarazzo. Entre estas uma casa rural com características arquitetônicas do século XIX. Com base no conteúdo do Parecer Técnico e da documentação técnica, nosso voto é favorável ao tombamento na forma proposta. Todavia, um ponto chama a nossa atenção: o da gestão e da fiscalização pós-tombamento, questão em

boa hora levantada pela Superintendência do IPHAN no estado do Paraná. Em primeiro lugar porque, independentemente de se tratar do tombamento de um conjunto arquitetônico ou urbanístico, os objetos da preservação são considerados como documentos históricos. Se muitas edificações foram demolidas e outras foram modernizadas de forma inadequada, muitas ainda guardam características do século XVIII, do século XIX e do início do século XX, que permitiriam sua restauração, com intervenções relativamente simples e, para tanto, há muito boa documentação presente no Processo. Se os resultados das alterações fossem arquitetonicamente muito consistentes, não seria o caso de restauração, com supressão dos acréscimos. Mas há muitos casos de substituição de telhados tradicionais por outros de cimento-amianto, apoiados sobre remanescentes de beirais em beira-seveira, estes quase íntegros. São pequenas reformas que não poderiam ser incluídas entre exemplos de soluções esteticamente felizes. Há também reformas precárias, como mudanças em enquadramentos e vedações de aberturas, facilmente reversíveis, com formas coerentes. Seria importante a definição clara de linhas de procedimento, em relação a casos como estes, para Antonina como para os de muitas outras áreas urbanas que estão sendo tombadas como bens de interesse histórico e paisagístico, em diferentes regiões do país. Um outro exemplo pode ser útil, para reforçar o interesse do Conselho, pelos problemas da fase pós-tombamento. Em Antonina, as reformas dos telhados têm como objetivo, muitas vezes, possibilitar a construção de um novo andar, sobre a parte mais antiga. Em alguns casos, deixando aparecer apenas uma pequena faixa de janelas, para quem observa do outro lado da rua. Em princípio, estão entendendo que os espaços que não podem ser vistos pelos passantes mais próximos não serão objeto de restrições. Essa leniência leva a casos como o da Rua Carlos de Carvalho em Curitiba (mencionado pelo Conselheiro Jéferson Navolar, em seu livro “A Arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba”) e um semelhante em São Francisco do Sul, nos quais foram construídos edifícios com muitos pavimentos, a poucos metros da rua, ficando a fachada (e apenas a fachada ou o cômodo fronteiro da casa antiga) como remanescente do passado. Trata-se de um formalismo inaceitável.

Nesses casos para linhas de visão mais distantes, cria-se um caso de um urbanismo teratológico, não havendo qualquer enquadramento possível como paisagem de interesse cultural. Tudo indica que os critérios de preservação pós-tombamento, aplicáveis a espaços urbanos, como já lembrou mais de uma vez o Conselheiro Liberal de Castro, deveriam ser definidos como diretrizes gerais pelo Conselho Consultivo, nos termos da “Recomendação sobre a Salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea”, da UNESCO, aprovado em Nairobi, em 1976, onde se declara, na introdução: *“Do ponto de vista legal e administrativo, deve ser criado um sistema de proteção específica para os conjuntos históricos”*...É assunto para ser examinado em detalhes e ser objeto de estudo específico pela Câmara de Arquitetura e Urbanismo e submetido ao Conselho. Ressalvado esse ponto de caráter genérico – pelo qual já demonstrou seu interesse o Superintendente do IPHAN no Paraná, nosso voto é pela aprovação do projeto. 26 de janeiro de 2012. Nestor Goulart Reis.” O Presidente agradeceu e deu início aos debates, concedendo a palavra à Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira: “Gostaria de ter mais informações sobre o estado da Matriz e da Igreja de São Benedito. Notei que a Matriz é semelhante a uma capela construída em 1712 no Morro da Graciosa, em uma ilha do Arquipélago dos Açores. Sabemos também que sempre a primeira irmandade a sair da Matriz era a dos negros, expulsos pelos brancos. Essa Igreja de São Benedito deveria ser, ainda no século XVIII ou do começo de XIX, uma irmandade de negros. Em Minas é muito curioso, os negros construíam longe do centro urbano, com o crescimento das cidades, eram afastados.” O Conselheiro Nestor Goulart Reis tomou a palavra para observar que aconteceu não só em Antonina, como em Paranaguá. Acrescentou que, em todos os lugares, a orientação era que se estimulasse a criação de igrejas para os negros, a fim de garantir a sua integração à religião católica, mas sempre fora da área urbana. Informou também que os negros, na sua música, usavam tambores e a população branca ficava apavorada. Comentou que em São Paulo há descrições frequentes desses fatos, e citou a Igreja do Rosário, que ficava no fim da Rua 15 de Novembro, informando que os depoimentos são muito claros sobre o

temor despertado pela música com tambores, quando a igreja foi envolvida por moradores. Lembrou que na primeira reforma urbanística em São Paulo a igreja foi demolida e construída no Paissandu, que então ficava fora.” O Presidente agradeceu e solicitou ao Superintendente do IPHAN no Paraná, arquiteto José La Pastina, esclarecimentos sobre o estado de conservação das igrejas, transcritos a seguir: “A Igreja Matriz é tombada pelo Patrimônio Estadual, a Conselheira Rosina Parchen pode tecer algumas considerações sobre ela. Na verdade, a foto da Matriz projetada aqui é seguramente posterior a 1827, porque em gravura atribuída a Jean-Baptiste Debret, datada daquela época, aparece uma igreja muito singela no alto do morro da Graciosa, e também aparece nessa mesma gravura, uma igreja em construção, que seria a Igreja de São Benedito, portanto do século XIX. É provável que a Capela-mor da Igreja Matriz do Pilar seja efetivamente do século XVIII. Nessa antiga Capela do Pilar há um elemento dissonante, é a construção de uma casa, não está visível nessa foto, aparece apenas um pequeno pedaço à esquerda do beiral da casa paroquial, que interfere terrivelmente na paisagem. No livro *Novos Caminhos Meridionais* no Estado do Paraná, são ressaltadas as qualidades paisagísticas e ambientais da pequena aldeia, comparada a pequenas vilas da Inglaterra destacando a sua beleza, o seu caráter pitoresco com referência à posição da igreja, velando o rebanho a seus pés. A Igreja de São Benedito, externamente, está relativamente bem conservada, internamente não. Acho que a Conselheira Rosina Parchen poderá falar dos bens integrados. A Igreja São Bom Jesus do Saivá, próxima do conjunto da estação, foi restaurada há vários anos, mas está apresentando problemas na sua cobertura.” O Presidente passou a palavra à Conselheira Rosina Coeli Alice Parchen para os seguintes esclarecimentos: “A Igreja Matriz está relativamente bem conservada, embora muito alterada. O atual Pároco, embora sabendo que há um tombamento estadual, fez várias intervenções por iniciativa própria. As mais recentes foram banheiros instalados na parte inferior da torre, porque considerava necessário construir banheiros para os turistas, não para os fiéis. Foi destruído todo o piso de ladrilho hidráulico original para passagem de encanamentos. Até hoje estamos tentando reverter essa situação no

judiciário. Existem várias intervenções internas no imóvel, mas o estado de conservação é bastante bom. O Pároco tem ainda a intenção de ampliar a casa paroquial, alegando precisar de mais espaço para reuniões. Agora teremos um trabalho conjunto com o IPHAN para orientar bem os procedimentos, nessas situações. A igreja de São Benedito passa a maior parte do tempo fechada, não conheço o acervo. Existe na Matriz uma Via Sacra que é um pouco representativa como escultura de artista local, mas as imagens são em gesso, não existe nada relevante. Na igreja do Saivá também ocorreram algumas alterações há alguns anos, substituíram o piso, substituíram o beiral, que é numeral de cachorros e fizeram uma beira-seveira, por iniciativa do arquiteto da época que considerava ser a linguagem do litoral, isso ainda não foi revertido. Complementando as informações, os habitantes de Antonina são chamados capelistas, por causa da capela. A igreja de São Benedito é muito próxima do núcleo original da cidade, está na segunda rua, não muito distante da Matriz.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses para a seguinte manifestação: “Duas observações. Primeiro, gostaria de cumprimentar a Superintendência do IPHAN no Paraná pela qualidade do parecer, mas gostaria, sobretudo, de cumprimentar o Conselheiro Nestor Goulart Reis, ressaltar a importância da pesquisa que ele vem conduzindo, porque implica em uma renovação da Histórica Colonial do Brasil, mas também por ser muito importante porque funciona como um indutor para, necessariamente, assumirmos esse caráter integrado que tem o patrimônio cultural. E a segunda observação, é o estado de conservação do núcleo Matarazzo que, pelo que entendi, ficou fora do tombamento. Pelas fotografias, me pareceu que se encontra em estado de ruína, de abandono.” O Superintendente do IPHAN no Paraná, arquiteto José La Pastina tomou a palavra para apresentar o seguinte esclarecimento: “Na verdade, 83% do complexo pertence a um descendente da família Matarazzo e 17% pertence ao filho, Fernando, que mora no complexo. Esse herdeiro moveu dez processos contra sua mãe; é uma situação complicadíssima, ele está proibido de entrar no terminal. A família Matarazzo apresentou impugnação temendo não poder utilizar o porto, mas o nosso discurso considera a atividade portuária

fundamental para a cidade de Antonina. Com a retomada das questões de navegação, especialmente agora com a da questão do Pré-Sal, há interesse de grupos na aquisição desse complexo. Estiveram apresentando as razões de sua impugnação ao Diretor do DEPAM, que poderia esclarecê-las melhor.” O Dr. Andrey Rosenthal Schlee tomou a palavra para fazer os seguintes esclarecimentos: “Recebemos a visita dos advogados da família, que alegaram o estado dos bens como impedimento para o tombamento, que iria também sepultar qualquer possibilidade de venda do complexo e do retorno da atividade portuária. Então solicitamos à Superintendência do IPHAN no Paraná que fizesse, na última semana, as fotos projetadas agora. Todos os bens estão identificados e têm a seguinte indicação: *‘Não houve alterações desde o inventário de 2009’*. Foi quando fizemos o processo de tombamento. Então as fotos mostram a situação em que os bens se encontram; apenas a metade de um grande galpão ruiu. Como estão envolvidos em uma disputa familiar, que tem impedido o acesso até para manutenção em questões básicas. Segundo os advogados, eles mantêm apenas um segurança para evitar a invasão da área.” O Conselheiro Gilson Rambelli pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Gostaria de registrar um elogio ao Conselheiro Nestor Goulart Reis, destacando principalmente a sua fala inicial, quando reconhece a importância da arqueologia para contar a história dos que não estão na História. Isso é importante e abre um precedente para acabar com a imagem, ainda um pouco presente, de que a arqueologia ilustra a história e muitas vezes contradiz a história. Gostaria de parabenizá-lo por isso e também, na parte referente ao contexto portuário, pela inclusão do ambiente aquático. Assim, pensando em uma cidade que tem essa forte ligação com a questão portuária, tanto na parte antiga, quanto na parte da indústria Matarazzo, lembro a esse grande Conselho o contexto de um patrimônio cultural que, às vezes, passa meio despercebido, que é o patrimônio cultural subaquático. Gostaria de deixar registrado que sempre que tratamos de temas que envolvem áreas próximas ao ambiente aquático, ele se torna um complemento, e acaba fazendo parte, não só da paisagem, mas também da possibilidade de interagir com o patrimônio edificado, com remanescentes de embarcações naufragadas

ou mesmo de dejetos dessas embarcações, abrindo um precedente incrível. Muito obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para as seguintes indagações: “A cidade, hoje, vive de quê? Qual é a sua população? Essas alternativas de mudanças no porto, não sei se mudança de perfil, todos os portos brasileiros estão passando por grandes transformações, que impacto terão em Antonina? ”A Conselheira Rosina Parchen, a pedido do Presidente, apresentou os seguintes esclarecimentos: “Eles têm esperança de que o porto seja o grande viés econômico, existe uma economia voltada para o turismo, existem alguns hotéis na cidade que recebem turistas uma vez por ano. Há quase vinte anos existe o Festival de Inverno de Antonina, concentrando um número expressivo de estudantes. É um programa da Universidade Federal que envolve a comunidade e traz os estudantes e muitos outros participantes de fora. Existe uma culinária bastante expressiva também. O barreado, que é típico do litoral, é uma atração que se mantém e que faz a cidade viver em torno disso. Mas além dessas atividades, ocorrem competições náuticas, porque a baía é esplendorosa, como paisagem é magnífica. Mas, como acontece em muitas outras cidades, a população não interage com a sua cidade, costumo dizer que é autofágica. Há muitos anos, as iniciativas para recuperar Antonina esbarram na falta de interesse e de vontade da comunidade em colaborar e, também, nos problemas da administração pública, na falta de profissionais. Falei sobre o Pároco, é uma questão que envolve a comunidade, porque ele faz o seu discurso e fala mal do patrimônio na Igreja, é uma situação bastante difícil. É uma economia muito incipiente, a agricultura é pequena também, vivem da produção de cana e de plantio para subsistência. A indústria Matarazzo, que foi também uma grande esperança de renovação, tem todo esse problema familiar. É uma cidade que tem dificuldades, estamos tentando trabalhar no sentido de ajudá-la, talvez esse viés cultural seja a única alternativa.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Antônio Menezes Júnior para as seguintes considerações: “Foi bom solicitar a palavra após os esclarecimentos e os questionamentos. A partir das iniciativas do estado brasileiro de conservar conjuntos dessa natureza nesse momento tão complexo de mudanças

econômicas, e de esperanças de fortalecimento do poder público municipal e estadual, peço aos Conselheiros, caso possível, um informe mais circunstanciado do grau de adesão do poder público estadual e municipal, qual é o grau de entendimento, qual é o grau de pactuação, quais são as dificuldades enfrentadas nessa relação, quais são os agentes sociais, poucos pelo visto, que estariam no campo de forças aliadas. Pensar a respeito do nosso futuro, portanto, é uma questão que perpassa várias outras situações. Obrigado.” A Conselheira Rosina Coeli Alice Parchen retomou a palavra para a seguinte complementação: “Ouvi o comentário do Conselheiro Marcos de Azambuja sobre a conservação das fachadas. Houve uma iniciativa de tratamento de fachadas que evidencia o que poderia ser feito para melhorar a qualidade visual da cidade. Ocorreu também o restauro da antiga Estação Ferroviária para a instalação de um Centro Cultural, há alguns anos, para uso do Município, mas a conservação está bastante precária. Existem muitas gestões para o retorno da linha férrea, mesmo que seja apenas para o turismo de Morretes, que é o ponto onde passa a linha até Paranaguá, deveria ser reativado um ramal para Antonina. Há iniciativas, o trem volta a circular durante alguns meses, e depois para. Casas situadas na Praça da Matriz, compradas por pessoas vindas de Curitiba ou de outras regiões, foram recuperadas. Embora tenha havido grandes intervenções internas, pelo menos o conjunto se mantém. Assim, são iniciativas pontuais, que não têm continuidade, a comunidade não dá continuidade. O acervo e o mobiliário de uma farmácia foram tombados pelo Estado do Paraná, quando tivemos o apoio do IPHAN para possibilitar a realização do inventário dos equipamentos e objetos. Em 1987, foi delimitada a área de centro histórico por lei municipal, com a colaboração do Estado. Então, por vezes, nós conseguimos trabalhar com eles, muitas vezes não.” Respondendo a indagação do Conselheiro Liberal de Castro, a Conselheira Myriam Ribeiro confirmou que a devoção a Nossa Senhora do Pilar é de origem espanhola e observou que as mais antigas, principalmente na região norte de Portugal, datam da época da União Ibérica. O Conselheiro Liberal de Castro comentou ainda a grande presença de sobrenomes espanhóis em São Paulo, questionando a sua origem. O

Conselheiro Nestor Goulart Reis tomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: “Fiz questão, no meu relatório, de não usar a expressão ‘paulistas’, porque é coisa do Taunay, nem Capitania de São Paulo. A Capitania de São Paulo foi criada no final do século XVII. Se fosse capitania, seria de São Vicente. Também não uso a palavra ‘bandeira’, porque é invenção do Taunay, nem existia a palavra ‘bandeirantes’. E ninguém se dizia paulista, chamavam-se de vicentinos, e eram as mesmas famílias. O Lara é de família de São Paulo. Eram os espanhóis, que Jorge Caldeira mostrou com clareza, não foram mortos. Os 5000 índios que vieram do Paraguai, vieram fugidos. Havia uma briga lá entre Córdoba e Assunção. Como poderiam matar 5000 índios durante a noite, no Paraguai? Eles fugiram para São Paulo. Então Bueno, com essa gente toda, veio do Paraguai porque podiam fazer melhores negócios em São Paulo e em Buenos Aires. Eles vendiam escravos africanos para trocar por prata. A atividade econômica daquela região não se entende de outra forma. Eram as mesmas famílias, eram as mesmas atividades, eles se deslocavam de um lado para o outro, como se deslocaram para Minas Gerais. A única diferença é que eles tinham um modo de vida muito peculiar, junto com seus índios, que lhes permitiam rapidamente se deslocar sem carregar quase nada, porque comiam o que havia no local. Em Minas, era um pouco severa a condição da natureza, e muitos morreram de fome porque não conseguiram tirar alimento daqueles morros. A Guerra dos Emboabas é o choque entre dois modos de mineração. Não eram tanto os portugueses mas sobretudo os baianos que levaram bois e tomaram todo o ouro dos que foram do Sul. Fiz questão de dizer aqui: quem descobriu o ouro em Ouro Preto foi um morador de Curitiba. Então, eram as mesmas famílias. Esse conceito de que era a história de São Paulo não é verdadeiro, é a história das Capitanias do Sul, era um sistema social só. No fim do século XVII já é Capitania de São Paulo. E outro aspecto, para alterar um pouco essa visão histórica equivocada, essas foram as capitanias que permaneceram com os donatários. Assim os impostos podiam ser sonegados à vontade, porque o governo português não controlava o sistema judicial. Essa era uma concessão do donatário. Eles sonegavam sistematicamente porque não podiam ser alcançados pela justiça, por ser

atribuição do donatário, que tinha o interesse na permanência do ouro na região. Então, quando se descobre o ouro em Minas, o governo português adota o sistema de desmontar e comprar essas capitâneas e passar tudo para o seu controle direto. Aparece a Capitania de São Paulo e Minas e passam a falar em 'paulistas'. Portanto, fazer a história dos séculos XVI ou XVII com referências a paulistas é uma falsificação histórica. Eles não existiam; existiam os vicentinos. Nasci em São Paulo mas ninguém vai me encontrar escrevendo a história desse jeito. No Rio de Janeiro, o Governador da época passa a ter controle sobre mineração e poder militar. Os Correia de Sá tinham esse poder para governar as Capitâneas do Sul no que se referia às atividades militares e mineradoras, mas não da justiça. Por isso, no século XVIII, o governo português comprou todas as capitâneas. Então os nossos estudos mostravam que, quando se faz essa reforma, as nossas capitâneas ficaram todas secundárias, ficaram subsidiárias das principais e continuaram sem ter história. Olhamos para São Paulo, hoje, e imaginamos que era muito diferente do Ceará, e do Piauí. Não, era igual. Penso que devemos fazer essa revisão. As famílias eram as mesmas, até porque eles eram altamente móveis, sua atividade econômica exigia essa mobilidade. Como todo garimpeiro, ainda hoje, sai de São Paulo e vai para Serra Pelada. O importante é o seguinte, as nossas Capitâneas do Sul produziram mais ouro do que as de Mato Grosso. Reunidas, produziram uma vez e meia o ouro de Serra Pelada, só que produziram em trezentos e tantos anos. Então, é uma outra história." O Conselheiro Arno Wehling pediu a palavra para fazer os seguintes comentários: "Considerando o tempo, vou ser extremamente breve. Quero dar os parabéns ao Conselheiro Nestor Goulart. Gostaria de começar pelo final quando fala da necessidade dos critérios para o pós-tombamento; acho que deu uma sugestão concreta que deveria ser acolhida. Imagino que já existam alguns procedimentos, porque uma coisa é a fiscalização pós-tombamento, por ser uma das atribuições do IPHAN. Outro aspecto a questão da educação patrimonial. Como as pessoas irão valorizar o bem tombado, como o próprio pároco poderia ser catequizado para entender a importância do tombamento. Esse é um problema de educação patrimonial. Não quero me repetir mas em

2000, quando se fez um grupo de estudos sobre a proposta do projeto MONUMENTA, defendi uma verba para educação patrimonial. E quanto à parte histórica, vou pedir licença, só para fazer uma observação, sobre o magnífico quadro traçado pelo Conselheiro Nestor Goulart. São pontos muito importantes que merecem ser destacados: a questão das regiões desprezadas, porque isso ocorre em várias situações. A historiografia brasileira foi muito construída no século XIX e mesmo em parte do século XX com uma visão centralizadora do estado, o restante é sempre a paisagem. O Estado do Maranhão também sofreu muito com essa distorção. Fiz trabalhos sobre o Estado de Maranhão e fiquei espantado com os problemas que apareciam, que não tinham nada a ver com a ótica tradicional. O outro aspecto é a ótica paulista. Houve realmente uma *paulistanidade* na historiografia brasileira com a construção de uma série de mitos, que realmente já vêm sendo questionados, mas ainda há muito para ser desmontado. Ainda um destacado no parecer e mais ainda na sua última fala, mereceria destaque. Toda essa região nos séculos XVI e XVII, era realmente uma coisa só que os espanhóis chamavam de 'Paraguai maior', e que tem alguns pontos focais: São Paulo, Santos, Assunção, Tucumã, Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires. Por isso podemos nos referir a espanhóis em São Paulo, e o Professor Nilo Garcia tem sobre isso uma bela tese, de cinquenta anos atrás. Estive no cemitério de Santa Fé há alguns anos e constatei na metade do cemitério antigo, historicamente preservado, que os túmulos são de portugueses, os terríveis portugueses que vinham fazer contrabando, circulavam de lá para cá trocando escravos por prata, de Potosi. Era uma só região. Nós é que temos, por travos nacionalistas da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do Brasil, a tendência de olhar a região como se, nessa época, existissem fronteiras. Havia um vago meridiano ao qual ninguém dava muita importância. A contextualização do Conselheiro Nestor Goulart foi muito boa e oportuna e valorizou esse processo de tombamento do Centro Histórico de Antonina. Vários documentos mostram como em Portugal, com o futuro rei D. Pedro II, ainda como regente, enviaram-se cartas e sertanistas as explorações territoriais. Taunay mostra alguns desses documentos, enviados para resolver inclusive problemas a superpopulação açoriana. Tendemos a

considerar a presença açoriana como consequência da imigração dirigida no final do governo de D. João V e de Pombal, quando há fluxo açoriano anterior, que não está muito bem contabilizado, porque não temos indicações mais consistentes para fazê-lo. É verdade que na época da criação das capitanias predominavam imigrantes da região minhota, mas logo depois isso se estendeu a outras regiões portuguesas. Também açorianos vinham para o Rio de Janeiro no final do século XVI, há vários registros. Parabéns pelo seu trabalho. Conselheiro, é excelente, aguardo o artigo para a revista do Instituto.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres Fonseca para os seguintes comentários: “Também vou ser rapidíssima. Queria elogiar esse trabalho fantástico de revisão da historiografia e destacar que, em grande parte, se deve a iniciativa do IPHAN. Um novo olhar sobre a história brasileira a partir de outras fontes que não as tradicionais, no meu entendimento, dará ao IPHAN uma estatura maior do que habitualmente lhe é atribuída. Subitamente, há um trabalho bem mais amplo, revendo a questão do território e da sua ocupação. Além disso, gostaria de saber quais são os projetos de gestão, mais do que de fiscalização, para a área das indústrias Matarazzo. Conhecemos as dificuldades no Brasil e no exterior, com o uso dessas áreas industriais tombadas, como se fará a gestão para revitalizá-las? Pelo que vi, é uma área razoavelmente grande e distante da parte histórica de Antonina. ”O Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização para os esclarecimentos transcritos a seguir: “Esse processo, como destacou o Conselheiro Nestor Goulart Reis, vem acompanhado de uma série de instruções. Temos as diretrizes gerais e as específicas, que chegam a um detalhamento dos níveis de proteção, com a indicação do que pode ser executado do ponto de vista da gestão. As impugnações, de certa forma, já estão respondidas a partir da leitura desses mapas e dessas áreas com níveis de proteção. No encontro que tive com o Prefeito local e com os advogados dos Matarazzo, ficou evidente a ideia de reativar a atividade portuária. Há uma série de empresas interessadas nesse complexo em função de uma expectativa ligada à questão do Pré-Sal. Portanto, essa é uma área com um potencial econômico futuro muito grande.” O

Presidente tomou a palavra para a seguinte complementação: “Acho que, de certa maneira, o Diretor do DEPAM esclareceu que a atividade portuária original se concilia com a preservação. Queria lembrar as ações que estamos desenvolvendo, junto com o Ministério da Educação, para implantação de universidades em centros históricos protegidos situados anteriormente em áreas industriais. A compra da Fábrica Santa Amélia, nos anos oitenta, foi uma atitude absolutamente ousada do IPHAN. Era uma fábrica desativada no Centro Histórico de São Luís, e quase trinta anos depois se viabiliza a sua recuperação com a implantação de uma série de cursos da Universidade Federal do Maranhão.” O Conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para a seguinte manifestação: “Presidente, queria confirmar se o Prefeito de Antonina está aqui, ou se há algum representante da Prefeitura. Uma das coisas que me impressiona bem em nossos encontros é a mobilização das autoridades locais quando há um projeto de tombamento, representando o desejo de prestigiar a ideia, de associar o governo municipal à nossa decisão. A ausência, hoje, de qualquer representante do Município de Antonina me dá uma impressão desfavorável, de que não há um engajamento, de que não há uma aprovação para o que nós estamos fazendo, e sem esse apoio da comunidade local não é fácil prosperar. Creio que o futuro industrial dessa região é difícil. Antonina fica no fundo da baía, além do assoreamento, é pequena a profundidade dessas águas. Há uma vocação para atividades artesanais ligadas ao turismo, pode haver uma pesca artesanal local, pode haver coisas ligadas a camarão, a enlatamento de certos produtos. Agora, o que me preocupou hoje foi que, em lugar daquele orgulho da comunidade demonstrado pela presença das suas autoridades, não houve nenhuma manifestação de apoio, não vejo para esses prédios da indústria Matarazzo um grande futuro. É um espaço muito bonito, há duas ou três casas extraordinárias, portanto o que vejo é a ideia de uma vocação turística, cultural, de artesanato de qualidade. Hoje, os ausentes, os que são de Antonina perderam uma demonstração de interesse, de erudição, de engajamento dos nossos Conselheiros. Não sei de que maneira o Presidente pode ou deve, ou é prudente mobilizá-los, trazê-los aqui para conversar um pouco, ter uma relação

mais íntima com as autoridades locais. Obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Superintendente do IPHAN no Paraná, arquiteto José La Pastina Filho, solicitando a apresentação de esclarecimentos sobre a questão, transcritos a seguir: “Infelizmente, uma das impugnações partiu da Câmara Municipal. Desde o início dos estudos para o tombamento de Antonina a Superintendência do IPHAN no Paraná tem procurado estreitar esses laços com a comunidade, especialmente fazendo com que ela se estruturasse em termos de recursos humanos para fazer valer o Plano Diretor da cidade. Há uma Lei de proteção municipal, há um Plano Diretor que nunca foi cumprido. A partir da notificação do tombamento, a minúscula equipe técnica do IPHAN no Paraná desloca-se periodicamente para a cidade fazendo palestras na Câmara Municipal, fizemos um *power point* mostrando a beleza de Antonina, a cidade moldurada pelos morros. Fizemos uma superposição com fotos de favelas, mostrando os problemas gerados pela ocupação desordenada das áreas de encostas, sujeitas a tragédias, como a ocorrida muito recentemente na cidade, com perda de vidas. Temos concedido entrevistas em emissoras de rádio, jornais locais, e na grande mídia também. No ano anterior Antonina foi incluída no PAC das Cidades Históricas exatamente porque estava em processo de tombamento, trabalhamos com a equipe local, que cumpriu todos os prazos e apresentou uma série de ações que integram o programa. Está tudo formalizado em um termo assinado com a Prefeitura. O Prefeito está mobilizado, compareceu ao lançamento do PAC, ao treinamento que o IPHAN promoveu para técnicos e políticos naquela ocasião, esteve com o Presidente. Infelizmente, tenho a impressão que ele está sofrendo terríveis pressões e não quer se comprometer. Na semana anterior recebemos representantes da família Matarazzo absolutamente preocupados, julgando que o tombamento impediria o renascimento de Antonina. A nossa tônica, o nosso discurso é exatamente contrário, estamos resgatando o próprio nome da cidade, porque eles detestam ser chamados de Antonilista, nem sabem quem foi D. Antônio. A pesca artesanal praticamente desapareceu em consequência da poluição e da concorrência da pesca de arrastão feita por barcos pesqueiros de Iguape e de Itajaí. Então, restam para as comunidades carentes de Antonina, em termos de

atividades econômicas relacionadas com o mar, a cultura de ostras, mexilhões etc., ou então a melhoria de atividades extrativas, como a cansativa busca de siris. Senhor Presidente, vou concluir, estou emocionado e lamento a ausência do Prefeito de Antonina.” Vamos passar, então, à votação da proposta contida no Processo nº 1.609-T-10 (Processo nº 01508.000492/2010-75) do **Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina**, no Estado do Paraná. Por favor, os Conselheiros favoráveis ao tombamento, nos termos do parecer do Relator, Conselheiro Nestor Goulart Reis, por favor, levantem a mão. Em face do apoio de todos os Conselheiros, considero aprovado, por unanimidade, o tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina**, Estado do Paraná, devendo ser inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.” Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para reinício na parte da tarde. Às quinze horas do dia vinte e seis de janeiro de dois mil e doze, na Sede do IPHAN, em Brasília, foram retomados os trabalhos da 69ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Arno Wehling, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, Antônio Menezes Júnior – representante do Ministério das Cidades -, Gilson Rambelli – representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Roque de Barros Laraia – representante da Associação Brasileira de Antropologia -, Rosina Coeli Alice Parchen – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Marcos Vinícios Vilaça, Synésio Scofano Fernandes – representantes da sociedade civil -, Claudia Maria Pinheiro Storino – representante do Instituto Brasileiro de Museus -, Eliezer Moreira Pacheco – representante do Ministério da Educação -, e Heloisa

Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente passou a tratar do Processo nº 1.614-T-2010(Processo nº 01450.012718/2010-93)– tombamento do **Centro Histórico de Manaus**, no Estado do Amazonas, e iniciou os trabalhos com o exame da impugnação apresentada pelo Governo do Estado do Amazonas, passando a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, arquiteto Andrey Rosenthal Schlee, para que apresentasse a questão aos Conselheiros. O Diretor do DEPAM fez breve exposição do vídeo e das alegações do Governo do Estado do Amazonas. Referiu-se, inicialmente, à fundação da Cidade de Manaus, em 1669, e à construção do Forte de São José do Rio Negro. Associou o crescimento da cidade às épocas de desenvolvimento econômico da região. Destacou a importância do ciclo da borracha, período de grande prosperidade, refletida na arquitetura eclética que caracteriza a cidade. mencionou a influência da criação da Zona Franca na grande expansão urbana iniciada em 1967. Assinalou as áreas propostas para tombamento e entorno, e as edificações de maior valor. Em seguida, passou à exposição dos argumentos que fundamentaram a impugnação encaminhada pelo Governo do Estado do Amazonas, transcrita a seguir: “A impugnação está basicamente focada em cinco questões: 1ª) Pedido de suspensão da análise da proposta na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que está vencida, por estar sendo discutida; 2ª) Solicitação da cópia integral do processo, já encaminhada; 3ª) Juntada ao processo de cópia de manifestação do Sr. Secretário de Estado de Cultura do Estado de Amazonas, já atendido; 4ª) Pedido de ampliação do prazo para manifestação, pretendendo mais 120 dias, além do prazo legal; e 5ª) Realização de audiências e consultas públicas na cidade. Além dos itens referentes a providências administrativas, já atendidas, os demais foram respondidos no processo remetido à Conselheira Relatora para o seu encaminhamento do ponto de vista legal.” Após a exposição do Diretor do DEPAM, o Presidente considerou oportuno ouvir a Conselheira Relatora, a quem passou a palavra. A Conselheira Jurema Machado informou que a análise da impugnação integra o seu parecer com o subtítulo ‘Antecedentes e Documentação’, e passou à

leitura desse tópico, transcrito a seguir: “**Antecedentes e documentação** • A proposta de tombamento insere-se, segundo o IPHAN, na política de “*ampliar o estoque patrimonial em regiões onde os bens culturais ainda não foram destacados*” e de assumir a preservação como “*parte essencial da recuperação do papel simbólico que as cidades exercem na história e na cultura do Brasil.*” • Os estudos para o tombamento do centro histórico iniciaram-se em 2009 e, na documentação que compõe o processo de tombamento, destaca-se a adoção do SICG- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - metodologia recentemente adotada pelo IPHAN para articular, utilizando ferramentas de geo-referenciamento, o conhecimento sobre os sítios, a iconografia disponível, um cadastro sintético dos bens destacados e a descrição dos instrumentos de gestão, em especial os urbanísticos a cargo dos municípios. • O parecer jurídico da Procuradora Genésia Marta Alves Camelo defende a existência de elementos suficientes para a fundamentação do mérito do tombamento, além de orientar sobre como proceder à Notificação dos proprietários: por Edital, seguida de comunicação à Secretaria de Patrimônio da União, ao Governo Estadual e à Prefeitura de Manaus, o que foi feito em 22/11/2010. • Em 16 de dezembro de 2010, o prefeito Amazonino Mendes manifesta-se favorável ao tombamento, registrando que o Centro Antigo de Manaus já se encontra bem protegido pelo município por meio da sua Lei Orgânica de 1990. • A Procuradoria do Estado do Amazonas manifesta-se afirmando reconhecer que “*a área possui inúmeros imóveis de relevância histórica, tanto é assim que o próprio Estado do Amazonas já se encarregou de tomba inúmeros imóveis na área indicada*” cuja lista apresenta em seguida. Questiona, no entanto, o que entende como sendo ausência de elementos para demonstrar que tais imóveis vinculam-se a *atos memoráveis da história nacional* e sugere que a área proposta para tombamento está *exageradamente delimitada*. Considera que é certo que o IPHAN busca assim firmar sua competência para o licenciamento - não diz exatamente de que espécie - de todas as atividades inseridas na área provisoriamente tombada. Afirma, ao final que “*Enfim, sem estudos técnicos – que se supõe elaborados – não há como o Estado do Amazonas impugnar ou anuir com a iniciativa de tombamento.*” Ao considerar a conduta do IPHAN

“autoritária e unilateral”, solicita consideração de parecer do Secretário de Cultura do Amazonas que apresenta anexo à impugnação, pede acesso a documentos técnicos e reitera a necessidade de realização de audiências públicas com a população diretamente afetada pelo tombamento. • A Procuradoria Federal manifesta-se pela improcedência da impugnação, refutando pormenorizadamente cada um dos aspectos levantados pela Procuradoria Estadual, notadamente os relativos aos procedimentos de notificação e de conhecimento público da proposta de tombamento e ao questionamento do mérito do conjunto urbano para fazer jus ao reconhecimento nacional. • O processo seguiu, então, para minha análise, contendo todos os elementos necessários ao conhecimento do bem e das condições administrativas que dão suporte à proposta de tombamento.”

Concluída a leitura, a Relatora acrescentou a seguinte observação: ‘A única coisa que eu acrescentaria à fala do Diretor do DEPAM é que, na questão do mérito, o argumento da impugnação é um pouco dúbio, porque ele reconhece existir valor nos imóveis, tanto é que já foram tombados pelo Estado, mas diz, em seguida, que parece exagerado, que não há elementos técnicos suficientes. Portanto, não é conclusivo quando afirma não haver no conjunto mérito para ser tombado em nível federal. Alegam que faltam elementos para conhecimento e que, aparentemente, está exageradamente delimitado. Algumas trechos que apresentei textualmente permitem observar que são contraditórios, dizem que não, mas que talvez sim, a depender da análise de documentos técnicos. Foi a insuficiência da argumentação que fundamentou a contestação da Procuradoria Federal do IPHAN. Com relação a essa questão de consulta à população, como no caso de Antonina, a Procuradoria respondeu, de forma absolutamente pertinente, que tratando-se de interesse nacional, interesse difuso, na hipótese da realização de audiência pública, não seria suficiente consultar apenas a população de Manaus, deveria ser feita uma convocação nacional.’ o Presidente agradeceu e deu início aos debates concedendo a palavra ao Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses que indagou se a Procuradoria do Estado sugeriu que área proposta para tombamento está exageradamente delimitada. A Conselheira Jurema Machado

confirmou a suposição do Conselheiro, esclarecendo que empregou o termo porque considerou uma sugestão quando alegaram, parecer exagerada, mas admitiram a impossibilidade de afirmar por falta de elementos técnicos. O Presidente tomou a palavra para as seguintes considerações: “Há um certo mal-estar nessas impugnações. Na verdade, há quase uma contradição por parte do poder público, que explica o fato de não entrarem no mérito. Porque, sob o ponto de vista da sociedade, é muito difícil dizer que não há valor cultural. Então, se formos compará-las, essa impugnação é muito similar ao recurso apresentado pelo Estado do Amazonas contra o tombamento do **Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões**. Na argumentação, questionaram os procedimentos, pedem mais prazo, pedem a realização de audiências públicas, e pouco entram no mérito, no valor do bem cultural. Algum Conselheiro deseja outros esclarecimentos? Podemos entrar em regime de votação? Então os Senhores Conselheiros favoráveis à impugnação do tombamento do **Centro Histórico de Manaus**, por favor se manifestem levantando a mão. Não havendo manifestação de apoio, considero rejeitada a impugnação. Voltemos, então, ao processo de tombamento do **Centro Histórico de Manaus**, com a continuação da leitura da Relatora.” A Conselheira Jurema de Sousa Machado retomou a palavra para a leitura do seu parecer transcrito a seguir, com a exclusão do tópico **Antecedentes e Documentação**, já apresentado na contestação da impugnação da proposta de tombamento do Centro Histórico de Manaus: “**Parecer relativo ao Processo de Tombamento 1.614-T-10 - do Centro Histórico de Manaus, Estado do Amazonas** - Trata-se do tombamento do Centro Histórico de Manaus, Estado do Amazonas, em cujo perímetro proposto para tombamento se localizam três outros bens tombados em nível federal: o Porto de Manaus (1966), o Teatro Amazonas (1966) e o Mercado Adolpho Lisboa (1987). Além desses, é tombado pelo IPHAN em Manaus o Reservatório de Mocó (1984), localizado fora do centro histórico. [.....] **Processo de formação e valores do sítio** - A povoação que deu origem a Manaus começa a se formar com a construção do Fortim de São José do Rio Negro, em meados do século XVII, para o qual foi escolhida, segundo Aziz Ab Saber,

localização privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional. No local viviam vários grupos indígenas, sob a supremacia dos Manaos, que dominavam todo o vale do Rio Negro e comerciavam índios cativos com os portugueses. Em 1791, a sede da capitania de São José do Rio Negro, criada pelo Marquês de Pombal em 1755, é transferida para o povoado de São José do Rio Negro, o Lugar da Barra, que, em 1832, é elevado à condição de vila e, em 1850, passa a se chamar Manaus. Os fartos relatos de viajantes descrevem, até meados do século XIX, uma vila precária e desorganizada, com edificações - até mesmo as públicas - cobertas de palha, vários igarapés, ruas em disposição regular mas esburacadas e sem calçamento, onde vivia uma população totalmente miscigenada entre portugueses e índios. Ao se tornar capital da província, em 1853, a cidade começa a receber melhoramentos, buscando uma aparência “*mais civilizada*” e mais europeia, tendência que vai culminar na *Belle Époque*, no século seguinte. Entre 1889 e 1920, sua população aumenta de 10 mil para 75 mil habitantes e a cidade passa por grande surto de urbanização e embelezamento, financiado pela riqueza produzida pela borracha. Destacam-se os anos entre 1892 a 1896, sob a gestão do prefeito e engenheiro-militar Eduardo Ribeiro, que retifica o traçado em forma de tabuleiro, modifica a área mais antiga voltada para o Rio Negro, aplaina colinas, aterriza igarapés e estende a cidade em direção à mata. Às intervenções físicas somava-se uma legislação urbanística modernizadora, que valorizava a ventilação e a higiene. Explicam esse período de grandes intervenções, não apenas a prosperidade advinda da borracha, mas um movimento internacional de inspiração haussmanniana e o ideário da República recém implantada no Brasil. No período áureo da exportação da borracha, Manaus torna-se uma cidade cosmopolita, apresentada ao mundo como uma *cidade-vitrine* para atrair investidores estrangeiros, com suas ruas largas e passeios públicos muito frequentados, seu comércio de artigos de luxo. Ao embelezamento acrescenta-se a infraestrutura de transportes urbanos – os bondes da Manaus Railway - esgoto, iluminação elétrica, pavimentação, telégrafo subfluvial. Se até então a população era miscigenada entre portugueses e índios, a borracha vai trazer

um enorme fluxo migratório interno, especialmente do Nordeste do Brasil, seguido de gente que vem de todas as partes do mundo atraída pela borracha: são sírio-libaneses, italianos, franceses, portugueses, ingleses, alemães, austríacos, espanhóis, americanos, chineses, árabes e até mesmo russos. Alguns desses grupos se especializavam em funções diretamente ligadas à borracha, como o comércio internacional, os bancos, a produção e manutenção de maquinário industrial e portuário; outros se dedicam aos serviços urbanos e à navegação; outros ao comércio de luxo e às profissões liberais. As trocas com a Europa, não só pela riqueza, mas também pela relativa facilidade e grande frequência de navios, tornam-se o cotidiano da cidade: o comércio elegante e diversificado, as formas de morar, a vida cultural, a educação europeia dos filhos da elite local. Esse perfil cultural vai deixar marcas definitivas no espaço da cidade: praças reformadas com jardins, mobiliário urbano em ferro fundido, bancos, coretos, palacetes residenciais, diversos edifícios requintados, sobretudo ecléticos, pertencentes a lojas elegantes, associações partidárias, clubes, uma grande biblioteca municipal, hotéis. E o mais emblemático deles, o Teatro Amazonas, com suas temporadas líricas e, mais tarde, os espetáculos com o cinematógrafo. Esse ciclo de prosperidade se encerra por volta de 1910, ao que se segue uma fase de perplexidade e de tentativas frustradas de recuperação da produção e industrialização da borracha. Só em 1957, com a criação da área de livre comércio da Zona Franca de Manaus, o governo federal parece reagir ao desmonte da economia regional. O distrito industrial começa a funcionar efetivamente apenas a partir de 1968, com cerca de 500 indústrias que chegaram a gerar 100 mil empregos. A consequência foi intenso crescimento demográfico, dentre as mais altas taxas do país, especialmente nas décadas de 1970, 80 e 90. No último censo, 2010, Manaus aparece com uma população de 1,8 milhões de habitantes, a 8ª cidade do país, que, sozinha, responde por quase metade da população do estado do Amazonas. Naturalmente que esse crescimento não foi sem custo. Milton Hatoum, um dos mais importantes escritores brasileiros da atualidade, filho de libaneses, nascido e morador da cidade até a década de 1960, descreve em seus romances essa Manaus de transição, ainda bela mas

letárgica, entre a decadência pós-borracha e a ausência de uma nova alternativa de desenvolvimento. Em entrevista recente à Revista de História da Biblioteca Nacional, o escritor fala de um fenômeno que escapa aos olhos da maioria dos brasileiros, assim como dos tantos movimentos internacionais tão atentos à Amazônia e sobre o qual o reconhecimento de um tombamento federal pode contribuir para jogar alguma luz. Diz, com muita simplicidade, algo muito sério: *O Amazonas preservou a floresta e destruiu a cidade. Manaus tinha 300 mil habitantes em 1968 e hoje tem quase dois milhões. E diz ainda mais: Cerca de 80% dos habitantes da Amazônia estão nas cidades. As pessoas não pensam nessa Amazônia urbana. Metade de Manaus não tem água e o maior rio do mundo está logo ali. Isso para mim é gravíssimo. As crianças morrem, não há tratamento de esgoto, os igarapés são poluídos. Quando chove muito, enche e as pessoas adoecem. Quando derrubam uma árvore em uma área florestal na periferia de Manaus, as pessoas adquirem leishmaniose, malária. Hoje Manaus é uma cidade que tem muita gente de fora, muitos brasileiros de todas as regiões, especialmente de São Paulo. Tem muitos executivos, técnicos, por causa da Zona Franca. E muito coreano, muito japonês. Se a situação da cidade é assim tão complexa, que valores ainda permanecem a ponto de justificar um tombamento federal?* Uma visita à área e a análise da documentação existente trazem outros dados relevantes. O mais impressionante deles é o uso indiscriminado do espaço público pelo comércio ambulante, que, em várias ruas do centro, forma corredores contínuos, deixando espaços mínimos de circulação aos pedestres, impedindo a visibilidade das fachadas, dificultando o uso do transporte coletivo e inviabilizando o acesso de pessoas com qualquer tipo de deficiência à locomoção. Não se trata, como poderia sugerir a diversidade da região, da venda de produtos artesanais, ou de arte indígena, ou de alimentos e ervas da Amazônia. Para esses restam espaços muitíssimo mais modestos do que para os eletrônicos, celulares, roupas, produtos da Zona Franca ou importados de todo tipo. É de se supor até mesmo que o comércio formal tenha se associado aos ambulantes, não fosse isso não toleraria o bloqueio quase total de suas fachadas. Esse ambiente de muitas ruas, que traz uma sensação de

superlotação e de caos, mascara os valores de um conjunto urbanístico e arquitetônico ainda muito preservado e - é também de se supor - inibe as iniciativas de conservação e revalorização dos edifícios. Um olhar mais cuidadoso e as imagens aéreas mostram que, além dos edifícios de valor excepcional, tombados individualmente pelo IPHAN, pelo Estado e pelo Município, é grande a presença de uma arquitetura eclética e *art déco* de boa qualidade e de baixa altura, com fachadas relativamente conservadas. Destoam do conjunto uns poucos edifícios altos de má arquitetura, em sua maioria construídos em décadas passadas pelo poder público, sobretudo pelo governo federal. Essas poucas construções em altura, ao lado da efervescência do centro, fazem pensar que não se trata simplesmente de uma área desvalorizada pelo mercado imobiliário, mas sim de uma região muito valorizada quando se trata dos pavimentos que têm contato mais direto com a rua, o que abre caminho para as políticas de preservação. O fato é que esse mau estado do conjunto é, em grande parte, reversível. Algumas iniciativas importantes acontecem na cidade e são alentadoras: afora a legislação municipal e estadual, atenta aos valores da preservação do centro histórico, como se verá adiante, chamam atenção os resultados do PROSAMIN - Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, iniciativa do Governo Estadual com financiamento do BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento. O programa tem como prioridade a Bacia do Igarapé Educandos, localizado praticamente no centro de Manaus, onde residiam mais de 80.000 famílias em péssimas condições de moradia e vitimadas por doenças de veiculação hídrica. Um desses projetos, já concluído, o do Igarapé Mestre Chico, localiza-se muito próximo ao centro histórico e apresenta resultados valiosos: o igarapé está transformado em um parque linear, com bom paisagismo, equipamentos públicos, praças, ciclovias e pistas de caminhada, todos muito bem conservados e utilizados pela população. Mais relevante ainda é a solução encontrada para as palafitas, cuja população foi reassentada em um conjunto habitacional que se destaca pela qualidade da arquitetura: bem resolvido, bem inserido na paisagem e respeitoso para com os moradores, que se mantiveram no seu lugar de origem, uma das áreas melhor

localizadas da cidade, além de integrada ao novo parque. É também positivo o fato de que o Estado e o Município vêm conduzindo obras de restauração de imóveis do centro histórico e adjacências e, ainda, que o Mercado Adolpho Lisboa, tombado pelo IPHAN, tenha sua restauração concluída até o final de 2012, o que implicará em reordenar seu entorno, onde, desde 2006, se amontoam os feirantes deslocados do interior do mercado à espera das obras. Como a cidade é uma das sedes da Copa de 2014, diversos investimentos estão previstos em segurança e transporte coletivo, com benefícios esperados para o centro histórico. Mais ainda, a questão dos ambulantes precisará estar resolvida, o que motiva a realização de estudos baseados em experiências de outras cidades, em especial de Belo Horizonte, onde os ambulantes foram deslocados para shoppings populares no centro da cidade, com um resultado sustentável e bom para todas as partes. Enfim, não é compreensível, e não deve se estender por muito tempo, o convívio de um centro urbano tão valioso com um espaço público tão mal tratado, situação que parece não mais satisfazer a ninguém. É importante ter em mente que a cidade é entrada do fluxo turístico em direção à Amazônia, sobretudo de estrangeiros e, ainda, que experimenta um novo ciclo de desenvolvimento econômico, com foco em alta tecnologia, o que já a coloca com o 6º maior PIB dentre as cidades brasileiras. Manaus vem se tornando, portanto, cada vez mais apta a enfrentar seus desafios, dentre os quais, sem dúvida, deve estar incluída a revalorização do seu centro histórico.

Instrumentos de proteção em nível municipal e estadual, perímetro de tombamento proposto e diretrizes de conservação

- A política estadual para o centro histórico está baseada sobretudo na proteção individual dos imóveis mais relevantes, registrando-se, segundo o próprio documento de impugnação da Procuradoria Estadual, trinta tombamentos individuais, ocorridos entre 1980 e 1993, em sua maioria imóveis de propriedade pública ou de uso público. As iniciativas municipais de proteção do centro histórico remontam à década de 1980. Em 1990, a Lei Orgânica definiu o Sítio Histórico de Manaus como área de preservação e tombou o Centro Histórico de Manaus com perímetro semelhante ao ora indicado pelo IPHAN. O Município possui também legislação que regulamenta a utilização do

instrumento urbanístico *da Outorga Onerosa do Direito de Construir*, o que, potencialmente, contribui para a solução de eventuais conflitos no caso de projetos que proponham crescimento em altura ou de tentativa de substituição de edificações que interessem à configuração do conjunto. Os dois níveis de governo convergem, portanto, com o princípio da preservação do centro histórico, o que faz pensar que as motivações para a impugnação pelo Estado estejam mais vinculadas à preocupação com a entrada do ente federal no processo de gestão da área tombada, uma vez que o IPHAN passará a participar de todas as decisões que interfiram com o patrimônio. O perímetro de tombamento proposto pelo IPHAN subdivide-se em duas grandes áreas: uma de origem mais remota, correspondendo à extensão da área portuária já tombada, e outra correspondente à expansão que a cidade experimentou no final do século XIX. Além dessas, três outros pequenos conjuntos isolados completam a proposta de tombamento. A delimitação prevê ainda que tais áreas distintas sejam ligadas por ruas representativas do processo de ocupação e pela própria área de entorno, resultando em uma poligonal coerente. Quanto às diretrizes de intervenção, parte delas diz respeito às edificações propriamente ditas e parte ao espaço público, o que é perfeitamente coerente com as motivações do tombamento. Diante de uma área extensa, rica e dinâmica e que hoje requer um grande esforço de requalificação do espaço público, entendo ser fundamental que o IPHAN concentre suas energias em contribuir com tal requalificação. Isso significa renovar sua forma tradicional de atuação voltada para o controle das intervenções sobre os bens isolados, em favor de um enfoque mais urbanístico, que vise à preservação de volumetrias e da paisagem urbana, que contribua com as soluções para o uso e apropriação adequados dos espaços públicos e com a vitalidade do centro de Manaus. **Voto** - Pelo exposto, voto pela inscrição do Centro Histórico de Manaus, Estado do Amazonas, no **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico** e no **Livro do Tombo Histórico**, conforme perímetro e entorno constantes na planta de *Delimitação a área de tombamento e entorno do Centro Histórico de Manaus*, constante às fls. 105 do Processo. É o meu parecer. **Jurema Machado**. Brasília, 24 de janeiro de

2012.” O Presidente agradeceu e deu início aos debates, concedendo a palavra ao Conselheiro Liberal de Castro, que solicitou informes sobre as áreas já tombadas pelo Estado do Amazonas e pela Prefeitura de Manaus e indagou se os trinta imóveis tombados pelo Estado eram unidades isoladas ou constituiriam conjuntos. A Conselheira Jurema Machado apresentou os seguintes esclarecimentos: “Não vi a localização desses imóveis, vi a lista deles. Na maior parte são imóveis públicos ou de prioridade pública. Quanto ao tombamento municipal, falta no processo a poligonal do Centro Histórico de Manaus, fixada de acordo com a Lei Orgânica do Município. Entretanto, o Prefeito, além de não oferecer impugnação, diz que é favorável, que já faz a proteção, o que é um aspecto positivo. Talvez isso explique, inclusive, a conservação desses imóveis.” Respondendo a questionamentos do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, a Conselheira Relatora informou que não chegou a examinar a legislação estadual de tombamento. Esclareceu que o Município tombou o Centro Histórico pela Lei Orgânica, reafirmando que não consta do processo a poligonal do tombamento. Informou que o tombamento estadual atinge trinta imóveis, ou seja, há uma superposição. Acrescentou que o Plano Diretor é genérico, considera e define uma área como Centro Histórico, conforme a Lei Orgânica, mas não chega a detalhar usos e dimensões. Concluindo, observou que a cidade já dispõe de alguns instrumentos, como a Lei Orgânica e os tombamentos individuais. No seu entendimento é um momento de transformação, no qual ocorrerão mudanças com os investimentos para a Copa, e recuperação econômica da cidade com o novo direcionamento para a Zona Franca. Concluiu opinando que essa mudança de perfil econômico da cidade para colocar o patrimônio como uma diretriz: a recuperação do Centro Histórico.” O Presidente agradeceu e consultou os membros do Conselho se desejavam mais algum esclarecimento, e não havendo outros questionamentos, colocou em votação a proposta de tombamento contida no Processo nº 1.609-T-10 (Processo nº 01508.000492/2010-75), acolhida pelos Conselheiros presentes, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento do **Centro Histórico de Manaus**, no Estado do Amazonas, nos termos do parecer da Conselheira Relatora, e a

sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar de propostas de tombamento de conjuntos situados em Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, solicitando inicialmente a projeção de vídeo sobre conjuntos situados nas cidades de Oeiras e Piracuruca. Após a apresentação do vídeo, o Presidente passou a palavra do Relator, Luiz Phelipe Andrès, solicitando apresentação do seu parecer referente à proposta contida no Processo nº 1.602-T-10 (Processo nº 01450.006978/2010-20) – proposta de tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras**, no Estado do Piauí, transcrito a seguir: “Processo de Tombamento nº 1.602-T-2010 - **“Cidade do Piauí testemunha de ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras”**”. Exmo. Senhor Presidente do IPHAN. **Srs. Conselheiros.** Foi com satisfação que recebi do Senhor Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, através da Prof.^a Anna Maria Serpa Barroso, a incumbência de examinar e opinar sobre este processo que trata do pedido de tombamento do **“Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras”**, e que traz esta designação precedida pelo título, **“Cidades do Piauí, testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”**. Isto nos lembra de que a proposta de Oeiras faz parte de um plano integrado para os tombamentos no Estado do Piauí e que se propõe como política de atuação do IPHAN, iniciada com o de Parnaíba, e efetivado por este conselho em 2008 como um procedimento inovador, uma vez que considera estas cidades e também algumas antigas fazendas como parte de um elenco de bens patrimoniais, ao reconhecer que sua proteção será mais efetiva se estes bens forem tratados como um todo, e o seu tombamento também realizado sob esta perspectiva. Enfatiza-se aqui a adoção de um novo modelo de atuação, segundo o qual a proteção federal seja implantada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades e fazendas ali estabelecidas e das influências culturais presentes, considerando estes aspectos como interligados entre si, e que apesar de pouco explorados até então, guardam uma vinculação lógica e de respaldo histórico e urbanístico.

Minha tarefa foi realizada através dos procedimentos de visita ao local e análise dos autos do processo. A urgência de conhecer *in loco* o sítio objeto desta proposição foi transmitida ao IPHAN, que prontamente atendeu à minha solicitação proporcionando as condições para me deslocar de São Luís do Maranhão até aquele município piauiense. Assim é que visitei a cidade, levando comigo as orientações do arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho e da Superintendente da 19ª SR/IPHAN, Claudiana Cruz dos Anjos, que por sua vez participara das atividades de elaboração dos dossiês e nos prestou todo o apoio técnico necessário para o êxito da missão de reconhecimento. Dias antes havia recebido os documentos do processo e pude constatar a ótima qualidade do material técnico. Trata-se de dossiê cuidadosamente preparado e que reúne estudos elaborados entre Novembro de 2006 e abril de 2010, como fruto de profícua colaboração entre os técnicos da 19ª SR/PIAUI, quando ainda era chefiada pela arquiteta Diva Maria Freire de Figueiredo, da Universidade Federal do Piauí e o Departamento de Patrimônio Material/DEPAM e dos quais passo a me ocupar, com intuito de lhes oferecer uma síntese fiel das informações, que permita estabelecer um juízo sobre a proposta de tombamento, explicitando valores através dos quais se justifica a ação solicitada. Entretanto, assim como no caso das cidades históricas de Parnaíba e Piracuruca, recorri à consulta dos três volumes da obra do arquiteto e urbanista Olavo Pereira da Silva Filho, denominada **“Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí”** que constitui bibliografia essencial àqueles que desejam conhecer o acervo arquitetônico e paisagístico do Estado. Olavo, que é autor do melhor estudo já editado sobre a arquitetura luso-brasileira no Maranhão, nos apresenta uma contribuição memorável à história do Piauí e conseqüentemente do Brasil, contada através dos fatores políticos, sociais e econômicos que deram origem a uma peculiar forma de ocupação das largas extensões de uma região brasileira carente de pesquisas mais aprofundadas. Esse trabalho foi vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2008, na Categoria “Pesquisa e Inventário de Acervos”. Aqui, como na obra sobre a arquitetura do Maranhão, nos deparamos com um estudo preciso, do qual Olavo é autor não somente dos textos, mas também

das finas ilustrações de seu traço de desenhista, aliada a paciência do pesquisador dedicado, ou ainda das fotografias sobre a importância do patrimônio cultural representado no acervo de arquitetura urbana, rural e sobre o urbanismo piauiense. Nesta bibliografia referencial é indispensável mencionar também a obra basilar do arquiteto Paulo Thedim Barreto, *O Piauí e a sua arquitetura*. (RPHAN, n. 02, 1940), pioneiro que foi no estudo da arquitetura e urbanismo no Piauí. Deste modo, Oeiras compartilha do argumento fundamental utilizado na elaboração da proposta de tombamento de Parnaíba e Piracuruca, porque integra um acervo de bens piauienses, complementares e historicamente indissociáveis, e que são resultantes da expansão da colonização deste território, associada a dois movimentos principais: a interiorização da criação do gado baiano e pernambucano para ceder lugar às lavouras de cana de açúcar, e a uma política oficial da Coroa Portuguesa de controle sobre a região. Portanto possui em seu dossiê, um primeiro volume de estudos que apresenta igual conteúdo, uma vez que sua gênese histórica é a mesma e todos comungam de um só território. Neste primeiro volume do processo as equipes técnicas do IPHAN definiram de forma muito competente a caracterização histórica e geográfica do Estado no que tange a sua estratégica localização na região de transição entre o nordeste e o norte e entre o sertão e o litoral. Seu clima é classificado como tropical quente úmido na maior parte do território e semiárido na porção sul sudeste. Aí também se descreve as características do relevo e a hidrografia, onde se destaca a bacia do Rio Parnaíba, a segunda mais importante do Nordeste, atrás apenas da do rio São Francisco, mas sendo sua foz a única em formato de delta de mar aberto das Américas. O documento registra as quatro classes de vegetação predominantes: a Caatinga no semiárido do Sul e Sudeste, constituído principalmente por cactos, arbustos e árvores de pequeno porte; o Cerrado, mais ao Norte e Leste com arbustos mais densos e árvores retorcidas; a Floresta, que se observa mais na fronteira oeste, limítrofe com o Maranhão, ou seja, nas proximidades do Rio Parnaíba e seus afluentes, onde se pode observar a ocorrência das palmeiras, destacando-se a Carnaúba, o Babaçu e o Buriti; mas, diz o relatório: *“É na mata dos Cocais que estas palmeiras*

predominam por longas extensões de terra, sendo de grande importância na economia e nos hábitos de vida dos piauienses”. Estes estudos sobre a geografia em geral, são fundamentais para melhor entendimento da história. Impressiona também por suas **dimensões**, este outro patrimônio, a nossa extraordinária riqueza dos espaços, habitáveis, mas vazios. Riqueza cada dia mais preciosa, posto que, como um sinal de alerta, nos faz refletir sobre o modelo paradoxal de nação que estamos deixando para nossos descendentes, em que multidões de brasileiros apartados destes valores, se comprimem e se digladiam por uma nesga de terra, apinhados de forma insalubre e desumana nas periferias de nossas grandes cidades, para finalmente sucumbirem nas tragédias climáticas anuais pela improriedade dos sítios que lhes resta para ocupar em sua luta pela sobrevivência. De fato, estamos tão distanciados desta nossa outra riqueza, que é a vastidão do território nacional que muitas vezes não nos damos conta de que um Estado como o Piauí, com seus 251 529 186 quilômetros quadrados, possui dimensões tão amplas que o tornam maior em extensão do que muitos países da América Espanhola ou da Europa. Este é sem dúvida mais um sensível argumento para que a preservação, valorização e divulgação das culturas locais se constituam também como forma de reapropriação, como fator de identidade e afirmação e que o país possa se valer deste conhecimento para aprender com as lições da sua geografia e história. Além de sua extraordinária beleza natural, as pesquisas do dossiê revelam importantes marcas da ocupação e mais do que nunca aí se pode constatar como os fatores territoriais e naturais de clima e vegetação, configuração de solo e localização geográfica influenciam decisivamente a trajetória das civilizações e as culturas que aí se desenvolvem. O primeiro volume (O Piauí dos séculos XVIII e XIX) prossegue com detalhado capítulo sobre a colonização e ocupação do Piauí, onde se pode compreender a evolução da posse da terra desde as capitanias hereditárias do século XVI. Aí se apresentam as pesquisas envolvendo as Fazendas Nacionais, ressaltando a importância da pecuária para a ocupação do interior do Brasil, marcada principalmente pelas rotas traçadas pelos rebanhos bovinos proveniente das fazendas da Bahia e de Pernambuco e em especial como esta atividade foi

determinante para a ocupação do Piauí. Os já denominados “caminhos do gado”, atividade econômica do Brasil Colonial considerada muitas vezes como apenas subsidiária, mas na verdade um traço de união na história de ocupação de grande parte do nosso território. Um dos fatores que tornam a história do Piauí tão peculiar em relação aos outros Estados é o perfil da costa setentrional no trecho que vai de Pernambuco até a foz do Amazonas passando pela ilha de São Luís. A dificuldade de navegação neste percurso onde existem fortes temporadas de ventos, correntes marítimas e extensas barreiras de corais que determinam a ausência de portos seguros dificultando a aproximação pelo mar. Assim ao contrário do restante do território do país, a colonização do Piauí não foi iniciada pelo litoral. O fato é que esta região permaneceu durante muito tempo unicamente como rota terrestre de comunicação ente os dois estados coloniais na América portuguesa, o Estado do Brasil, com sede em Salvador e o Estado do Maranhão e Grão Pará com sede em São Luís ou Belém. Fato histórico relevante que em geral não figura nos livros didáticos, nas aulas de história, que o Brasil fora dividido pela Coroa portuguesa em duas colônias com administrações e sedes separadas e independentes e assim permaneceu durante mais de dois séculos e meio a partir de 1500. Por haver se constituído em “rota de passagem” para os viajantes entre as duas colônias e para as tropas de gado, engendrou-se aí uma peculiar forma de ocupação onde os primeiros agrupamentos humanos, que não as tribos indígenas, se formavam nas encruzilhadas de caminhos e nas imediações de fazendas, cujas sedes acabavam servindo de pousada aos viajantes, atraindo também comerciantes com suas mercadorias para abastecer o interior e trocar pelo charque e o couro produzido na região. Em meados do século XVII, as terras do atual Estado do Piauí assim como grande parte do sertão nordestino, já estavam praticamente tomadas por fazendas particulares e pequenos agrupamentos de populações. Esses latifundiários representavam ameaça à Coroa, pois dominavam vastos territórios sem prestar contas à metrópole, e continuavam a impor suas próprias regras, ignorando as leis então criadas para o controle da região. Temia-se ainda a expansão das invasões, pois holandeses já estavam em Pernambuco e os franceses tinham sido expulsos do Maranhão. A partir do

final do século XVII, visando assegurar o controle sobre o território e os latifundiários ali instalados, a Coroa Portuguesa, adotou a estratégia de urbanizar, estruturando um modelo baseado na elevação das povoações existentes à condição de “vila” e instalando ali os equipamentos da administração pública subordinados a Portugal. Mas foi a partir de 1690 que leis e decretos foram publicados visando à implantação de um sistema urbano no interior, regularizando a posse das terras e dando diretrizes para a construção das vilas. Ao mesmo tempo, o crescimento das povoações criava as condições necessárias para a consolidação das rotas oficiais terrestres de comércio entre os dois polos coloniais, funcionando como uma opção segura frente às dificuldades de navegação naquele trecho da costa. Em 1697, na região que se situa ao sul de onde está hoje a capital Teresina, foi fundada a Paróquia de Nossa Senhora da Victória, em local estratégico por ser equidistante de diversos povoados já existentes, e em 1712 foi elevada à condição de vila sob o nome de Mocha, por influência do riacho com o mesmo nome que banha a região. Estas providências, no entanto ainda não haviam sido suficientes para assegurar o controle desejado pela Metrópole e já em 1717 uma Carta Régia desvinculou o território da então Capitania do Maranhão e criou oficialmente a Capitania do Piauí, tendo como capital a Vila do Mocha. Medida que deu autonomia à região, com administração centralizada na vila, que se reportava à metrópole, aumentando assim o ambicionado controle da Coroa sobre o território e seus habitantes. Em 1761 outra Carta Régia elevou a “Vila do Mocha” que nesse momento possuía a maior população do Piauí à categoria de cidade, com a denominação de “*Oeyras do Piauhy*” em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, na época Conde de Oeiras, e determinou a elevação de outras sete povoações à condição de vilas: Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Piracuruca, Jerumenha e Parnaguá. A mesma Carta Régia definiu as diretrizes para a urbanização das vilas, inspiradas no bem sucedido modelo de Aracati, (o topônimo Aracaty em Tupi Guarani significa “Bons Ares”, referindo-se aos ventos vindos do mar), fundada em 1747 no Ceará e notável aos olhares da época por aparentar valores já então preconizados ao urbanismo, quais sejam:

ortogonalidade, salubridade, harmonia e uniformidade. Foi tombada pelo IPHAN em 2000. Conforme os termos do dossiê: *“Para a Coroa Portuguesa, além da finalidade administrativa, também era essencial executar uma ação civilizadora, na qual o refinamento dos costumes da Europa iluminista deveria ser reproduzido em toda a colônia. É possível destacar a preocupação do planejador na escolha do melhor sítio de implantação, no traçado das ruas, na aparência dos edifícios, na localização de logradouros e serviços públicos, no crescimento urbano e até mesmo no topônimo das ruas”*. Toda esta história nos revela um interessante desígnio; as cidades cujo tombamento se pretende pela primeira vez, realizar de forma articulada e integrada, também nasceram integradas e em “rede”, unidas pela determinação da Carta Régia de adoção de um modelo comum de traçado urbano. Nesta mesma linha de observações vale notar na página 15 do terceiro volume denominado “Urbanismo” da trilogia do Arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, uma ilustração onde o registro de singelos croquis urbanos originais de cada uma das vilas, a saber: Oeiras, Campo Maior, Piracuruca, Valença, Parnaíba, Parnaguá, Jerumenha e Terezina, evidencia a inequívoca similitude de projetos lembrando-nos sempre que: *a presença dos veios d’água foi o elemento catalizador para a localização geográfica no assentamento das nucleações*. Observa-se também no texto que até mesmo antes da Carta Régia, ainda no século dezessete, a ação catequética empreendida pelos jesuítas na região, que haviam sido a partir de 1711, os proprietários da maior parte das fazendas de gado do Piauí, já induzia uma configuração uniformizante nos aglomerados característicos das reduções. *“Para isto uma composição de ordenação ortogonal com a praça fronteira a morada de Deus, supostamente ladeada pela casa do padre, cemitério, escola, oficinas e um renque de taperas cercando o entorno”*. Ou seja, em sua gênese mais profunda as sete cidades do Piauí foram portadoras da unicidade que a forma deste tombamento pretende resgatar. Retrocedendo ainda mais nesta rica história podemos rememorar os primórdios do descobrimento no início do século XVI, num ponto ao norte da Bahia de Todos os Santos, na foz do rio Pojuca. Ali, até hoje se localizam simbolicamente as ruínas remanescentes do primeiro castelo construído no Brasil quinhentista,

ainda no tempo de Tomé de Souza (1549), sede da sesmaria dos Garcia D'Ávila, e que se tornou conhecida como a "Casa da Torre dos Garcia D'Ávila", que no dizer de Clarival do Prado Valladares, em sua obra "**Nordeste Histórico e Monumental**", foi "*o centro estratégico e econômico das entradas e da conquista do sertão, até o Piauí!*". Dali partia os rebanhos de gado cujo deslocamento em busca incessante de novas pastagens e água, pontos de paragem e descanso, saíram semeando povoações, estabelecendo por mais de dois séculos um traço de união na forma de ocupação e conquista das vastidões de terra que hoje abrigam os Estados do nordeste brasileiro. O primeiro volume chega ao século XIX lembrando o episódio pouco conhecido, mas de relevantes consequências para a história do país que foi a batalha do Jenipapo, ocorrida na região do atual município de Campo Maior e decisiva para o reconhecimento da independência do Brasil nas regiões Norte e Nordeste e para a consolidação do território nacional e encerra-se com um capítulo sobre o século XX, advento das ferrovias e da industrialização. Este século foi testemunha de grandes mudanças econômicas que mudaram a face da sociedade modificando hábitos e costumes e se refletindo na arquitetura e na dimensão urbana em função dos ciclos econômicos da carnaúba e babaçu substituindo a exportação do charque e da ferrovia substituindo a navegação fluvial. Aliás, a presença da ferrovia foi um avanço tecnológico que poucas regiões do nosso país tiveram o privilégio de experimentar. Mas após a segunda guerra todo este ciclo de esperanças no crescimento econômico se esvaiu pela concorrência do mercado internacional. Políticas públicas nacionais deram prioridade absoluta ao transporte rodoviário condenando nossas poucas ferrovias ao abandono e a região mergulhou em estagnação econômica. O resultado do empobrecimento da segunda metade do século XX se faz notar por toda parte. O que também ameaça a preservação da memória. De uma memória rica, posto que seja rara e testemunha de momentos privilegiados e exclusivos, de um acúmulo de conhecimentos daquela gente, formadores daquela cultura, e muito próprios daquela região do país. Assim é que este conjunto de estudos além dos aspectos físicos e da natureza nos permite a compreensão da forma como esse território se insere no cenário nacional e sua

contribuição pouco difundida na história do Brasil, contextualizando a formação histórica e cultural do Estado, constituindo uma das bases, sobre as quais se apoia a presente proposta de tombamento, que nesta etapa dá sequência a uma série concatenada de outros tombamentos que se encontram em fase de estudo, com intuito de se estabelecer um sistema patrimonial piauiense coerente e inter-relacionado. Pois como lembra o Arquiteto Dalmo Vieira Filho, *“Para o IPHAN, além da significância cultural, o tombamento da cidade de Parnaíba (e agora Piracuruca e Oeiras) representa o arranque na implantação da rede de patrimônio cultural no Piauí, visando sua ampla compreensão. Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois se incorpora a eles novos significados. A valorização sistêmica do território pode ser tomada como a chance de se reviver o desenvolvimento da história do Brasil a partir de novo enfoque, baseado na articulação ideal de conjuntos urbanos e viabilizada por meio de temáticas específicas.”* Vamos tratar agora dos documentos do processo Oeiras: Já nos quatro volumes do processo encontrei os seguintes itens técnicos exigidos: Inicia-se com o documento protocolar formulado pelo diretor substituto do DEPAM, José Leme Galvão Junior em 11/05/2010, ao qual se juntam o parecer técnico do DEPAM da arquiteta Anna Elisa Finger e o Parecer Jurídico da Procuradoria Federal - Órgão Executor da Procuradoria Geral Federal no IPHAN, assinado pela procuradora Genésia Marta Alves Camelo e aprovado pelo Procurador Geral Antônio Fernando Leal Néri. Segue-se o edital e o aviso de notificação do tombamento contendo a descrição técnica minuciosa da poligonal da área de tombamento e do entorno, bem como das cópias de suas publicações em tempo hábil, no Diário Oficial da UNIÃO, em 18 de março de 2011. Também já foram devidamente encaminhados e recebidos os ofícios dando ciência do processo em curso, ao Exmo. Senhor Governador do Piauí, Dr. Wilson Nunes Martins, a Ilma. Sra. Ana Célia Coelho Madeira Veras - Superintendente da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí, bem como foi publicado em jornais locais, o competente Aviso de Notificação. Em 20 de dezembro de 2011 o processo foi encaminhado a este conselheiro para análise e parecer: A rota de

317 km ao sul de Teresina até Oeiras foi percorrida em pouco mais de três horas graças às excelentes rodovias BR-316 e BR-230. O trajeto por si só, pela leitura de sua paisagem, remanescente dos tempos do descobrimento, que mistura espécies de vegetação do cerrado e da caatinga é inspiradora da história que vamos conhecer, tendo como personagens primeiro os índios que estavam há milênios, os vaqueiros com as tropas de gado que por aí chegaram, os jesuítas, os fazendeiros sertanistas e desbravadores e ainda os escravos. Na chegada a Oeiras, fui gentilmente recebido por dois ilustres moradores, o Senhor Promotor de Justiça da Comarca de Oeiras, Dr. Carlos Rubem Campos Reis, e o jornalista Joca Oeiras, cidadão adotivo, que para manifestar seu amor a terra incorporou o nome da cidade ao seu e assim se tornou reconhecido por sua participação nas causas em defesa incondicional da história e da cultura oeirense e piauiense. Com eles empreendemos um périplo pelas ruas da cidade que se iniciou na visita à catedral de Nossa Senhora da Vitória. Não podia ser diferente, pois como as demais sete cidades piauienses, criadas pela Carta Régia, Oeiras nasceu a partir de uma Igreja. Esta foi erguida por dois padres jesuítas, sendo o principal deles o Pe. Miguel Carvalho no início de tudo, em 1697, ainda como uma capela de taipa e palha, e logo depois ampliada com a feição setecentista que chegou aos nossos dias como o primeiro templo regular do Piauí e a partir do qual se desenvolveu a cidade. A propósito assim escreveu o oeirense Dagoberto Carvalho Jr. em sua obra clássica “Passeio a Oeiras”, *“Nenhuma cidade é portuguesamente brasileira se não nasce ao redor de uma igreja”*. Os dois anfitriões nos prestaram todo o apoio para a missão de reconhecimento do sítio. Apaixonados pela terra e envolvidos com inúmeras questões que dizem respeito à preservação da memória e da cultura, sua disposição em caminhar e conversar com os moradores, nos propiciou, no pouco tempo que tivemos de visita, contatos com alguns personagens notáveis do dia a dia da cidade, protagonistas que são e herdeiros daquela história que se perpetua há séculos. Assim foi que ao conhecer o corpo da cidade, de carnaúba, pedra, adobe barro e palha, fotografando a arquitetura e literalmente percorrendo seu traçado urbano, tivemos também um ar de sua alma, no breve e humano contato com a

gente, surpreendida em suas atividades cotidianas. Foram poucos, mas lídimos representantes das várias faces da vida da cidade, do sagrado ao profano. Digo representantes do sagrado porque foram algumas daquelas pessoas envolvidas o ano inteiro na preparação das festas em homenagem ao Senhor Bom Jesus dos Passos, evento da quaresma, da semana santa, das procissões da “via-crúcis” de Cristo, onde se realiza uma das maiores tradições de romarias religiosas do norte e nordeste e para a qual vivem dedicadas dezenas de famílias oeirenses que cuidam desta celebração com respeito e dedicação admiráveis e assim vêm mantendo as tradições do evento há mais de 200 anos, passando de geração em geração as obrigações de cuidar de cada detalhe. Assim um pouco mais adiante tivemos a sorte de conhecer a Dona Julica Mendes, que além de zelar pelo bom estado de conservação de um dos passos da quaresma, fabrica artesanalmente milhares de umas delicadas “florinhas do Passo”, de papel de seda laminado coladas com cera de abelha a hastes de buriti, que se tornaram uma espécie de marca original e exclusiva desta festividade religiosa popular de Oeiras, e com as quais se enfeitam os Passos na época da Procissão do Senhor e depois de bentas são distribuídas aos romeiros como relíquias. Mas outras quatro famílias cuidam, por herança devocional, passada de geração em geração, dos outros quatro “Passos”, pequenas capelas distribuídas na malha urbana do centro histórico. Eis que são cinco no total e mais as duas Igrejas, a do Rosário dos Pretos e a Catedral de N. S da Vitória, compondo os sete que abrigam dois a dois os 14 estágios percorridos pela tradicional procissão da via sacra. Neste contexto a população de Oeiras mantém também a tradicional Procissão do Fogaréu na quinta feira Santa, quando se apagam as luzes da cidade para que somente os homens conduzam as tochas pelas ruas do centro histórico produzindo efeito dramático e de grande comoção religiosa em milhares de romeiros que acorrem à cidade. Também conheci pessoas como o Sr. Flávio do Luis Viana, presidente da Associação dos Congos de Oeiras, festejo popular ligado à ancestral presença dos negros escravos, herança atávica daqueles que serviam nas fazendas de gado. Este por sua vez, em rápida e muito viva conversa, nos revelou como teve, ainda jovem que é, inspiradora certeza de

que estava em seu destino cuidar do renascimento daquela cultura, por séculos adormecida e reprimida no inconsciente coletivo da sociedade Oeirense. E agora sabemos como graças a sua decisiva atuação e liderança os grupos de Congo de Oeiras hoje já fazem sucesso nos eventos nacionais das congadas. No caminho passamos ainda pelo sítio arqueológico denominado “Pé de Deus/Pé do Cão”, que apresenta sinais que nas tradições populares foram atribuídos às pegadas deixadas por Cristo em sua peregrinação pelo mundo e ao Diabo que sempre o seguia com suas tentações e por este motivo se converteram em local de devoção da população que ali mantém uma cruz de pedra permanentemente homenageada com flores enquanto um buraco no chão ao lado é simbolicamente apedrejado pelos fiéis em sinal de rejeição. E numa passagem inusitada próximo da Ponte Grande (bela construção em arcos romanos de pedra argamassada e tombada pelo IPHAN em 1939) tivemos um diálogo muito simpático com a dona Suzanna Pereira, antiga organizadora de muitos bailes famosos na zona boemia. Não obstante a idade bem avançada, estampada nas marcas que os anos esculpíram em seu rosto ainda firme, e de seus olhos profundos no tempo, foi surpreendente ver como se iluminaram suas faces, pela alegria de contar o que ainda guarda bem vivo na memória do período de fausto. Tempos em que a antiga e primeira capital, fora dos momentos solenes das celebrações sacras, teve os seus grandes bailes, em seus movimentados cabarés para onde acorriam os proprietários das fazendas de gado, representantes da aristocracia rural, em vesperais e noitadas de música, danças e diversões, mas onde também se fechavam negócios importantes, como ocorria nas demais antigas capitais do Brasil colonial, esta outra vida dos “coronéis”, tão bem humoradamente captada por Jorge Amado em seus romances sobre a Bahia e um tanto mais sutil e antropologicamente por Gilberto Freire quando retrata a vida nas “casas grandes” em Pernambuco. Ao falar, no entanto a idosa senhora apontava para terrenos baldios, o bairro boêmio e suas casas de festa já não existem, desapareceram por completo deixando um chão vazio nas proximidades da antiga Praça da Independência, com seus adobes, carnaúbas e taipas, perdidos para sempre na “Oeira” dos tempos, mas não na memória de Dona

Suzana. Este breve percurso de algumas horas pela cidade nos permitiu vislumbrar elementos que nos auxiliaram na percepção da dimensão humanista e na compreensão dos costumes das tradições do povo e das manifestações folclóricas locais. Recebi durante a visita, como presentes de boas vindas, algumas importantes obras de autores locais: “Passeio a Oeiras: Roteiro histórico e sentimental da cidade”, e “A Talha de Retábulos no Piauí”, ambos de autoria do Dr. Dagoberto Carvalho Junior, médico pediatra, professor, historiador, Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco e escritor oeirense. Ativo defensor dos valores culturais de sua terra, Dagoberto é membro da Academia Piauiense de Letras, da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Associação Piauiense de Medicina e Associação Médica Brasileira, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Histórico de Oeiras (onde foi fundador), do Comitê Norte-Nordeste de História da Arte, da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos e da Confraria Queiroziana de Vila Nova da Gaia, em Portugal. Também compulsei a obra “Passos do Bom Jesus - Narrativas da Fé” estudo que descreve e analisa com muita sensibilidade a principal festa popular religiosa, que são as procissões da “via-crúcis” do Senhor Bom Jesus dos Passos, celebradas na quaresma, que provocam grande afluxo de romeiros de toda a região. Seus autores são Francisco Stefano Ferreira dos Santos e Pedro Dias de Freitas Júnior. Esta forte religiosidade se revela também na presença simbólica da imagem de Nossa Senhora da Vitória, (invocação da catedral) chantada no topo do Morro do Leme, elevação muito próxima que se constitui em mirante de visita e que domina a visão de grande parte da cidade. Testemunho também desta fé imanente são as outras festas religiosas mantidas durante o ano pela tradição popular como as festas do Divino Espírito Santo, e a de N. S. da Conceição. Muitos outros autores da terra haverão, como a Professora Maria do Espírito Santo Rego com livros e artigos publicados sobre a celebração da Semana Santa, já que se trata de uma terra de tradições históricas e culturais que se materializam também nas hostes do bravo Instituto Histórico de Oeiras e vários escritores como Orlando Geraldo Rego de Carvalho, José Expedito Rego, Bugyja Brito e Nogueira Tapety sem falar em Clodoaldo Freitas ainda do final

do século dezenove, oeirense fundador das Academias de Letras do Piauí e do Maranhão. Menção especial merece ser feita à existência da singular Escola de Música de bandolins Prof. Possidônio Queiroz, que leva este nome em homenagem ao intelectual e professor que durante sua vida ajudou a preservar esta vocação inata de musicistas que está enraizada em várias famílias. O grupo musical, Bandolins de Oeiras tornou-se conhecido em todo o país pela qualidade de suas performances. Gosto de registrar estes valores, pois não me sai da mente a ideia de corpo e alma integrados, da necessidade de atenuar a rigidez desta divisão de patrimônio material e imaterial, necessária reconheço, para disciplinar estudos e organizar ações administrativas no âmbito institucional, mas sem perder a visão de que quando tratamos de proteger o patrimônio arquitetônico e urbanístico estamos falando de continentes que têm o seu conteúdo, de um corpo que tem sua alma e estes registros que pude recolher tratam de um pequeno pedaço apenas da encantadora alma de Oeiras e que ao promover o tombamento da parte física estamos também nos envolvendo profundamente com toda a parte intangível que aí está. Na sequência o dossiê trata especificamente do município de Oeiras no segundo anexo (Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII – Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras), com informações sobre localização e dados geográficos, contextualização histórica e evolução urbana, análise arquitetônica e urbanística, iconografia e registro fotográfico, justificativa de proteção e delimitação das poligonais de tombamento e entorno e diretrizes para a preservação do sítio. Há de início mais um valioso registro da importância de Oeiras na organização estratégica do território brasileiro realizado em uma lápide que se encontra no Museu da Cidade de Brasília, localizado na Praça dos Três Poderes cujo texto é citado no dossiê: A Francisco Adolfo Varnhagen se deve, há meio século passado, a mais acurada campanha pela interiorização. “Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do governo imperial?”, pergunta numa de suas memórias. “Cremos haver deixado demonstrada a conveniência da exclusão de todos os portos do mar”, responde acrescentando razões de comunicação, transporte, produção, segurança, clima, assistência e ação civilizadoras – que militam para

que fique “a distância igual dos cinco pontos, Rio, Bahia, **Cidade de Oeiras**, Cuiabá e Curitiba. Uma ênfase especial merece ser conferida ao parecer nº 007/2008, do DEPAM datado de 21/06/2010, da Arqtª Anna Elisa Finger, que realiza uma síntese de toda a questão, descrevendo-a com sensibilidade e complementando com uma precisa avaliação técnica dos valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Extraio do seu parecer, embora às vezes de foram resumida, numerosos trechos na sequencia. *Assim é que o dossiê nos revela ainda que em meados do século XVIII, o município de Oeiras se destacava por sediar os poderes e a burocracia, controlar os rendimentos das Fazendas do Fisco e se situar em entroncamento de caminhos que interligavam várias capitanias. Após três décadas de relativa regularidade da quadra chuvosa, em que houve grande aumento da empresa sertaneja, dos rebanhos e da população humana, adveio em 1777 uma seca terrível, conhecida como a seca dos três setes. A estiagem durou dois anos, dizimou boa parte do rebanho, quebrou os produtores de charque e, junto com a epidemia da varíola, provocou a mortandade de dezenas de milhares de pessoas. Coincidiu com a entrada no mercado dos criatórios de gado na Ilha de Marajó e no Rio Grande do Sul, representando forte concorrência ao criatório nordestino. Além disso, em 1780, o português José Pinto Martins, maior charqueador da Vila do Aracati (CE), migrou para a Vila de Pelotas (RS), levando a técnica de salga para o sul da colônia. O negócio das charqueadas vicejou, propiciando ao Rio Grande do Sul aumentar consideravelmente a oferta, dominar o centro sul e conseqüentemente suplantar a pecuária nordestina. Esta concorrência gaúcha, somada à concorrência amazônica, o flagelo das secas periódicas e a crise açucareira foram os fatores responsáveis pelo estrangulamento da pecuária piauiense. Para Oeiras, o histórico de declínio da pecuária resultou na perda da condição de capital do Piauí: após quase um século, a capital foi transferida para a cidade de Teresina em 16 de agosto de 1852. Este fato foi marcante e se deu num momento de extrema significância da vida político-administrativa da província, e com reflexos em todo o seu território. Teresina, cujo topônimo é uma homenagem à última imperatriz do Brasil, Tereza Cristina (1822-89), cresceu sob a influência dos*

rios Parnaíba e Poti e de uma estrada que ligava Parnaíba a Oeiras. A sua fundação, a par das razões de ordem econômica, foi reforçada pelo surgimento de um projeto político e ideológico nos meados dos oitocentos, que colaborou com a renúncia à velha capital. A imagem da cidade colonial, com um tênue ordenamento urbanístico e com sua arquitetura de tradição luso-brasileira e vernacular, passou a ser preterida por ser identificada como “*barroquismo*” e signos do atraso de um período de dependência política que se queria renegar. Diz o dossiê: “*Os cânones da missão francesa trazida ao Rio de Janeiro em 1816 repercutiram em todas as províncias ditando a arquitetura neoclássica e o urbanismo cartesiano do arruamento em xadrez como as materializações do progresso e do ideário moderno da cidade. Em muitas províncias, as capitais sofreram intervenções e expansões urbanas sob esta lógica, como Recife, Belém, São Paulo e Fortaleza. No Piauí se optou por planejar e construir uma nova capital, fato que se repetiu em Sergipe, em Minas Gerais e, já no século XX sob os princípios do urbanismo modernista, em Goiás*”. A definitiva mudança da capital para Teresina foi um duro golpe para a economia de Oeiras, porque a elite rural passou a manter somente breves contatos com a cidade, somente voltando nas festas religiosas. Considerando que a elite urbana era constituída por representantes do clero e dos funcionários públicos (civis e militares), a transferência dos órgãos de administração e de equipamentos públicos para a nova capital implicou na migração de diversas famílias para Teresina. Em decorrência durante a segunda metade do século dezenove, o Estado se desfez do seu patrimônio imobiliário em Oeiras ou mesmo o abandonou. O único melhoramento urbano significativo que ainda se deu na década de 1860 foi a construção do cemitério no bairro norte da cidade, cuja capela destaca-se, apesar da simplicidade do seu partido. Seguiram-se anos de estagnação econômica e a mancha urbana conservou seus limites de meados do século XIX: ao norte o cemitério, ao leste a Rua Grande, ao sul a várzea do riacho denominado Pouca Vergonha e ao oeste do Riacho do Mocha. Na face leste da Praça Matriz, a antiga Intendência, construída da década de 1830 para sediar a Casa de Câmara e Cadeia, foi até antes de seu arruinamento o mais imponente sobrado da cidade. No entanto esta recessão

por outro lado permitiu que a cidade permanecesse às margens dos processos de crescimento urbano descontrolado que afetaram grande parte das nossas cidades a partir da metade do século XX. Esta ausência de novos investimentos ensejou, de forma paradoxal, que muitas estruturas originais fossem preservadas. Outras importantes edificações são o Sobrado João Nepomuceno (atual Museu de Arte Sacra), de porte robusto e proporções harmoniosas, do início do século dezenove que forma com a igreja uma interessante perspectiva, e a Casa do Cônego, hoje transformada em elegante Pousada mas que fora construída em 1836 na ala noroeste da Praça da Matriz, sendo reconhecidamente o mais íntegro exemplar de morada inteira piauiense na cidade. Entretanto, não obstante as pressões pela mudança da capital, o governo de Zacarias de Góes e Vasconcelos (1845-47) ainda dotou a cidade de alguns equipamentos urbanos. Entre eles, o Palácio dos Presidentes da Província (atual Sobrado Major Selemérico) para sediar a administração provincial; a Ponte Grande do Mocha, primeira ponte do Piauí, sólida obra de engenharia com estrutura de arcos de pedra aparelhada e cal, melhorando o acesso à cidade; e o Hospital de Caridade, iniciado em 1846 e terminado três anos depois, no Largo do Rosário. O hospital, porém, teve vida curta e hoje se encontram apenas os vestígios arqueológicos de seus alicerces. Revela-nos ainda o texto do dossiê que *“Além das particularidades que conferem relevância ao seu desenho urbano, Oeiras preserva um acervo ímpar de técnicas construtivas tradicionais, em parte eruditas, em parte vernáculas, estas desenvolvidas de modo inventivo e original, a partir da adaptação do repertório arquitetônico trazido pelo colonizador ao meio e aos materiais que encontrava em abundância: carnaúba, barro, pedra e cal. Quanto à casa oeirense, a utilização desses materiais é somada à espontaneidade e autenticidade de uma arquitetura simples, que se desenha a partir da tipologia da morada inteira”*. É notável neste contexto em virtude das suas dimensões, a representatividade da Praça das Vitórias. Possui a configuração de um trapézio, próximo a um quadrado, com seus lados medindo aproximadamente 500 e 600 palmos (um palmo português equivale a 22 cm). É provável que a mesma tenha implicado em demolições e adaptações a um traçado

preexistente, como a inflexão da sua face oeste, que desfaz o paralelismo e direciona o vértice noroeste para a vereda que acessava os olhos d'água do riacho do Môcha e o caminho para São Luís do Maranhão. As fachadas do casario apresentavam pequena variação entre si, inseridas na tipologia da morada inteira, imprimindo um ritmo coerente. Algumas demolições, descaracterizações e novas construções perturbaram e interromperam a leitura da Praça das Vitórias como um conjunto homogêneo. Importante registrar aqui que, entre 1939 e 1940 o IPHAN, nos primórdios de suas ações de proteção e já atento a valores patrimoniais mesmo distantes, como no longínquo sertão piauiense, promoveu o tombamento de três relevantes bens em Oeiras: a Ponte Grande, o Sobrado Nepomuceno, (ambos inscritos em 1939 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória inscrita em 1940, em ambos os livros). Atualmente o conjunto *art-déco* (Cine-Teatro, Associação Comercial e Café Oeiras) separa a Praça das Vitórias da Praça da Bandeira, que recebeu tratamento paisagístico na década de 1940 para ser o Passeio Público da cidade. As ruínas da Casa de Câmara e Cadeia foram demolidas para dar lugar a estes edifícios, que num primeiro momento se caracterizavam como estranhos ao contexto arquitetônico colonial. Assim é que as poligonais da área a ser tombada e da área de entorno são fruto de cuidadosos estudos deste acervo e encontram-se bem definidas. As equipes do IPHAN buscaram contemplar os principais elementos culturais presentes no Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras, conforme destacado no Parecer Técnico: *Analisando as poligonais de tombamento e entorno descritas entre as páginas 122 a 126 do Anexo II do Processo de Tombamento nº 1.602-T-10, e apresentadas graficamente na Prancha 10, constante no Anexo III, é possível observar que foram apresentadas **três poligonais de tombamento descontínuas**, que visam resguardar o conjunto de bens de interesse de preservação, e são constituídas por uma **poligonal de tombamento principal**, onde está inserida a maior parte do conjunto arquitetônico e urbanístico de Oeiras, conforme segue. (fl.17). 1 - O **Conjunto da Praça das Vitórias** (núcleo de fundação da povoação), onde se concentra o maior conjunto de bens de interesse, incluindo edifícios do século XVIII como a Igreja Matriz de Nossa*

Senhora da Vitória, o Sobrado Nepomuceno (atual Museu de Arte Sacra), o Sobrado dos Ferraz (atual Prefeitura Municipal) e um acervo *art-déco* composto pelo Cine Teatro, Associação Comercial e Café Oeiras, testemunha épocas mais recentes, mas que pelo porte e implantação se harmonizam com o conjunto precedente e contribuem para o enriquecimento do conjunto. (fl.17/18). 2 - O **entorno dos riachos do Mocha e da Pouca Vergonha**, onde estão inseridos a Ponte Grande (sobre o Riacho do Mocha), o Sobrado Major Selemérico, e também um grande número de exemplares típicos da arquitetura piauiense, alguns construídos com técnicas só encontradas na região, como a utilização da carnaúba em estado bruto tanto na estrutura quanto na cobertura, a conformação interna adequada ao clima quente e seco, e a presença de amplas varandas na parte dos fundos. (fl.18). 3 - O **Conjunto da Praça do Mercado Municipal e Praça Mafrense**, testemunha da expansão urbana a partir do século XIX, e onde se destacam o século XIX, e onde se destacam o próprio edifício do Mercado, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e um conjunto de edifícios de feições ecléticas, construídos por volta do final do século XIX e início do século XX. (fl.18). 4 - O **Conjunto do Largo do Rosário**, com a antiga igreja também construída pelos padres jesuítas e atualmente utilizada pela Irmandade do Rosário, e um conjunto de arquitetura popular, que adotam técnicas tipicamente locais. (fl.18). Além disso, também integram o conjunto a ser tombado mais duas poligonais separadas que circundam bens específicos, sendo eles a **Casa do Canela** (uma antiga propriedade rural de arquitetura tipicamente piauiense e totalmente preservada, atualmente incorporada à área urbana de Oeiras em virtude da expansão do núcleo original), e a **Casa da Pólvora** (o único edifício militar remanescente do período colonial no Piauí, construída para abrigar o paiol das forças militares da Capitania, quando da instalação da capitania na então Vila do Mocha). (fl.18). Essas poligonais constituem um mesmo conjunto, não configurando tombamentos isolados. As três áreas de tombamento estão inseridas em uma mesma **poligonal de entorno**, delimitada com o intuito de preservar a ambiência e funcionar como zona de “amortecimento” entre essa área e o restante da cidade. A poligonal de entorno inclui o já citado sítio arqueológico

denominado “Pé de Deus/Pé do Cão”,. (fl.18). Quanto ao terceiro anexo, uma completa e muito bem elaborada cartografia é apresentada em dez pranchas que contém informações sobre o perímetro do município e localização do Centro Histórico, evolução urbana, cheios e vazios, mapeamento e caracterização dos imóveis de interesse que compõem o conjunto, usos das edificações, número de pavimentos, características estilísticas, estado de conservação e caracterização e delimitação das poligonais de tombamento e entorno, conforme citadas a seguir: Prancha 01/10 – **Sítio Histórico no Contexto Urbano**; Esta planta permite uma visualização dos limites da área urbana e apresenta em destaque a área de interesse de preservação no contexto urbano, bem como a posição dos três cursos d’água de presença marcante como referências na paisagem e na vida da cidade desde sua origem. O riacho da Mocha, riacho da Pouca Vergonha e o riacho dos Negros; Prancha 02/10 – **Evolução Urbana**; Planta em que é possível verificar que Oeiras teve seu início nos brejos da confluência dos riachos da Mocha e do Pouca Vergonha e as diversas etapas de sua expansão urbana que se acelerou mais a partir dos anos 1970; Prancha 03/10 – **Massa Edificada e Áreas Livres** – Planta Cadastral que permite a visualização das áreas ocupadas por cada edificação em seus respectivos lotes e conseqüentemente os vazios. Identifica também as áreas de praças e de várzeas bem como as poligonais de entorno e de tombamento; Prancha 04/10 – **Imóveis de Interesse**, idem onde se assinala os imóveis com tombamento federal estadual, os imóveis considerados de destaque, aqueles de interesse para o conjunto, adequados ao conjunto, os que são inadequados e os sítios arqueológicos. Aí também estão assinaladas as duas poligonais; Prancha 05/10 – **Planta de Usos (1976 e atual)** idem onde se observa um valor importante para a preservação que é a predominância de uso residencial no perímetro de tombamento, sinal de maior vínculo destes cidadãos com o espaço urbano que se propõe proteger. Observa-se também o uso institucional presente na Praça das Vitórias e comercial misto nas praças Visconde da Parnaíba e Orlando Carvalho, ambas no perímetro de tombamento; Prancha 06/10 – **Planta de Gabaritos (a e b) (1976 e atual)**, idem onde se verifica

predominância absoluta de edificações térreas em toda área contida na poligonal de tombamento com raras alterações nestes quase 40 anos; Prancha 07/10 – **Características Estilísticas**, idem através da qual se observa dentro do poligonal de tombamento a predominância de casas de estilo denominado tradicional português ou colonial, mescladas com ocorrências aleatórias dos estilos Ecléticos, Art Déco e Modernista; Prancha 08/10 – **Planta de Caracterização dos Imóveis**, onde se pode constatar que um número expressivo de imóveis já sofreu algum tipo de descaracterização arquitetônica, reforçando a necessidade do tombamento para a preservação deste patrimônio cultural, impregnado de referenciais, memórias e celebrações do povo brasileiro; Prancha 09/10 – **Planta de Estado de Conservação**. Esta planta evidencia que a maior parte dos imóveis no perímetro de tombamento encontra-se na categoria de bom estado de conservação; Prancha 10/10 – **Planta de Poligonais de Tombamento e Entorno**. Esta última planta revela a poligonal de tombamento principal, onde está inserida a maior parte do conjunto arquitetônico e urbanístico de Oeiras, composta pelo Conjunto da Praça das Vitórias, o entorno dos Riachos do Mocha e da Pouca Vergonha, o Conjunto da Praça do Mercado Municipal e da Praça Mafrense e o Conjunto do Largo do Rosário. Além dessa, há também as duas outras poligonais descontínuas, mas que estão inseridas em uma mesma poligonal de entorno. Estas poligonais separadas circundam bens específicos como a Casa do Canela (uma antiga propriedade rural de arquitetura tipicamente piauiense e totalmente preservada, atualmente incorporada à área urbana de Oeiras em virtude da expansão do núcleo original) e a Casa da Pólvora (o único edifício militar remanescente do período colonial no Piauí, construída para abrigar o paiol das forças militares da Capitania, quando da instalação da capital na então Vila do Mocha). Todos estes aspectos estão enriquecidos no corpo do processo, pela documentação fotográfica das áreas urbanas, dos cenários naturais e pontualmente das edificações. Assim, entendo que, do ponto de vista formal, o processo está generosamente instruído e atende às aos requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986.

O reconhecimento de Oeiras como Monumento Nacional pela Lei nº 7.745/89 foi importante, representou um título honorífico, e tornou-se motivo de orgulho para a população. Há um portal na entrada da cidade que anuncia esta designação. A inscrição que está em pauta agora do conjunto histórico e paisagístico de Oeiras como patrimônio cultural da nação significa, a afirmação da civilização do couro e o ciclo da pecuária colonial do Nordeste que perpassou os séculos XVII, XVIII e XIX, como estruturadores do processo de formação social, política, econômica e territorial do Brasil, no mesmo grau de importância dos ciclos econômicos que a historiografia tradicional consagrou e que tiveram seus testemunhos materiais reconhecidos e protegidos pelo Estado brasileiro. A nosso ver do ponto de vista do valor histórico o tombamento irá também garantir a preservação do testemunho de dois processos civilizatórios do território nacional em especial do sertão nordestino: a ocupação humana e a modernização dos sertões. Ambos ainda pouco representados nos acervos patrimoniais do Brasil, como fundadores da nossa cultura e nacionalidade. Entretanto não podemos também nos esquecer de que o ato do tombamento representa mais uma grande responsabilidade ao IPHAN, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens. Torna-se, portanto necessário envidar imediatos esforços para garantir aos técnicos locais uma estrutura que venha permitir uma verdadeira integração nos trabalhos cotidianos de gestão do acervo a ser protegido, na medida em que propicie parcerias técnicas e administrativas entre os órgãos municipais, estaduais e o IPHAN. Nestes termos, seu funcionamento deverá possibilitar economia de meios e esforços, aumentando a rapidez e eficiência das ações, e trabalhando com critérios compartilhados e mais próximos da realidade local. Estamos nos referindo à proposta de instalação de um Escritório Técnico do IPHAN na cidade de Oeiras e que seja fortalecido de recursos humanos e materiais. Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei, ao me despedir após minha visita de reconhecimento. O conjunto formado pela cidade de Oeiras compõe um cenário de harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o

ambiente que o cerca, e estes elementos constituem um repositório perfeito para a gente que ali vive e trabalha e que de toda forma o mantiveram até os nossos dias como provas materiais e imateriais de que são também um belo testemunho remanescente e revelador da alma do povo brasileiro. Sendo assim e corroborando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento do acervo denominado **“Cidades do Piauí, testemunhas de ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras”** e à consequente inscrição nos livros de tomo 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: 2) Histórico. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho. Brasília, em 25 de Janeiro de 2012. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.” O Presidente agradeceu e deu início aos debates, concedendo a palavra à Conselheira Myriam Ribeiro que, após elogiar o belo parecer apresentado referiu-se à pesquisa que está desenvolvendo para resgate da atividade dos Jesuítas anterior à ação do Marquês de Pombal. Lembrou que depois da expulsão dos Jesuítas houve uma campanha sistemática de banir até a sua lembrança. Afirmou que a maioria das cidades pombalinas do Estado do Pará são antigas aldeias jesuíticas, que depois mudaram de nome. Considerou possível que as sete vilas do Piauí fossem, originalmente, aldeamentos dos jesuíticos. Levantou a hipótese de que a expulsão dos Jesuítas foi causada pela descoberta pelos demarcadores do Tratado de Madri; do estado que em sigilo eles estavam organizando. O Conselheiro Roque Laraia tomou a palavra para complementar as observações da Conselheira Myriam Ribeiro, citando um trabalho elaborado por aluna sua na Universidade de Brasília sobre a influência das fazendas dos Jesuítas na formação do Piauí. O Conselheiro Liberal de Castro tomou a palavra para os seguintes comentários: “Primeiramente, quero felicitar o nosso companheiro Luiz Phelipe Andrès pelo trabalho magnífico que fez sobre região tão pouco referida, como é o Piauí, relatando fatos históricos geralmente desconhecidos. Tentarei fazer alguns comentários sobre a matéria em discussão, restritos, de início, aos casos da

bipartição do Brasil em dois Estados autônomos e das origens das Fazendas Nacionais. A então chamada Costa Leste-Oeste, que vai do cabo de São Roque à foz do Amazonas, permaneceu sem interessar os portugueses por mais de cem anos. A presença de franceses no Ceará, apesar de inicialmente empurrados para o Maranhão, levou ao preparo de missões militares destinadas a expulsá-los em definitivo, tendo Pernambuco como ponto de partida. Após a tomada do Maranhão, logo foram notadas grandes dificuldades nas viagens de retorno, porque, em longo período do ano, os ventos e as correntes marítimas corriam no mesmo sentido. As viagens de ida eram rápidas, mas a volta muitas vezes se tornava inviável. Os problemas de acesso à costa oriental e a consolidação das rotas de navegação se resolveram com viagens diretas ao Reino, isto é, de São Luís e Belém a Lisboa. Esse fato, citado no processo, ensejou a bipartição da Colônia em dois “Estados”, administrativamente separados, quer dizer, fez surgirem no começo do século XVII o Estado do Brasil, com capital de Salvador, e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com capital em Belém. Paralelamente às rotas marítimas, de modo gradativo, foi estabelecida uma ligação por terra, entre Salvador e São Luís. A dilatação das áreas ocupadas por fazendas de criação extensiva de gado, após ultrapassar as divisas montanhosas do noroeste da Bahia, invadiu o Piauí, ou melhor, a ampla bacia do rio Parnaíba, cujos afluentes, e o próprio rio, levavam ao litoral da Costa Leste-Oeste. Entretanto, em ponto onde o Parnaíba passava próximo do Itapicuru, os viajantes começaram a torcer caminho, fazendo transbordo, por terra, até alcançarem aquele rio maranhense, ao longo do qual seguiam até sua foz, na baía de São José, atingindo por fim a ilha de São Luís. Esse longo trajeto entre a Bahia e o Maranhão estava ligado à expansão da pecuária extensiva, quer dizer, à instalação de fazendas em lugares distantes, latifúndios com produção destinada a suprir, com alimentos e meios de tração animal, a costa oriental, dedicada à agroindústria do açúcar. É esta a origem do povoamento dos sertões do Piauí, com ocupação demográfica rarefeita e baixa produtividade econômica, tal como no vizinho Ceará, participante do mesmo processo. A fim de controlar a prepotência dos donos das fazendas, protegidos pelo isolamento, durante seu reinado, na primeira metade do século XVIII, Dom

João V decidiu criar vilas nos sertões. Era um modo de conferir aparente poder local aos fazendeiros, poder, é claro, limitado pela legislação real. A primeira vila dos sertões, criada em consequência dessas decisões, foi Oeiras, localizada na metade do referido longo caminho que ligava Salvador a São Luís, unindo assim, pelo interior, o Estado do Brasil ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Entre os grandes donos de terras piauienses, talvez com posse de mais de trinta fazendas, sobressaía Domingos Afonso Mafrense, famoso sertanista, explorador português, também conhecido por Domingos Sertão, nascido em Torres Vedras, localidade próxima de Mafra, provável origem de seu nome. Mafrense, ao falecer, deixou seus bens para o Colégio dos Jesuítas na Bahia. Esta é a origem das vastas fazendas anexadas após a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e colônias, sob a denominação de Fazendas Reais do Fisco, Fazendas Imperiais, após a Independência do Brasil, e Fazendas Nacionais, depois da Proclamação da República. Salvo engano, por decisão da Constituição de 1946, as Fazendas Nacionais foram transferidas ao governo do Estado do Piauí e então vendidas a terceiros. Vale lembrar que o vizinho Ceará, também povoado pela pecuária extensiva, somente recebeu ocupação em dias posteriores. Basta assinalar que o Piauí se tornou capitania autônoma em 1758, enquanto o Ceará ganhou direcionamento próprio apenas em 1799. Explica-se por que o primeiro mapa do Piauí, salvo engano, data de 1761, enquanto as tentativas iniciais de cartografar o Ceará ocorreram no início do século XIX, todavia, com mapa confiável somente preparado em 1813. No campo da cartografia, o Piauí recebeu os benefícios da condição de integrante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, pois foi mapeado pelo engenheiro militar italiano Henrique Antônio Galluzzi, residente em Belém, membro da Comissão de Demarcação de Fronteiras do Brasil na Amazônia e autor do projeto da Fortaleza de São José de Macapá, obra abaluartada, de alta valia. O primeiro mapa criterioso do Ceará, de 1813, foi organizado pelo Coronel de Engenheiros português, Antonio José da Silva Paulet, coincidentemente autor do projeto e construtor da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, na capital cearense. Com a devida permissão, gostaria de fazer pequenos reparos a algumas informações constantes do processo, embora sem levar em conta a

ordem que se acham inseridas. A cajuína, citada a folhas, é uma bebida do tipo refrigerante, feita de caju, como o próprio nome indica. Não se trata, porém, de produto de origem popular. Foi criada pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo (1853-1932), grande figura humana admirada pelos cearenses como cientista, professor, literato, ecólogo, militante das lutas pela cidadania, cuja generosidade jamais lhe fez cobrar direitos sobre produto formulado com sabor da flora local, sem ingredientes artificiais maléficos, oferecida gratuitamente a quantos quisessem reproduzi-la e explorá-la. A propósito de caju e cajueiros, vale ressaltar que o Ceará responde por mais da metade da produção brasileira, sucedido pelo Piauí, à frente dos demais estados. O processo de tombamento faz referências ao plano da cidade cearense do Aracati, tido como pombalino. A afirmação deve ser corrigida. A ocupação dos sertões cearenses ocorreu tardiamente, como disse, apenas depois da dizimação, fuga ou aculturação dos tapuias confederados, que se opunham à invasão de suas terras. A penetração do gado verificou-se logo em seguida, na segunda década do século XVIII. O território cearense já servia de passagem aos rebanhos que vinham do Piauí pelo vale do rio Poti, afluente do Parnaíba, que nasce no Ceará. Esse gado reunia-se com as manadas locais em ponto onde as rotas cruzavam o rio Jaguaribe, de onde demandavam em tropel aos engenhos de Pernambuco. Na percepção de alguns, pareceu então mais prático e mais lucrativo desviar a rota e fazer as boiadas descerem o rio Jaguaribe, percorrendo apenas sessenta léguas, até o litoral, onde as rezes eram abatidas. As mantas de carne, salgadas e postas a secar ao sol e ao vento, eram remetidas a Pernambuco, para consumo local, ou de lá reexportadas para outros pontos do País. Essas atividades terciárias de produção da chamada carne do Ceará logo fizeram progredir os pontos extremos do trajeto. Um deles era o local de encontro de vias sertanejas, e outro, o sítio de abate litorâneo das rezes. Assim se explica e se justifica a criação das vilas do Icó, em 1738, implantada no cruzamento dos caminhos do sertão, e do Aracati, em 1748, posta quase à foz do Jaguaribe sede das chamadas “oficinas”. O binário urbano com funções explícitas formou cidades com trechos antigos hoje tombados pelo IPHAN. As referências cronológicas das cartas régias

respectivas comprovam que as duas vilas não foram criadas no período pombalino. Datam do reinado de D. João V, instaladas com legislação já marcada com vários cuidados, todavia, sem pré-dimensionamento espacial. Por tal razão, o Icó e o Aracati mostram riscos semelhantes, constituído por grandes praças, hoje parcialmente ocupadas, e por ruas largas, estas grosso modo paralelas entre si e ao rio, mas cortadas por travessas estreitas, aproximadamente perpendiculares. Nas duas vilas, portanto, não ocorreu clara aplicação de traçado em xadrez, solução já conhecida nos tempos coloniais, mas que somente se intensificou durante e principalmente depois do período pombalino, por influência do novo desenho aplicado à cidade de Lisboa, parcialmente reconstruída após o terremoto de 1755. Cumpre lembrar que a malha ortogonal é solução historicamente usual, escolhida sempre quando se pretendia rápido desenvolvimento físico, espacialmente controlado. Figura, portanto, como o traçado de feição colonial por excelência, já utilizado na antiguidade, por gregos e romanos, nos dias de expansão urbana extra metropolitana, bem como aceito modernamente por espanhóis e ingleses, em suas colônias americanas. O risco em xadrez, apesar de já aplicado anteriormente em cidades brasileiras, encontrou acolhida ampla no século XIX. Entretanto, sem qualquer relacionamento com 'os cânones da Missão Francesa trazida ao Rio de Janeiro em 1816', como assinala textualmente o processo, visto que as tramas urbanas regulares daquele período não se devem aos egressos da Academia Imperial de Belas Artes. Na verdade, o desenho ortogonal foi largamente empregado pelos engenheiros formados na Academia Militar Imperial, principalmente quando esta, já transformada em Escola Central, passou a receber alunos não militares, habilitados com atividades civis, segundo um regime semelhante ao do atual ITA. Esses profissionais, integrantes em bom número dos quadros técnicos imperiais, espalharam-se por todo o País, dedicados ao exercício das mais diferentes tarefas, militares e civis, entre as quais, o desenho urbano. À parte certo viés academicista no ensino, como se vê, a contribuição da antiga Academia Imperial de Belas Artes foi ponderável, em dimensão nacional, no âmbito da pintura e da escultura, contudo, sem importância maior no campo da Arquitetura, pelo menos, fora do

Rio de Janeiro. Constam do processo referências pontuais à evolução física da cidade da Fortaleza equivocadamente, aliás, incluídas como exemplo da aceitação nacional dos “cânones da Missão Francesa”. Contrariamente a essas indicações, a capital cearense conheceu sua primeira malha em xadrez em 1812, portanto, antes da chegada da Missão, malha ortogonal justaposta ao risco primitivo, espontâneo, pelo coronel de engenheiros portugueses Antônio José da Silva Paulet (1778-1837). O novo trecho urbano, em vista de sua área reduzida, conheceu seguidos planos de expansão em retícula na segunda metade do século XIX, propostos pelo engenheiro João Adolfo Herbster (1826-1893), antigo aluno da Escola Central da Corte. Outras matérias referidas no processo pedem comentários. Refiro-me à produção piauiense de charque, mencionada no texto. Apesar da disponibilidade de rebanhos, a produção de charque no Piauí ficou limitada pela pouca disponibilidade de sal, pelas longas distâncias das zonas de criação ao litoral, à Parnaíba, e desta, aos centros consumidores da costa oriental. Na realidade, a produção colonial de charque concentrou-se no Ceará, praticamente restrita à foz do Jaguaribe, apesar de tentada na zona norte da própria Capitania, na desembocadura do rio Acaraú. As dificuldades impostas pelas distâncias fizeram com que muitas boiadas dessa região, reforçadas com gado do Piauí, fossem encaminhadas para o porto do Aracati, o qual se manteve sem concorrência ao longo do século XVIII, beneficiado com as decisões reais, que interditaram a produção de charque no oeste do Rio Grande do Norte. Embora terra de muito sal e já próxima das zonas de consumo, as charqueadas rio-grandenses se viram prejudicadas com o atendimento às reclamações levantadas pelos senhores de engenho Pernambuco, que se punham contra o abate generalizado, pois precisavam de gado em pé para tanger as moendas e arrastar os carros de bois. As secas de fim de século e a abertura de nova frente de produção no Rio Grande do Sul, sob a orientação de um aracatiense, aliás, nome citado no processo de tombamento, somada à concorrência do gado gaúcho, com abate e salga próximos dos pontos de consumo do Sudeste, levaram à extinção as “oficinas” do Aracati e de demais portos da região. O processo fala, com razão, de evento desconhecido da maioria dos brasileiros. Refiro-me às lutas da

independência do Piauí, conseguida com perda de vidas. Ante a adesão da Câmara da Parnaíba à nova ordem, o Governador de Armas do Maranhão, José da Cunha Fidié, deslocou-se ao Piauí em missão punitiva. Apesar da ajuda possível, oferecida de imediato por cearenses e maranhenses ao grupo revoltoso, não houve como evitar a derrota na batalha do Jenipapo, com mortes brasileiras. A adesão do povo de Oeiras à Independência, fez com Fidié rumasse para aquela cidade. Como, na ocasião, já se aproximava um socorro de dois mil homens vindos do Ceará, Fidié retirou-se para Caxias, no Maranhão, onde capitulou sem lutar. Como curiosidade, vale lembrar que um irmão de Fidié, Cosme Damião da Cunha Fidié, arquiteto militar, é lembrado por referências mais agradáveis, autor, que foi, do projeto da Associação Comercial da Bahia, magnífica realização neoclássica, com obras, creio, iniciadas em 1814, anteriores, portanto, à chegada da Missão Francesa. Em comentários referentes à arquitetura vernácula, o processo de tombamento menciona o emprego da carnaúba na construção civil, hoje muito reduzido. Corte e uso dos fustes nas construções acham-se praticamente sustados em virtude da valorização da cera extraída das folhas da palmeira, o que tem favorecido a preservação da espécie. Tal como no Piauí, obras antigas com aplicação de carnaúba também se espalham vastamente pelo Ceará, fato explicável, porque é o estado que responde pela metade do plantio nacional da palmeira e de produção da cera. Há, entretanto, diferenças nas soluções de emprego da carnaúba no Piauí e no Ceará. Enquanto, neste último estado, os caibros são obtidos por meio da divisão dos fustes em cruz, quer dizer, em quatro partes, no Piauí, usam a peça inteira, roliça, com um método construtivo que muito se assemelha ao que se observa em Portugal, no Alentejo, todavia, executado com madeira local, o castanho. Ao encerrar esta longa intervenção, desejo lembrar a figura do arquiteto e professor Paulo Thedim Barreto, citado no processo, nome expressivo dos primeiros tempos do IPHAN, a quem muito devo pelos ensinamentos que me transmitiu pessoalmente, repassados, por assim dizer, por via de instrução tutorial. Paulo Barreto era neto do gramático Fausto Barreto, afamado professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, cearense dos Inhamuns, região vizinha e muito ligada ao centro-sul piauiense.

Interessado em arquitetura vernácula, vínculos ancestrais teriam levado Paulo Barreto a percorrer a região numa pesquisa, da qual resultou o artigo intitulado O Piauí e sua arquitetura, publicado na Revista do Patrimônio n.º. 2, de 1938, sem dúvida, a primeira e mais antiga contribuição aos estudos piauienses da matéria”. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para os seguintes comentários: “Duas pequenas observações. Olhando essa imagem creio que eu não conheço nas capitâneas ao sul do Rio de Janeiro, nenhuma igreja com essa monumentalidade, não me lembro de nada. A Matriz de Parati tem mais ou menos essa grandiosidade, mas as outras são muito mais modestas. Na segunda observação, quero reiterar as palavras do Conselheiro Liberal de Castro de que, por alguma razão, não constou o nome de Paulo Thedim Barreto, que iniciou esses estudos, foi o primeiro brasileiro, que eu saiba, a levantar a questão da existência de projetos nos traçados urbanísticos do Brasil colonial. Com ele aprendi, ainda como estudante, pela primeira vez, antecedeu de vários anos os irmãos Ferreira, que esse era um tema de estudo com os casos de Piauí nos estudos feitos por Paulo Thedim Barreto, é inesquecível. Devo muito a ele nesse sentido, além da simpatia pessoal, a sua generosidade ao ensinar os mais moços, esse outro aspecto fundamental. Não só estudou as questões do urbanismo, mas estudou arquitetura popular na sua forma mais simples, a arquitetura vernácula do Piauí, e nos ensinou a pensar essas tipologias, o que eu fiz mais tarde, sobre a tipologia de arquitetura. Senhor Relator, neste momento não podemos esquecer Paulo Thedim Barreto, nome daquele homem que pegou o que era então - agora não é mais - o estado mais pobre brasileiro e deu uma lição a todos os brasileiros da importância do seu urbanismo e da sua arquitetura, deu uma lição maravilhosa que recebemos, e nos marcou por toda a vida profissional. Então, é preciso que fique registrado, porque ele foi o mestre de todos nós.” O Conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para apresentar a seguinte sugestão: “ Senhor Presidente, Oeiras, em Portugal, é uma cidade encantadora, muito perto de Lisboa, onde tinha sua casa o Marquês de Pombal, que recebeu antes o título Conde de Oeiras. Oeiras lá, é uma Prefeitura, é um Concelho. Penso que talvez por seu intermédio, se esse

dossiê que o Conselheiro Andrès preparou, ensaios extraordinários, puder ser mandado ao Embaixador de Portugal, sugerindo uma geminação entre Oeiras do Piauí e Oeiras de Portugal, restabelecendo agora o vínculo que já houve. Creio que os portugueses reagiriam bem, não há custo, apenas restabelece o vínculo no enlace da história. Voltaríamos a criar entre Oeiras de lá e Oeiras de cá, um vínculo formal, útil e valioso. Porque creio que esses trabalhos, mais o dossiê fotográfico, mais a iconografia, enviados à nossa Ministra da Cultura ou ao Ministro da Cultura em Portugal, ou em dois planos, contribuiriam para estabelecer uma geminação de Oeiras de Portugal e Oeiras no Piauí.” O Presidente agradeceu e declarou sua intenção de encaminhar a sugestão do Conselheiro Marcos de Azambuja, que considerou muito pertinente. Prosseguindo, indagou se algum Conselheiro desejava apresentar algum questionamento. Não havendo qualquer manifestação, colocou em votação a proposta de tombamento em exame, que foi acolhida por todos os Conselheiros presentes, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras**, no Estado do Piauí, devendo ser inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar da proposta contida no Processo nº 1.562-T -08 (Processo nº 01450.010250/2008-88) para tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca**, no Estado do Piauí, passando a palavra ao Relator, Conselheiro Luiz Phelipe Andrès para a apresentação do seu parecer. Inicialmente, o Relator lembrou que as páginas iniciais do parecer são idênticas à do anterior, porque se referem a conjuntos que têm a mesma base territorial e histórica. Afirmou que não teve pejo em repeti-las, porque vão tomar vida própria, cada parecer vai para uma cidade, vai se constituir um documento próprio a enfrentar, quem sabe, impugnações, mas vão ter vida própria. Após este esclarecimento, passou à leitura do seu parecer, transcrito a seguir: “Processo de Tombamento nº 1.562-T-08 - **Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca, Município de Piracuruca, Estado do Piauí**”. Exmo. Senhor Presidente do IPHAN. Srs. Conselheiros. Foi com satisfação que recebi do senhor Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, através

da Prof.^a Anna Maria Serpa Barroso, a incumbência de examinar e opinar sobre o processo que trata do pedido de tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca**. De início devo lembrar que a proposta para Piracuruca faz parte de um plano integrado de tombamentos para o Estado do Piauí e que se propõe como política de atuação do IPHAN, que foi iniciado com o de Parnaíba, efetivado por este conselho em 2008, como um procedimento inovador, uma vez que considera estas cidades como parte de um elenco de bens patrimoniais, ao reconhecer que sua proteção será mais efetiva se estes bens forem tratados como um todo, e o seu tombamento também realizado sob esta perspectiva. Enfatiza-se aqui a adoção de um novo modelo de atuação, segundo o qual a proteção federal seja implantada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades e fazendas ali estabelecidas e das influências culturais presentes, considerando estes aspectos como interligados entre si, e que apesar de pouco explorados até então, guardam uma vinculação lógica e de respaldo histórico e urbanístico. Minha tarefa foi realizada através dos procedimentos habituais de visita aos sítios históricos e análise dos autos do processo. Solicitei ao IPHAN as condições para me deslocar de São Luís do Maranhão até aqueles dois municípios piauienses, o que me foi prontamente atendido. Assim é que visitei as duas cidades, levando comigo as orientações do arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho e da Superintendente da 19ª SR/IPHAN, Claudiana Cruz dos Anjos, que por sua vez participara das atividades de elaboração dos dossiês e nos prestou todo o apoio técnico necessário para o êxito da missão de reconhecimento. Dias antes havia recebido os documentos do processo, com a íntegra das informações e ao examinar seus originais pude constatar a ótima qualidade do material técnico. Trata-se de dossiê cuidadosamente preparado e que reúne estudos elaborados entre Outubro de 2006 e dezembro de 2008, como fruto de profícua colaboração entre os técnicos da 19ª SR/PIAUI, quando ainda era chefiada pela arquiteta Diva Maria Freire de Figueiredo, da Universidade Federal do Piauí e o Departamento de Patrimônio Material/DEPAM e dos quais passo a me ocupar, com intuito de lhes oferecer uma síntese fiel das informações, que permita estabelecer um juízo sobre as

proposta de tombamento, explicitando valores através dos quais se justifica a ação solicitada. Entretanto, assim como no caso da cidade histórica de Parnaíba, me apoiei na releitura dos três volumes da valiosa obra do arquiteto e urbanista Olavo Pereira da Silva Filho, denominada **“Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí”**. Após publicar excelente estudo sobre a arquitetura luso-brasileira no Maranhão, eis que o autor faz jus às suas origens piauienses com esta contribuição memorável à história do Piauí, contada através dos fatores políticos, sociais e econômicos que deram origem à peculiar forma de ocupação das largas extensões de uma região estratégica para a compreensão do processo de configuração do território brasileiro. Aqui, como na obra sobre a arquitetura do Maranhão, nos deparamos com um estudo preciso, do qual Olavo é autor não somente dos textos, mas também das finas ilustrações de seu traço de desenhista, aliada a paciência do pesquisador dedicado, ou ainda das fotografias sobre a importância do patrimônio cultural representado no acervo de arquitetura urbana, rural e sobre o urbanismo piauiense. Este trabalho inclusive conquistou em 2008, o Prêmio Rodrigo Melo Franco na categoria de Inventário de Acervos e Pesquisas. Nesta bibliografia referencial é indispensável mencionar também a obra basilar do arquiteto Paulo Thedim Barreto, *O Piauí e a sua arquitetura*. (RPHAN, n. 02, 1940), pioneiro que foi no estudo da arquitetura e urbanismo no Piauí. Piracuruca faz parte deste conjunto de cidades do Piauí que estão sendo designados como *“testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”* e possuem em seus dossiês, um primeiro volume de estudos que apresenta igual conteúdo, uma vez que sua gênese histórica é a mesma e comungam de um só território. No primeiro volume do processo as equipes técnicas do IPHAN definiram de forma muito competente a caracterização histórica e geográfica do Estado no que tange a sua estratégica localização na região de transição entre o nordeste e o norte e entre o sertão e o litoral. Seu clima é classificado como tropical quente úmido na maior parte do território e semiárido na porção sul sudeste. Aí também se descreve as características do relevo e a hidrografia, onde se destaca a bacia do Rio Parnaíba, a segunda mais importante do Nordeste, atrás apenas da do rio São Francisco, mas

sendo sua foz a única em formato de delta de mar aberto da América Latina. O documento registra as quatro classes de vegetação predominantes: a Caatinga no semiárido do Sul e Sudeste, constituído principalmente por cactos, arbustos e árvores de pequeno porte; o Cerrado, mais ao Norte e Leste com arbustos mais densos e árvores retorcidas; a Floresta, que se observa mais na fronteira oeste, limítrofe com o Maranhão, ou seja, nas proximidades do Rio Parnaíba e seus afluentes, onde se pode observar a ocorrência das palmeiras, destacando-se a Carnaúba, o Babaçu e o Buriti; mas, diz o relatório: *“É na mata dos Cocais que estas palmeiras predominam por longas extensões de terra, sendo de grande importância na economia e nos hábitos de vida dos piauienses”*. Estes estudos sobre a geografia em geral, são fundamentais para melhor entendimento da história. Impressiona também por suas **dimensões**, este outro patrimônio, a nossa extraordinária riqueza dos espaços, habitáveis, mas vazios. Riqueza cada dia mais preciosa, posto que, como um sinal de alerta, nos faz refletir sobre o modelo paradoxal de nação que estamos deixando para nossos filhos, em que multidões de brasileiros apartados destes valores, se comprimem e se digladiam por uma nesga de terra, apinhados de forma insalubre e desumana nas periferias de nossas grandes cidades, para finalmente sucumbirem nas tragédias climáticas anuais pela impropriedade dos sítios que lhes resta para sobreviver. De fato, estamos tão distanciados desta nossa outra riqueza, que é a vastidão do território nacional que muitas vezes não nos damos conta de que um Estado como o Piauí, com seus 251 529 186 quilômetros quadrados, possui dimensões tão amplas que o tornam maior em extensão do que muitos países da América Espanhola ou da Europa. Este é sem dúvida mais um forte argumento para que a proteção, valorização e a divulgação das culturas locais se constituam também como forma de reapropriação, como fator de identidade e afirmação e que o país possa se valer deste conhecimento para aprender com as lições de sua própria geografia e da sua história. Além de sua extraordinária beleza natural, as pesquisas do dossiê revelam importantes marcas da ocupação e mais do que nunca aí se pode constatar como os fatores territoriais e naturais de clima e vegetação, configuração de solo e localização geográfica influenciam decisivamente a

trajetória das civilizações e as culturas que aí se desenvolvem. O primeiro volume prossegue com detalhado capítulo sobre a colonização e ocupação do Piauí, onde se pode compreender a evolução da posse da terra desde as capitânicas hereditárias do século XVI. Aí se apresentam as pesquisas envolvendo toda a história das Fazendas Nacionais que começaram com as fazendas dos Jesuítas, ressaltando a importância da pecuária para a ocupação do interior do Brasil, marcada principalmente pelas rotas traçadas pelos rebanhos bovinos provenientes da Bahia e de Pernambuco e em especial como esta atividade foi determinante para a ocupação do Piauí. Os já denominados “caminhos do gado”, atividade econômica do Brasil Colonial considerada muitas vezes como apenas subsidiária, mas na verdade um traço de união na história de ocupação de grande parte do nosso território. Um dos fatores que tornam a história do Piauí tão peculiar em relação aos outros Estados é o perfil da costa setentrional no trecho que vai de Pernambuco até a foz do Amazonas passando pela ilha de São Luís. A dificuldade de navegação neste percurso onde existem fortes temporadas de ventos, correntes marítimas e extensas barreiras de corais que determinam a ausência de portos seguros dificultando a aproximação pelo mar. Assim ao contrário do restante do território do país, a colonização do Piauí não foi iniciada pelo litoral. O fato é que esta região permaneceu durante muito tempo unicamente como rota terrestre de comunicação entre os dois estados coloniais na América portuguesa, o Estado do Brasil, com sede em Salvador e o Estado do Maranhão e Grão Pará com sede em São Luís ou Belém. Fato histórico relevante que em geral não figura nos livros didáticos, nas aulas de história, que o Brasil fora dividido pela Coroa portuguesa em duas colônias com administrações e sedes separadas e independentes e assim permaneceu durante mais de dois séculos e meio a partir de 1500. Por haver se constituído em “rota de passagem” para os viajantes entre as duas colônias e para as tropas de gado, engendrou-se aí uma peculiar forma de ocupação onde os primeiros agrupamentos humanos, que não as tribos indígenas, se formavam nas encruzilhadas de caminhos e nas imediações de fazendas, cujas sedes acabavam servindo de pousada aos viajantes, atraindo também comerciantes

com suas mercadorias para abastecer o interior e trocar pelo charque e o couro produzido na região. Em meados do século XVIII, as terras do atual Estado do Piauí já estavam praticamente tomadas por fazendas particulares. Esses latifundiários representavam ameaça à Coroa, pois dominavam vastos territórios sem prestar contas à metrópole, e continuavam a impor suas próprias regras, ignorando as leis então criadas para o controle da região. Havia ainda a questão das invasões estrangeiras, que vinham ocorrendo em diversos pontos da colônia. A partir do final do século XVII, visando assegurar o controle sobre o território e os latifundiários ali instalados, a Coroa Portuguesa, adotou a estratégia de urbanizar, estruturando um modelo baseado na elevação das povoações existentes à condição de “vila” e instalando ali os equipamentos da administração pública subordinados a Portugal. Portanto foi a partir de 1690 que leis e decretos foram publicados visando à implantação de um sistema urbano no interior, regularizando a posse das terras e dando diretrizes para a construção das vilas. Ao mesmo tempo, o crescimento das povoações criava as condições necessárias para a consolidação das rotas oficiais terrestres de comércio entre os dois polos coloniais, funcionando como uma opção segura frente às dificuldades de navegação naquele trecho da costa. Em 1697 foi fundada a Paróquia de Nossa Senhora da Victória, em local estratégico por ser equidistante de diversos povoados já existentes, e em 1712 foi elevada à condição de vila sob o nome de Mocha, por influência do riacho com o mesmo nome que banha a região. Estas providências, no entanto ainda não haviam sido suficientes para assegurar o controle desejado pela Metrópole e já em 1717 uma Carta Régia desvinculou o território da então Capitania do Maranhão e criou oficialmente a Capitania do Piauí, tendo como capital a Vila do Mocha. Medida que deu autonomia à região, com administração centralizada na vila, que se reportava à metrópole, aumentando assim o ambicionado controle da Coroa sobre o território e seus habitantes. Em 1761 outra Carta Régia elevou a Vila do Mocha à condição de cidade, alterando seu nome para Oeiras, assim batizada em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, na época Conde de Oeiras, que também determinou a elevação de outras sete povoações à condição de

vilas: Valença, Marvão, Campo Maior, Parnaíba, Piracuruca, Jerumenha e Parnaguá. A mesma Carta Régia definiu as diretrizes para a urbanização das vilas, inspiradas no bem sucedido modelo de Aracati, (o topônimo Aracaty em Tupi Guarani significa “Bons Ares”, referindo-se aos ventos vindos do mar), fundada em 1747 no Ceará e notável aos olhares da época por aparentar valores já então preconizados ao urbanismo, quais sejam: ortogonalidade, salubridade, harmonia e uniformidade. Foi tombada pelo IPHAN em 2000. Toda esta história nos revela um interessante desígnio; as cidades cujo tombamento se pretende pela primeira vez, realizar de forma articulada e integrada, também nasceram integradas e em “rede”, unidas pela determinação da Carta Régia de adoção de um modelo comum de traçado urbano. Nesta mesma linha de observações vale notar na página 15 do terceiro volume denominado “Urbanismo” da trilogia do Arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, uma ilustração onde o registro de singelos croquis urbanos originais de cada uma das vilas, a saber: Oeiras, Campo Maior, Piracuruca, Valença, Parnaíba, Parnaguá, Jerumenha e Teresina, evidencia a inequívoca similitude de projetos lembrando-nos sempre que: *a presença dos veios d’água foi o elemento catalizador para a localização geográfica no assentamento das nucleações*. Observa-se também no texto que até mesmo antes da Carta Régia, ainda no século dezessete, a ação catequética empreendida pelos jesuítas na região e que haviam sido a partir de 1711, os proprietários da maior parte das fazendas de gado do Piauí, já induzia uma configuração uniformizante nos aglomerados característicos das reduções. *“Para isto uma composição de ordenação ortogonal com a praça fronteira a morada de Deus, supostamente ladeada pela casa do padre, cemitério, escola, oficinas e um renque de taperas cercando o entorno”*. Ou seja, em sua gênese mais profunda as sete cidades do Piauí foram portadoras da unicidade que a forma deste tombamento pretende resgatar. Ampliando-se no tempo a perspectiva desta rica história podemos rememorar os primórdios do descobrimento no início do século XVI, num ponto ao norte da Bahia de Todos os Santos, na foz do rio Pojuca. Ali, até hoje se localizam simbolicamente as ruínas remanescentes do primeiro castelo construído no Brasil quinhentista, ainda no tempo de Tomé de Souza (1549),

sede da sesmaria dos Garcia D'Ávila, e que se tornou conhecida como a "Casa da Torre dos Garcia D'Ávila", que no dizer de Clarival do Prado Valladares, em sua obra "**Nordeste Histórico e Monumental**", foi "*o centro estratégico e econômico das entradas e da conquista do sertão, até o Piauí!*". Dali partia os rebanhos de gado cujo deslocamento em busca incessante de novas pastagens e água pontos de paragem e descanso, saíram semeando povoações, estabelecendo por mais de dois séculos um traço de união na forma de ocupação e conquista das vastidões de terra que hoje abrigam os Estados do nordeste brasileiro. O primeiro volume chega ao século XIX lembrando o episódio pouco conhecido, mas de relevantes consequências para a história do país que foi a batalha do Jenipapo, ocorrida na região do atual município de Campo Maior e decisiva para o reconhecimento da independência do Brasil nas regiões Norte e Nordeste e para a consolidação do território nacional e encerra-se com um capítulo sobre o século XX, advento das ferrovias e da industrialização. Este século foi testemunha de grandes mudanças econômicas que mudaram a face da sociedade modificando hábitos e costumes e se refletindo na arquitetura e na dimensão urbana em função dos ciclos econômicos da carnaúba e babaçu substituindo a exportação do charque e da ferrovia substituindo a navegação fluvial. Aliás, a presença da ferrovia foi um avanço tecnológico que poucas regiões do nosso país tiveram o privilégio de experimentar. Mas após a segunda guerra todo este ciclo de esperanças no crescimento econômico se esvaiu pela concorrência do mercado internacional. Políticas públicas nacionais deram prioridade absoluta ao transporte rodoviário condenando nossas poucas ferrovias ao abandono e a região mergulhou em estagnação econômica. O resultado do empobrecimento da segunda metade do século XX se faz notar por toda parte. O que também ameaça a preservação da memória. De uma memória rica, posto que seja rara e testemunha de momentos privilegiados e exclusivos, de um acúmulo de conhecimentos daquela gente, formadores daquela cultura, e muito próprios daquela região do país. Assim é que este conjunto de estudos além dos aspectos físicos e da natureza nos permite a compreensão da forma como esse território se insere no cenário nacional e sua contribuição pouco difundida

na história do Brasil, contextualizando a formação histórica e cultural do Estado, constituindo uma das bases, sobre as quais se apoia a presente proposta de tombamento, que nesta etapa juntamente com Oeiras, dá sequência a uma série concatenada de outros tombamentos que se encontram em fase de estudo, com intuito de se estabeleceram sistema patrimonial piauiense coerente e inter-relacionado. Pois como lembra o Arquiteto Dalmo Vieira Filho, *“Para o IPHAN, além da significância cultural, o tombamento da cidade de Parnaíba (e agora Piracuruca e Oeiras) representa o arranque na implantação da rede de patrimônio cultural no Piauí, visando sua ampla compreensão. Quando se estabelece um sentido de conjunto ao patrimônio a ser preservado, amplia-se o potencial de entendimento dos bens, pois se incorpora a eles novos significados. A valorização sistêmica do território pode ser tomada como a chance de se reviver o desenvolvimento da história do Brasil a partir de novo enfoque, baseado na articulação ideal de conjuntos urbanos e viabilizada por meio de temáticas específicas.”* Vamos tratar agora dos documentos do processo Piracuruca: Inicia-se com o documento protocolar solicitando a abertura do processo de tombamento, assinado pela Arquiteta Diva Maria Freire Figueiredo, Superintendente da 19ª SR/IPHAN, e dirigida ao presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando Almeida em 17/07/2008, seguido do encaminhamento do Diretor do DEPAM, Arquiteto Dalmo Vieira Filho, onde se esclarece que o pedido de tombamento partiu da própria SR. do IPHAN e ao qual se juntam o parecer técnico do DEPAM da arquiteta Anna Elisa Finger e o Parecer Jurídico N 51/2009-PF/IPHAN/GO/MLFF, da lavra da Procuradora Federal Marcyene Lemos Fagundes Furado em 08/07/2009. Segue-se o despacho n 10/2010 da Procuradoria Federal do IPHAN de 12/02/2010, aprovando o referido parecer e encaminhando o processo ao presidente do IPHAN, acompanhado das competentes minutas de Edital de Notificação a ser publicada no Diário Oficial da UNIÃO, bem como as minutas e o aviso de notificação do tombamento contendo a descrição técnica minuciosa da poligonal da área de tombamento e do entorno, bem como das cópias de suas publicações em tempo hábil. Também estão os documentos que comprovam que foram devidamente encaminhados e recebidos os ofícios dando ciência do

processo em curso, ao Exmo. Senhor Governador do Piauí, Dr. José Wellington Barroso de Araújo Dias, ao Ilustríssimo SR. Prefeito de Piracuruca, Raimundo Vieira de Brito, e à Ilma. Sra. Superintendente do SPU do Estado do Piauí, Sra. Ana Célia Coelho Madeira Veras, bem como que foi publicado em jornais locais, o competente Aviso de Notificação. Em 23/02/2010 foi encaminhado pela Sra. Fernanda Silva Pereira à Sra. Anna Maria Serpa Barroso. Está também anexada e datada de 11/08/2010, a documentação através da qual o governador do Estado do Piauí manifesta não objeção ao ato de tombamento, em especial no que se refere ao único imóvel de propriedade do Estado que se encontra no perímetro de tombamento. Em 20 de dezembro de 2011 o processo foi encaminhado a este conselheiro para análise e parecer: A rota que percorri atravessa o cenário natural que guarda vestígios de semelhança à exuberante natureza que encontraram pelo caminho os viajantes do século dezessete. As estradas atuais cortam o que restou das margens florestadas do Rio Parnaíba, da cidade de Teresina e nos introduz na paisagem de cocais de babaçu e carnaúba, até alcançar a região do Parque Nacional de Sete Cidades onde a caatinga encontra o cerrado. A viagem funcionou para mim como um introito ao território que iria percorrer na história. A cidade que encontrei, no apagar das luzes de 2011, tem uma população estimada em torno de 27. 621 habitantes (IBGE/2006). O topônimo Piracuruca é de origem indígena e significa “Peixe que ronca”, o gentílico é “piracuruquense”. Fica literalmente à margem da excelente e movimentada rodovia que hoje liga a capital Teresina, distante dela por 193 km e que conduz aos atrativos do litoral, especialmente a Parnaíba e às praias de Luís Correa, (distante mais 230 km), o que faz com que a expressiva maioria do tráfego e público passe muito próximo, porem ao largo de Piracuruca, com a devida pressa de chegar às praias e sem atentar muito para o seu valioso patrimônio urbano e arquitetônico. Localizado na mesorregião do norte Piauiense o município é imerso na Área de Preservação Ambiental - APA da Serra de Ibiapaba, uma das Unidades de Conservação Federais do Brasil do Ministério do Meio Ambiente, e possui em seu território o Parque Nacional de Sete Cidades, com formações rochosas milenares onde se encontram inscrições rupestres

aguardando as pesquisas dos arqueólogos e paleontólogos e uma natureza intocada com sua rica fauna e flora como um campo de fruição e pesquisa para estudiosos de zoo-botânica. Estas reservas naturais preservadas já nos dão uma dimensão do imenso valor de seu patrimônio natural e ambiental. Em Piracuruca fui encontrar na pessoa e na memória viva do Sr. Joaquim José de Oliveira Filho, antigo sacristão da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, depoimentos emocionados que me falaram da história da fundação daquele templo impressionante que é a Igreja matriz datada do século XVIII. Impressionante por suas dimensões monumentais e pela qualidade da arte de influência barroca estampada no talhe de pedra da sua fachada e se considerarmos a época e o isolamento da região no momento de sua construção. Antes desta igreja que havia no lugar era uma fazenda em torno da qual se juntou um primeiro grupo de trabalhadores e suas famílias. Próximo a este assentamento inicial às margens do rio Piracuruca foi o local escolhido pelos dois irmãos de origem supostamente lusitana, donos de muitas terras, para erguer uma igreja a que denominaram Nossa Senhora do Monte do Carmo em cumprimento de promessas feitas e em retribuição a graças alcançadas. Dizem as lendas locais que escaparam por um triz de serem mortos pelos índios. Realizada por motivação devocional e por gratidão deles, que dão nome à Praça Irmãos Dantas, fronteira da Matriz que neste caso foi mesmo “matriz” na raiz da palavra, não somente no sentido canônico do termo, mas também urbanístico, pois deu origem à cidade, influenciando na definição do alinhamento das quadras, pois tudo se fez a partir desta sólida edificação. Sua presença influenciou em todo o traçado urbano do entorno. A praça que se abriu defronte riscada em ortogonais, determinou o sentido do arruamento nas quatro direções sobre o terreno plano, indo em direção ao sudoeste até as margens do rio. No trecho que se situa entre a praça e o rio as quadras guardam a dimensão de largura igual a da praça. Já nas ruas que se desenvolveram na direção dos fundos da Igreja as quadras possuem espaçamentos iguais à dimensão lateral do templo. Quando da criação do Cemitério Campo da Saudade em 1856, a mudança do local de sepultamento que se fazia dentro e no entorno da Igreja para o terreno destinado a esta

finalidade determinou o prolongamento, no sentido noroeste, da rua que passa em frente à Igreja, influenciando para o crescimento da cidade nesta direção. Não existem fontes precisas, mas estima-se que as obras da Igreja duraram de 1722 até por volta de 1743, data que está gravada em belíssima escultura de cantaria que compõe o seu frontão. É de se imaginar que a sua própria construção, serviu para ampliar a população atraindo mais moradores, dentre aqueles que ali acorreram para trabalhar ou para prestar serviços e comércios fornecendo insumos ao empreendimento. Esta Igreja, hoje Nossa Senhora do Carmo, Matriz de Piracuruca, por seu elevado valor monumental e mérito arquitetônico foi tombada pelo IPHAN desde 1940 nos livros do Tombo Histórico e de Belas Artes. Sob o N 0224-T-040. O Sr. Oliveira descreveu-me também a força dos festejos populares em devoção a Nossa Senhora do Carmo que acontecem em julho, provocando uma verdadeira romaria à cidade e das lendas que tratam da descoberta da imagem da Santa que em tudo se assemelha aos casos de N. S. Aparecida e também ao da imagem do Bom Jesus da Cana Verde que motiva as romarias milagrosas à catedral de Iguape no litoral paulista, revelando-se uma certa unicidade no imaginário popular religioso, capaz de mobilizar multidões de fiéis de norte a sul do país. Do protagonismo local é marcante também o papel da família Brito cuja geração atual, nas pessoas do casal Maria do Carmo Fortes de Brito e José Brito, historiadores e pesquisadores que mantêm às próprias expensas um competente Museu organizado em antiga e bela morada e que conserva acervos importantes da história de Piracuruca. Este Museu que visitei, inclui um pequeno panteão como galeria dos intendentes e prefeitos, vultos e personalidades que marcaram toda a trajetória administrativa da cidade, contribuindo para o seu desenvolvimento desde que se formou como freguesia, passando a vila, cidade e município até aos nossos dias. É gratificante ver o carinho e o zelo com que estes descendentes e seus poucos funcionários cuidam de forma abnegada deste único museu por eles constituído na cidade e aberto à visitação pública. Possui um acervo eclético, com objetos e documentos raros diversos relativos à história da cidade, mobiliário de época, arte sacra, iconografia, e bibliotecas e ainda coleções de exemplares de

máquinas e equipamentos domésticos que marcaram as conquistas da tecnologia na vida cotidiana das pessoas. Encontra-se em obras de expansão, já que o acervo é bem maior do que as atuais áreas de exposição. Na praça fronteira à antiga usina de força, datada de 1939, encontrei um exemplar de antiga máquina a vapor com a qual se gerava a energia elétrica para toda a cidade no início do século XX e que vem sendo restaurado e assentado como monumento público de Piracuruca, refletindo a devoção ingênua com que aquela sociedade assimilou os avanços da tecnologia, da chegada da luz elétrica, ao mesmo tempo do advento da ferrovia como arautos do progresso e do conforto. Este monumento é também demonstração de que há um sentimento coletivo de preservação destas memórias e de símbolos que foram tão marcantes e transformadores na vida destas cidades. Informa-nos ainda o texto do dossiê que a cidade, implantada no sítio a margem do rio do mesmo nome e afluente do Parnaíba, hoje apresenta um conjunto de edificações que reúne características arquitetônicas diversas, representativas de vários momentos da história, desde que foi fundada no final do XVII e recebendo contribuições até meados do século XX, enquanto que, felizmente, as sucessivas expansões urbanas ainda mantiveram a escala e os valores peculiares e compatíveis com o conjunto remanescente da cidade que se propõe preservar. Em 1712, Piracuruca já havia sido um dos três primeiros povoamentos elevados à condição de “Freguesia” naquele território e em 1742 foi constituído seu vicariato, expressão para significar que a arquidiocese designou um vigário para atuar naquela determinada igreja cidade e região. Ao contrário das outras freguesias, não foi imediatamente elevada a condição de Vila logo após a Carta Régia de 1761, mesmo assim sua urbanização parece haver obedecido às orientações urbanísticas estabelecidas no documento. Ortogonalidade e alinhamento dos lotes estilo homogêneo de fachadas são sinais de que havia então uma preocupação com a ordenação do conjunto que se erguia no sentido de constituir um núcleo disciplinado do ponto de vista urbano. Na observação das edificações remanescentes daquele período pode-se depreender a influência das casas de fazenda sobre as casas urbanas posto que fossem os sertanejos que se agrupavam e traziam sua cultura para o

aglomerado. Isto se percebe na presença das varandas de fundo e na aplicação de técnicas construtivas locais como a utilização de troncos de carnaúba, a única entre todas as palmeiras, cujos troncos possuem densidade e outras propriedades de resistência que as tornam úteis e duradouras na construção civil. Estas características tornam a arquitetura de Piracuruca ainda mais original, diferenciada até mesmo de suas congêneres nos vizinhos estados do Ceará e Maranhão. O fato é que a cidade ainda guarda exemplares significativos destas raridades e mesmo nas edificações que surgiram posteriormente estes elementos autóctones se mantiveram presentes, constituindo um acervo peculiar e de características tipicamente locais e concentrados principalmente no entorno da Praça Irmãos Dantas e na área mais próxima do Rio. Já no século XIX quando a pecuária entrou em declínio, o extrativismo vegetal assumiu pouco a pouco o papel de principal fonte de renda da população. O processamento e o comércio de derivados da carnaúba e do babaçu foram responsáveis, por um novo momento de prosperidade econômica da vila que em 1889, três dias após a proclamação da República, foi elevada a condição de Cidade. Devido a este momento de prosperidade, no início do século XX, a ferrovia veio ligar Piracuruca ao litoral acelerando o transporte da produção até Parnaíba (de onde era exportada), mas afastando a cidade do rio, até aquele momento a principal via de locomoção e transporte. A navegação foi posta em segundo plano e a modernidade invadiu a cidade, com seus novos materiais, técnicas construtivas e linguagens arquitetônicas. E desta época o acervo eclético que se mistura à arquitetura colonial no núcleo mais antigo da cidade, ou que predomina nas quadras mais próximas ao Mercado Central, também construído neste momento. Esta prosperidade perdurou até o final da segunda guerra mundial. Durante este período a cera de carnaúba e o óleo de babaçu tinham ótima colocação no mercado, sendo utilizados como lubrificante de maquinaria industrial. Mas a eclosão da guerra abalou os mercados internacionais causando uma queda no preço, o surgimento dos produtos similares de origem sintética também contribuiu para a crise e a cidade entrou novamente em um período de estagnação econômica. Uma ênfase especial merece ser conferida ao parecer nº 009/2008, do DEPAM

datado de 20/12/2008, da Arqt.^a Anna Elisa Finger, que realiza excelente síntese de toda a questão, descrevendo-a com sensibilidade e complementando com uma precisa avaliação técnica dos valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Extraio do seu parecer o excerto a seguir: *“Após a década de 1960, de maneira semelhante ao que aconteceu em grande parte das cidades brasileiras a intensa migração da população rural ocasionou uma rápida expansão urbana e Piracuruca aumentou consideravelmente sua área urbana. Pela análise da cartografia atual é possível observar as expansões urbanas e a formação de novos bairros periféricos ao núcleo original que atualmente cumpre a função de centro da cidade”. Devido à inexistência de obstáculos naturais essas expansões em geral mantiveram a continuidade do traçado urbano original, funcionando como prolongamento das antigas ruas. Entretanto, a forma de parcelamento e ocupação dos lotes nas áreas urbanizadas na segunda metade do século XX difere significativamente da parte mais antiga da cidade, assim como arquitetura dos edifícios ali implantados.* Voltando ao dossiê, o segundo volume do Anexo II, traz um capítulo sobre a “Evolução Urbana e Análise Morfológica”. Estudo detalhado sobre a ocupação espacial da cidade, baseado nas observações e levantamentos realizado sobre a arquitetura remanescente. Através deste estudo e da pouca documentação encontrada foi reconstituída e interpretada a história até então pouco conhecia das formas de ocupação e da interação com o território ali ocorridas. Esta é inclusive uma das evidentes motivações para esta proposta de tombamento, uma vez que o reconhecimento, a valorização e a proteção dos vestígios materiais do largo período que se estende do século XVII aos meados do XX se constituem em verdadeiro manancial de conhecimentos acumulados para servirem de campo de pesquisa e subsídios a outras futuras análises e interpretações da história e evolução urbana do país. O Anexo II trata ainda da legislação incidente sobre o sítio, além de um breve panorama sobre a situação atual. Neste volume estão também descritas as poligonais de tombamento e entorno e apresentada tecnicamente à proposta de tombamento. Apresenta uma descrição objetiva dos bens patrimoniais, sua localização na malha urbana escalonada através do

tempo e permitindo uma leitura didática do acervo e do plano urbanístico caracterizando o sítio histórico a ser tombado. Uma análise da morfologia urbana em seu contexto atual, descrevendo em detalhes as condições em que se encontra o acervo e como ele se comporta diante da expansão urbana acelerada ocorrida após a segunda guerra mundial. Segue-se a análise das tipologias arquitetônicas aí presentes e que são um testemunho das contribuições de cada período da história da arquitetura na forma peculiar como se adaptaram aos usos regionais e locais. Neste caso o documento evidencia a leitura das tipologias a partir do núcleo do assentamento original ainda no final do século dezessete, no rumo das quadras definidas pela largura da Igreja datada de 1760, em direção ao rio e da praça que se abre diante da mesma e caracterizando áreas diferenciadas pelos estilos e pelas intervenções ocorridas ao longo dos séculos. Os levantamentos já realizados enfatizam que o desenho urbano resultante, os materiais e técnicas construtivas, assim como a sua inserção no espaço geográfico são muito próprios de uma cidade plana que nasceu a beira-rio e no ponto estratégico de entroncamento de duas grandes rotas de penetração, aquela que ligava os antigos territórios do Ceará ao Maranhão e aquela que conduzia da região mais ao sul no sentido do litoral na foz do Rio Parnaíba. Com o passar dos séculos, a implantação das ferrovias e o triunfo das rodovias, estas cidades tiveram o seu fluxo de acessibilidade invertido. Ou seja, o que era antes a retaguarda, se tornou em principal entrada e o rio, que foi talvez a principal acesso nos primórdios passasse a ter um papel secundário. No caso de Piracuruca hoje é até bem aproveitado, como área de lazer e de esportes. Mas por outro lado fica evidente que não existem instrumentos eficientes de proteção legal criados na esfera dos poderes estadual e municipal e que há uma expectativa na atuação do IPHAN como entidade prestigiosa e capaz de fazer frente às forças do mercado imobiliário e das eventuais pressões de interesses econômicos, transferindo para o nível federal as principais esperanças de proteção do acervo. Atitude que necessita ser mais bem orientada, através de gestões junto aos governos estadual e municipal e maior envolvimento da comunidade. Pois as demais experiências têm demonstrado que sem a participação efetiva do poder local, as ações de

preservação ficam sensivelmente prejudicadas. As realizações de um amplo debate, envolvendo o poder público, a iniciativa privada e população, seria uma forma de motivar o início deste processo. Ainda no segundo anexo há o texto que contém a proposta de proteção com justificativa do valor histórico e cultural do conjunto a ser tombado, seguida das descrições do perímetro da área de tombamento e da área de entorno que estabelece uma faixa bem definida e regular de amortecimento dos impactos da rápida expansão da cidade contemporânea. Para registrar as poligonais transcrevo aqui trechos do parecer de Ana Elisa Finger: **A poligonal proposta para tombamento** compreende, portanto a área central da cidade de Piracuruca que guarda remanescentes urbanos e arquitetônicos de todos os períodos pelos quais a cidade passou ao longo de sua história, compreendendo desde o início da ocupação de seu território ainda no século XVII, até por volta da década de 1960. Nesta época teve início o período de intensa urbanização e adensamento em todas as cidades brasileiras, procedido de maneira desvinculada das características do núcleo histórico. O intenso processo de urbanização desencadeou um movimento de substituição dos imóveis antigos, numa suposta “modernização”. Mas ressaltamos que também esse momento compreendido como parte da história da cidade, é contemplado na poligonal selecionada para tombamento que inclui diversos exemplares “contemporâneos”, porém não constitui o argumento central que particulariza a cidade e embasou a proposta”. (A poligonal de Tombamento é descrita entre as páginas 90 e 92, parte integrante deste processo). **A Poligonal do Entorno** por sua vez, busca resguardar a paisagem da área tombada, fazendo uma transição entre ela e a área de ocupação mais recente para as quais não é prevista a proteção pelo IPHAN. A área proposta como entorno ainda mantém inúmeras das características da área a ser tombada, como o porte das edificações, tipo de acabamento, uso e ocupação, e também apresenta exemplares arquitetônicos de interesse, porém distribuídos de forma rarefeita. Entretanto, recomenda-se um estudo por parte do Governo do Estado do Piauí para que promova a proteção estadual ao menos dos exemplares arquitetônicos significativos ali presentes. O traçado da poligonal de entorno inclui também a margem oposta do Rio Piracuruca, cuja

ocupação mantém-se ainda relativamente restrita, visando proteger a paisagem e controlar o adensamento, resguardando o leito do rio e garantindo a preservação da vegetação e do ecossistema ali existentes e fundamentais para leitura e interpretação do espaço. A manutenção do adensamento rarefeito nesta margem reforça a relação de contraste com a cidade antiga na margem oposta intensamente ocupada. (A poligonal do entorno é descrita nas páginas 92 e 93 encerrando o Volume II, parte integrante deste processo). Nos pareceres do DEPAM e da PROJUR faz-se uma ressalva no que tange a proteção da estação ferroviária e da ponte férrea de Piracuruca. Neste caso não foi necessário integrá-los à proposta de tombamento considerando que os mesmos encontram-se afastados dos perímetros de tombamento e entorno e que sua proteção legal já está assegurada pela Lei 11.483 de 31 de Maio de 2007 segundo a qual: “*os bens materiais móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural oriundos da extinta REFESA*” ficam sob a proteção do IPHAN a quem coube “*receber e administrar bem como zelar e pela sua guarda e manutenção*”. O terceiro volume contém os anexos do segundo volume e nos apresenta um registro fotográfico atualizado da área e 11 pranchas com informações sobre o município, evolução urbana, massa edificada, imóveis de interesse, caracterização estilística das edificações, caracterização dos imóveis, estado de conservação, usos e gabarito caracterização das vias públicas e delimitação das poligonais de tombamento e entorno finalmente, uma completa e muito bem elaborada cartografia em escala referenciada em levantamento aerofotogramétrico recente, digitalizada, contendo as informações indispensáveis a análise com as seguintes pranchas: Prancha 01/11- **Planta da Sede do Município e Área de Interesse**; permite uma perfeita visualização dos limites da área urbanizada na escala de 1:20.000 e sua posição com as rodovias e a antiga ferrovia Piripiri-Parnaíba, assim como da área de interesse de preservação na escala 1:10.000; Prancha 02/11 – **Planta da Evolução Urbana**; esta planta no contexto geral em escala de 1:20.000, mostra como estão dispostas as vias de acesso e como ainda no início do Século 20 a engenharia de transportes promovia a integração intermodal entre as rodovias, as vias de transporte fluvial e a estrada de ferro,

facilitando a leitura de como se processou a evolução urbana a partir do núcleo original. Na escala 1:10.000 a identificação das massas edificadas com origem predominante no século XVIII (núcleo inicial) século XIX ainda nas proximidades da matriz e na sequência primeira e segunda metade do século XX. Prancha 03/11 – **Planta da Massa Edificada**; Planta cadastral na escala 1:3.250 elaborada segundo levantamento de dezembro de 2008 pelas equipes técnicas do IPHAN, remarcando as áreas construídas de cada edificação em seu lote, com indicação das duas poligonais propostas de tombamento e entorno, a ferrovia e o rio. Prancha 04/11 – **Planta dos imóveis de Interesse**; idem identifica imóveis com tombamento federal, estadual, aqueles que têm interesse pela ambiência e imóveis de interesse a ser inventariado assim como os demais logradouros e imóveis que merecem destaque individual como as praças, igrejas, mercado, pontes, estação ferroviária, etc. todas estas indicações em planta cadastral com referencia das duas poligonais. Prancha 05/11 – **Planta de Características Estilísticas**, idem onde se confirma a evolução dos estilos arquitetônicos de forma didática, em percurso agradável que se faz a partir da Igreja destacando-se nesta ordem, o estilo Tradicional Português do século dezoito, o Eclético presente nos séculos dezenove e vinte e chegando ao Art Déco e Modernista a partir dos anos 1920, sendo que o resultado atual do conjunto faz de Piracuruca, um caso didático onde se pode fazer uma leitura da história da arquitetura. Prancha 06/11 – **Planta de Estado de Caracterização**, idem onde se pode constatar que ainda há um equilíbrio entre imóveis nas categorias dos que são considerados ainda “bem caracterizados” ou apenas parcialmente afetados por intervenções e aqueles que já foram descaracterizados parcialmente ou são incompatíveis. Prancha 07/11 – **Planta de Estado de Conservação**, idem através da qual se observa que 85% das edificações encontram-se em bom estado e ao mesmo tempo há urgência em socorrer as casas que guardam a história da técnica local, aquelas com influencia direta das casas de fazenda, de linguagem vernácula, com utilização de adobe e carnaúba nas estruturas de telhados que são as mais frequentemente ameaçadas de abandono. Prancha 08/11 – **Planta de usos**, idem, onde se observa o valor igualmente importante para a preservação que é

a ocorrência de usos heterogêneos com um misto predominante de comércio, serviços e habitação no mesmo espaço urbano uma vez que esta diversidade assegura maior intensidade de uso cotidiano e, portanto aproveitamento dos investimentos aí convertidos em infraestrutura. Prancha 09/11 – **Planta de Gabaritos**, idem, onde se pode observar a delimitação do espaço urbano no cenário natural que o cerca, definindo as quadras e os imóveis individualmente, bem como a homogeneidade do conjunto no que se refere à predominância das edificações de um a dois pavimentos. Sem dúvida um valor relevante a ser preservado no perfil das áreas urbanas que ainda não tiveram sua infraestrutura comprometida pelo adensamento oriundo da verticalização. Prancha 10/11 – **Planta de Caracterização das Vias Públicas**. Idem onde se registra o estado atual dos materiais de piso de pavimentação das ruas que vai do lajeado misto mais antigo, ao lajeado mais uniforme, passando pelo paralelepípedo, até chegar àquelas que receberam camada asfáltica por sobre a pavimentação original, algo que sempre pode ser corrigido. Prancha 11/11 – **Planta de Delimitação das Poligonais de Proteção**, idem onde se estabelece uma área de proteção rigorosa contida no perímetro proposto Poligonal de Tombamento (em torno da Igreja e da Praça Irmãos Dantas), e uma segunda área, claramente definida como Poligonal de Entorno, a funcionar como uma zona de proteção e amortecimento. Todos estes aspectos estão enriquecidos no corpo do processo, pela documentação fotográfica das áreas urbanas, dos cenários naturais e pontualmente das edificações. Assim, entendo que, do ponto de vista formal, o processo está generosamente instruído e atende às aos requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN, mais especificamente pela Portaria nº 11 de 11 de setembro de 1986. De tudo que se informa neste dossiê, e para além das associações possibilitadas pela natureza, pelo povoamento de terras inóspitas e distantes do litoral e pela formação social, as cidades do Piauí estão, sem dúvida, ligadas a fatos históricos determinantes na formação nacional. Especialmente por sua importância estratégica no contexto do desenvolvimento da região nordeste no papel de se haver constituído como território seguro de integração entre os dois Estados Coloniais então existentes o **Estado do Brasil**

propriamente dito e o **Estado do Maranhão e Grão Pará**. Do ponto de vista do valor histórico o tombamento irá também garantir a preservação do testemunho material de dois processos civilizatórios do território nacional em especial do sertão nordestino: a ocupação humana e a modernização dos sertões. Ambos ainda pouco representados nos acervos patrimoniais do Brasil, como fundadores da nossa cultura e nacionalidade. Há nesta postura também o reconhecimento de que mesmo enfrentando dificuldades para a salvaguarda dos bens que abrigam os Livros de Tombo e agora de Registro do IPHAN, esta tem sido comprovadamente uma boa alternativa capaz de protegê-los e salvar do desaparecimento. Entretanto, não podemos também nos esquecer de que o ato do tombamento representa mais uma grande responsabilidade para o IPHAN, não só no sentido de não frustrar as expectativas daquelas comunidades como objetivamente pelo fato de que passa a ser administrativa e legalmente responsável pela preservação daqueles bens. Torna-se, portanto necessário envidar imediatos esforços para consolidar este ato de proteção, garantindo a presença de técnicos locais apoiados em estrutura administrativa que venha permitir uma verdadeira integração nos trabalhos cotidianos de gestão do acervo, na medida em que propicie parcerias técnicas, entre os órgãos municipais, estaduais e o IPHAN. Nestes termos, seu funcionamento deverá possibilitar economia de meios e esforços, aumentando a rapidez e eficiência das ações, trabalhando com critérios compartilhados e mais próximos da realidade local. Estamos nos referindo à forma de instalação de um Escritório Técnico do IPHAN ou uma Casa do Patrimônio na cidade de Piracuruca e que seja fortalecido de recursos humanos e materiais. Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei, ao me despedir após minha visita de reconhecimento. O conjunto formado pela cidade de Piracuruca, a geografia e a paisagem do rio, compõe um cenário de harmonia entre o patrimônio erigido pelo homem, suas manifestações culturais e o ambiente natural que o cerca e estes elementos constituíram durante séculos um ambiente perfeito para a gente que ali vive e trabalha e que de toda forma são portadores até os nossos dias de um belo testemunho remanescente e revelador da alma do povo brasileiro. Sendo assim e corroborando as

recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, declaro-me favorável ao tombamento do acervo denominado “**Cidades do Piauí, testemunhas de ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII - Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca**” e à conseqüente inscrição nos livros de tomo 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, 2) Histórico. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho. São Luís do Maranhão, em 23 de Janeiro de 2012. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.” O Presidente agradeceu e, após consultar os Conselheiros se desejavam apresentar algum questionamento, e não havendo qualquer manifestação, colocou em votação, também com parecer positivo do Relator, Conselheiro Luiz Phelipe Andrès, a proposta de tombamento contida no Processo nº 1.562-T-08 (Processo nº 01450.010250/2008-88), acolhida pelos Conselheiros presentes, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento do **Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca**, no Estado do Piauí, devendo ser inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico. Prosseguindo, concedeu a palavra à Superintendente do IPHAN no Estado Piauí, Claudiana Cruz dos Anjos, para a seguinte manifestação: “Há um desejo, de muito tempo, de reconhecermos esse patrimônio vinculado aos Jesuítas, é um desejo antigo, que não está desvinculado da rede, é uma continuidade da proposta. Devo mencionar, também, que Paulo Thedim Barreto é a base do estudo de tombamento de todas essas cidades, é a base desse pensamento. É importante esse vínculo proposto pelo Conselheiro Marcos de Azambuja, mas já recebemos uma comissão de Oeiras de Portugal em um dos primeiros festivais de cultura de Oeiras. É importante realmente retomar esse vínculo.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à arquiteta Diva Maria Freire de Figueiredo para a seguinte manifestação: “Gostaria de reforçar as palavras dos Conselheiro Liberal de Castro e Nestor Goulart Reis e da Superintendente Claudiana Cruz dos Anjos. O tombamento de Paranaíba marcou essa presença importante do IPHAN na história do Piauí. Passei trinta anos no Piauí, inicialmente encarregada de criar o Escritório do IPHAN. Há

muito tempo, exatamente baseados nessa fonte, que começamos a reconhecer essa arquitetura popular, mais simples. Foram necessários muitos anos para chegarmos ao ponto em que nos encontramos hoje. Estamos com um outro olhar sobre nosso país, que não reflete apenas questões hegemônicas das regiões mais ricas, mas também um interior muito pobre, que lutou muito, populações que foram esquecidas durante muito tempo e contribuíram para a formação brasileira. Estou muito gratificada, passados trinta anos, ao ver coroado um trabalho que a Claudiana Cruz dos Anjos está cultivando muito bem, do qual Paulo Thedim Barreto sempre foi a inspiração, ele deu o molde, inclusive, para a criação da rede, porque ele trabalhou com visão sistêmica sobre essas cidades do Piauí.” O Presidente agradeceu e teceu as seguintes considerações: “Queria lembrar que a Instituição sempre teve preocupação com essa dimensão da arquitetura popular. Lembro que a primeira edição das publicações do patrimônio continha textos escritos por Gilberto Freire intitulados *Sobrados e Mocambos* e *Nordeste*. Acho que, na verdade, estamos atuando dentro da arquitetura popular com três dimensões, fazendo a pesquisa e estabelecendo um conhecimento sobre ela, fixando princípios de proteção e também da sua divulgação. Na ausência do Senhor José Ricardo, representante do Governo do Piauí, o Presidente concedeu a palavra à Superintendente do IPHAN naquele Estado para os seguintes esclarecimentos: “O representante do Piauí precisou ausentar-se para a tender outro compromisso. Queria registrar, Presidente, que há uma expectativa muito boa, desejo de êxito nessa reunião. Entretanto, foi difícil trazer vários representantes do Piauí, porque nesta semana está sendo comemorada no Piauí a data de independência, a adesão do Piauí à independência do Brasil. Então o governo itinerante foi transferido hoje para a velha capital, Oeiras, onde estão o Governador e a Secretária de Cultura.” Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu, e encerrou a reunião da qual, eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os membros do Conselho.

Luiz Fernando de Almeida

Anna Maria Serpa Barroso

Arno Wehling

Antônio Menezes Júnior

Gilson Rambelli

Italo Campofiorito

José Liberal de Castro

Jurema de Sousa Machado

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès

Marcos Castrioto de Azambuja

Maria Cecília Londres Fonseca

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira

Nestor Goulart Reis Filho

Roque de Barros Laraia

Rosina Coeli Alice Parchen

Synésio Scofano Fernandes

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses